



JOSIANA APARECIDA PRESTES

**AGRICULTURA FAMILIAR EM IPERÓ/SP A PARTIR DA ANÁLISE DE
CONTEÚDO EM TESES E DISSERTAÇÕES**

Sorocaba

2021



JOSIANA APARECIDA PRESTES

**AGRICULTURA FAMILIAR EM IPERÓ/SP A PARTIR DA ANÁLISE DE
CONTEÚDO EM TESES E DISSERTAÇÕES**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestra em Ciências Ambientais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” na Área de Concentração, Diagnóstico, Tratamento e Recuperação Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. José Arnaldo F. Roveda

Coorientador: Prof. Dr. Vidal Dias da Mota Júnior

Coorientador: Prof. Dr. Admilson Irio Ribeiro

Sorocaba

2021

P936a Prestes, Josiana Aparecida
Agricultura familiar em Iperó/SP a partir da análise de conteúdo em
teses e dissertações / Josiana Aparecida Prestes. -- Sorocaba, 2021
149 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Ciência e Tecnologia, Sorocaba
Orientador: José Arnaldo Frutuoso Roveda
Coorientador: Admilson Írio Ribeiro

1. Ecologia agrícola. 2. Agricultura sustentável. 3. População rural.
4. Reforma agrária. 5. Comercialização. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de
Ciência e Tecnologia, Sorocaba. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

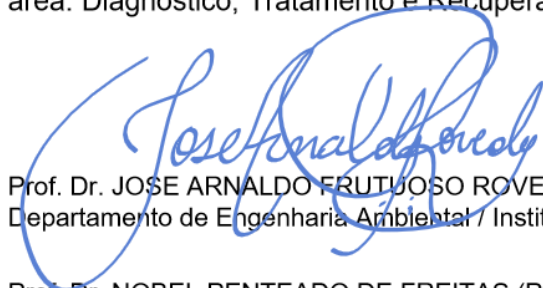
TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: AGRICULTURA FAMILIAR EM IPERÓ/SP A PARTIR DA ANÁLISE DE CONTEÚDO EM TESES E DISSERTAÇÕES

AUTORA: JOSIANA APARECIDA PRESTES

ORIENTADOR: JOSE ARNALDO FRUTUOSO ROVEDA

COORIENTADOR: ADMILSON IRIO RIBEIRO

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em CIÊNCIAS AMBIENTAIS, área: Diagnóstico, Tratamento e Recuperação Ambiental pela Comissão Examinadora:

A large, stylized handwritten signature in blue ink, which appears to read "Jose Arnaldo Frutuoso Roveda", is written over the text of the first professor's name and affiliation.

Prof. Dr. JOSE ARNALDO FRUTUOSO ROVEDA (Participação Virtual)
Departamento de Engenharia Ambiental / Instituto de Ciência e Tecnologia - UNESP - Câmpus de Sorocaba

Prof. Dr. NOBEL PENTEADO DE FREITAS (Participação Virtual)
Departamento de Biologia / Universidade de Sorocaba (UNISO)

Prof. Dr. FERNANDO SILVEIRA FRANCO (Participação Virtual)
Ciências Ambientais / Universidade Federal de São Carlos

Sorocaba, 22 de fevereiro de 2021

Ao João, meu companheiro de vida durante vários anos e que mesmo agora, em outras circunstâncias não deixou de dar o suporte necessário para que eu pudesse me dedicar a finalização deste trabalho.

A minha irmã Terezinha, por ter acreditado em mim, que me incentivou a ingressar na vida acadêmica, apesar das dificuldades impostas pela realidade da época. A você, que partiu tão precocemente... minha gratidão e amor eterno irmã.

AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi um processo de autoconhecimento. E autoconhecimento, mesmo sendo um processo individual, não se dá de forma isolada. É preciso interagir e assimilar as experiências que ocorrem por meio dessas interações.

Agradeço aos meus amigos Erik, Fábio e Eligelci, que me acompanharam desde o início na trajetória do mestrado, que se mostraram abertos a ouvir minhas dúvidas, indagações e reflexões sobre os propósitos da vida, regados a boas doses de IPA nos “happy hours” das sextas e sábados à noite.

Agradeço a minha mãe, que mesmo sem entender direito o que eu faço ou fazia, sempre me apoiou nos estudos da forma que era possível para ela.

A todos os meus familiares que, em algum momento, mesmo que indiretamente me deram suporte para que eu me dedicasse aos estudos.

A todos que me ajudaram desde o início da minha trajetória acadêmica, seja através de palavras de incentivo ou oportunidades concretas. Agradeço ao Prof. Dr. Nobel Penteado de Freitas, da Universidade de Sorocaba (UNISO) por ter me concedido a primeira oportunidade de ingresso na vida acadêmica.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Arnaldo Frutuoso Roveda, pela compreensão e empatia, e que aos 45 minutos do segundo tempo vislumbrou a possibilidade de finalizar e virar um jogo que eu já considerava entregue.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Vidal Dias da Mota Júnior, por ter acreditado e apoiado a realização do trabalho, mesmo em condições limitantes.

Ao meu coorientador Prof. Dr. Admilson Írio Ribeiro, que fez parte da primeira etapa no meu ingresso ao mestrado... e ao Jair e Cristiane, pelo apoio nesse período.

À Sônia, excelente profissional que no exercício de sua profissão auxiliou-me no processo de me conhecer melhor e seguir em frente, apesar de tudo.

Aos colegas de disciplinas do Programa de Ciências Ambientais, pelas experiências, aprendizados, risos e angústias compartilhadas.

A todos os funcionários e professores da UNESP, que de maneira geral sempre mostraram-se atenciosos e solícitos nas demandas que surgiram durante o curso.

A todos e todas, que porventura não citei, mas que em algum momento me apoiaram (virtual ou presencialmente) durante esse período do mestrado...agradeço.

“Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, ressurgem nas novas experiências, assim como os tempos presentes tinham sido pressentidos e engendrados pelas contradições do passado. *A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será.*”

Eduardo Galeano

RESUMO

A sustentabilidade tem sido uma questão central no debate em diversas áreas das atividades humanas. Na agricultura isso não tem sido diferente e a busca por modelos alternativos de produção que causem menos impactos e contemplem a dimensão ambiental, social e econômica dos sistemas é um desafio que se coloca em caráter de urgência. A agricultura familiar é um segmento dentro da agricultura que tem se esforçado para promover mudanças em suas práticas produtivas de forma mais sustentável. Nesse contexto, a agroecologia tem se mostrado como uma estratégia de produção utilizada pelos agricultores familiares para avançar na sustentabilidade nos seus agroecossistemas, ao incorporar os saberes tradicionais com o conhecimento científico interdisciplinar. As universidades têm um papel importante nesse processo de transição, na construção e difusão do conhecimento agroecológico junto as famílias agricultoras. Assim, o presente trabalho teve por objetivo avaliar qual tem sido a contribuição e tendências da produção acadêmica sobre agricultura familiar realizada junto aos agricultores familiares do município de Iperó. Para tanto, realizou-se a Análise de Conteúdo (AC) de teses e dissertações de forma a identificar as instituições, temáticas dos trabalhos e as contribuições para o entendimento acerca do tema. Observou-se que todos os trabalhos tiveram como público alvo a população rural dos assentamentos de reforma agrária do município. Verificou-se a tendência e potencialidades da produção agroecológica nos assentamentos, porém foram evidenciadas dificuldades dos agricultores para transição de seus agroecossistemas, relacionadas principalmente à assistência técnica, infraestrutura e mão de obra. Há dificuldades também em relação ao escoamento de produção, mas sobre esse aspecto verificou-se um movimento de organização e articulação dos agricultores com entidades da sociedade civil para comercialização de seus produtos, em detrimento de ausência de políticas públicas com essa finalidade. Concluiu-se que os trabalhos foram realizados por quatro instituições (UFScar, UNICAMP, USP e UNESP) e apresentaram tendências, as quais foram categorizadas em três temáticas principais (Reforma agrária e assentamentos, Agroecologia e Conservação ambiental, Escoamento de produção), que permitiram a descrição das principais características da agricultura familiar na região dos assentamentos, possibilitando a identificação das principais fragilidades, potencialidades e campos para a elaboração de novas pesquisas.

Palavras-chave: Ecologia agrícola. Agricultura sustentável. População rural. Reforma agrária. Comercialização.

ABSTRACT

Sustainability has been a central issue in the debate in several areas of human activities. In agriculture, this has been no different and the search for alternative production models that cause less impact and consider the environmental, social and economic dimension of the systems is an urgent challenge. Family farming is a segment of agriculture that has been striving to promote changes in its production practices in a more sustainable manner. In this context, agroecology has proven to be a production strategy used by family farmers to advance sustainability in their agrosystems by incorporating traditional knowledge with interdisciplinary scientific knowledge. Universities play an important role in this transition process, in building and disseminating agroecological knowledge to farming families. Thus, this work aimed to evaluate the contribution and trends of academic production on family agriculture carried out with family farmers in the municipality of Iperó. For this purpose, the content of theses and dissertations was analyzed in order to identify the institutions, work themes and contributions to the topic understanding. It was noted that all the studies were aimed at the rural population of the municipality's land reform settlements. It was noted the trend and potential of agroecological production in the settlements, but difficulties for farmers in transitioning their agrosystems, mainly related to technical assistance, infrastructure and labor, were highlighted. There are also difficulties in terms of production outlets, but there has been a movement to organize and articulate farmers with civil society entities to market their products, to the contrary of the absence of public policies to this end. It was concluded that the works were carried out by four institutions (UFScar, UNICAMP, USP and UNESP) and presented trends, which were categorized in three main themes (Land reform and settlements, Agroecology and Environmental Conservation, Production outflow), that allowed the description of the main characteristics of family farming in the region of the settlements, enabling the identification of the main weaknesses, potentialities and fields for the elaboration of new research.

Keywords: Agricultural ecology. Sustainable Agriculture. Rural population. Land reform. Commercialization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Índice de Gini a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017.....	29
Figura 2 – Requisitos para uma agricultura sustentável	49
Figura 3 – Registro fotográfico do acampamento Corumbiara	54
Figura 4 – Registro de jornal da época Eldorado dos Carajá.....	54
Figura 5 – Limites dos municípios e ocupações dentro e no entorno da UC	64
Figura 6 – Acesso a informações sobre o município de Iperó (mapas IBGE)	66
Figura 7 – Número de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs)	67
Figura 8 – Área total (ha) das UPAs considerando os estratos	68
Figura 9 – Área total (%) das UPAs considerando os estratos	69
Figura 10 – Assistência técnica as UPAs em Iperó/SP	69
Figura 11 – Nível de escolaridade dos proprietários das UPAs	70
Figura 12 – Distribuição quantitativa e temporal dos trabalhos selecionados.....	72
Figura 13 – Número de trabalhos realizados por área de concentração	72
Figura 14 – Enquadramento dos trabalhos por área de avaliação	73
Figura 15 – Formação de origem dos autores dos trabalhos	73
Figura 16 – Conjunto de temas abordados nos trabalhos	75
Figura 17 – Conjunto de temas e subtemas abordados nos trabalhos	75
Figura 18 – Palavras de maior ocorrência nos textos	77
Figura 19 – Seleção das unidades de registro e de contexto	78
Figura 20 – Referenciação dos códigos no texto	80
Figura 21 – Processo de agrupamento dos códigos em grupos.....	81
Figura 22 – Rede de palavras geradas para as categorias de análise	81
Figura 23 – Lista de palavras geradas no Atlas ti.....	82
Figura 24 – Nuvem de palavras geradas no Atlas ti.....	82
Figura 25 – Área 1 e Área 2 do assentamento Ipanema	86
Figura 26 – Linha do tempo do assentamento Ipanema	87
Figura 27 – Localização do assentamento Horto Bela Vista	88
Figura 28 – Linha do tempo do Assentamento Horto Bela Vista	89
Figura 29 – Origem dos assentados do assentamento Ipanema	91
Figura 30 – Relações e características envolvidas na produção.....	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Etapas de realização da análise de conteúdo	22
Quadro 2 – Relação dos documentos para análise separados por similaridade de temas/assuntos	74
Quadro 3 – Agrupamento das palavras-chave apresentadas nos trabalhos.....	76
Quadro 4 – Categorias iniciais.....	79
Quadro 5 – Categorias iniciais reagrupadas após análise	79
Quadro 6 – Categorias finais reformuladas após análise	80
Quadro 7 – Etapas para avaliação de tendências nos trabalhos	114
Quadro 8 – Contribuição dos trabalhos	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Gini (1985 – 2006)	28
Tabela 2 – Assentamentos e famílias assentadas (1985 – 2016)	31
Tabela 3 – Dados da agricultura familiar em 2006 e 2017	39

SUMÁRIO

SEÇÃO I. INTRODUÇÃO	15
I. 1 Objetivos	18
I.1.1 Objetivo geral	18
I.1.2 Objetivos específicos	18
I.2 Metodologia e referencial metodológico	19
I.3 Apresentação e estruturação do conteúdo	22
SEÇÃO II: AGRICULTURA FAMILIAR E CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL	23
II.1 Definições	23
II.2 Contexto histórico da questão agrária no Brasil	25
II.3 Reforma agrária e conflitos pela terra	32
II.4 Agricultura familiar e produção de alimentos	37
II.5 Sustentabilidade e agricultura familiar	45
II.6 Agroecologia	48
II.7 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)	52
SESSÃO III: O MUNICÍPIO DE IPERÓ	60
III.1 Acontecimentos históricos de Iperó	60
III.2 Ocupação do território	61
III.3 A agricultura familiar no município de Iperó-SP	65
SESSÃO IV: O ESTUDO SOBRE AS DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR EM IPERÓ-SP	71
IV.1 Pré- análise	71
IV.1.1 Levantamento dos trabalhos nas bases de dados	71
IV.1.2 Filtragem e escolha definitiva dos trabalhos	71
IV.1.3 Referenciação dos textos	76
IV.1.4 Seleção das “unidades de registro” e “unidades de contexto”	77
IV.2 Exploração do material	78
IV.2.1 Criação de Categorias	78

IV.2.1.1 Categoria I - Reforma agrária e assentamentos.....	82
IV.2.1.2 Categoria II: Agroecologia e conservação ambiental	97
IV.2.1.3 Categoria III: Escoamento da produção	108
IV.3 Interpretação e inferências	112
IV.4 Considerações finais.....	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135

SEÇÃO I. INTRODUÇÃO

A crise econômica e ecológica em que vivemos são resultantes de um mesmo fenômeno: “[...] um sistema que transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria, e que não conhece outro critério que não seja a expansão dos negócios e a acumulação de lucros (LÖWY, 2013. p 79).”

No que concerne ao meio rural, nas questões que envolvem o desenvolvimento da agricultura em suas diferentes dimensões da sustentabilidade, dois projetos se contrapõem, embora em termos desiguais.

A produção agrícola do Brasil pode ser dividida entre a produção de mercadorias (*commodities* do agronegócio), produzida por grandes propriedades monocultoras, e a produção de alimentos destinada ao consumo interno, e nesse aspecto predomina a contribuição da agricultura familiar (de base alimentar), que apesar de ser representada pela maioria dos estabelecimentos rurais no país, ocupa uma ínfima parte do território (MAZZETO; MAIA; SIMONCINI, 2011).

Retomando o contexto de desenvolvimento da agricultura no Brasil, a partir da década de 60 ocorreu a chamada “Revolução verde”, que preconizava a modernização da agricultura, através da introdução de máquinas, equipamentos e insumos com elevado grau de incorporação tecnológica (CARVALHO; NETO, 2016). Na época, um dos argumentos dessa lógica desenvolvimentista fundamentada na produção agrícola em larga escala tinha como justificativa “acabar com a fome” (GROSSI, 2017).

Os interesses capitalistas representados pelo empresariado e grandes grupos econômicos, aliado aos incentivos do estado, representado pelo governo militar da época, promoveram assim uma modernização conservadora da agricultura, onde apesar de introduzir melhorias a partir das tecnologias, não produziu melhorias nas condições de trabalhos e qualidade de vida no campo. Em contrapartida houve um agravamento das questões ambientais e aumento das desigualdades sociais, o que resultou em expropriações de terra e no fenômeno de “êxodo rural”, com a migração de um grande contingente de trabalhadores rurais para os centros urbanos (OLIVEIRA, 2015).

Ressalta-se ainda, que no início do terceiro milênio, houve aumento da pobreza e fome no mundo, embora os excedentes alimentares acumulados nos países

desenvolvidos serviriam para suprir toda essa demanda. Mesmo assim, grupos econômicos que estiveram por trás da Revolução Verde (empresas de sementes e agroquímicos) utilizam novamente o mesmo discurso, argumentando que a saída para resolução desse problema é aumentar a produtividade agrícola e promover uma segunda “Revolução Verde”, agora baseada na biotecnologia e na engenharia genética (ALTIERI, 2003).

Na década de 80, após o processo de redemocratização, a pauta do desenvolvimento rural ressurgiu com uma crítica ao modelo agrícola dominante. Nesse contexto, a “agricultura familiar se tornou categoria consagrada, capaz de abranger todas estas formas de agricultura, baseadas na associação entre trabalho, família e produção, bem como aquelas fundamentadas nos laços comunitários de natureza étnica (WANDERLEI, 2017, p.69).”

Na década de 90, com a assimilação do termo desenvolvimento sustentável pelos movimentos sociais, se fortalece dentro do setor da agricultura um movimento que havia se manifestado em 1970 e que propunha um modelo de agricultura alternativa ao modelo proposto pela Revolução Verde. Assim, a agroecologia desponta como um modelo a ser seguido, dentro da proposta do desenvolvimento sustentável e com a adesão de diferentes atores sociais. Entre esses, acadêmicos e instituições de ensino, que dentro da concepção da agroecologia como ciência interdisciplinar, produzem conhecimento para difusão da agroecologia entre os agricultores familiares (BRANDENBURG, 2017).

A agroecologia tem sido uma estratégia adotada pela agricultura familiar em contraponto ao modelo vigente de agricultura. E nesse aspecto, a participação das instituições de ensino tem sido fundamental para o desenvolvimento das comunidades locais, e da difusão da agroecologia como um modo de produção mais sustentável.

As instituições de ensino, a saber, as universidades, sempre estiveram ligadas à noção de produção de conhecimento e desenvolvimento dentro das sociedades, adquirindo diferentes modos de organização e estrutura ao longo do tempo.

No Brasil, de acordo com Oliveira e Moraes (2016), a atuação das universidades vem se alterando a partir das transformações do capitalismo globalizado e dos ideais neoliberais, especialmente a partir dos anos 90, que impeliu a adoção de mudanças nas políticas de pesquisa e pós graduação. Essas mudanças se deram principalmente via marcos e políticas governamentais que visaram ampliar

as parcerias público-privadas. Assim, a produção de conhecimento tem se delineado pelo ponto de vista de produção e competitividade econômica, a qual demanda constante inovação em tecnologias, em competências e qualificações da força de trabalho. Dessa forma, assume por vezes um papel utilitarista, com a alegação de fortalecer as economias locais em alinhamento com a economia global, ditada por organismos multilaterais que representam interesses específicos de determinados países.

De acordo com Di Meglio e Harispe (2015), esse cenário produziu uma ruptura entre estado e universidades e destas com a sociedade, e conferiram a universidade características mais empresariais. E o conhecimento nesse contexto acaba se alinhando mais com essa lógica econômica, que seguindo as concepções ideológicas do neoliberalismo, confere a tudo um caráter mercantilizado, e nisso se inclui o conhecimento, a força de trabalho e demais processos sociais.

“O conhecimento é conteúdo integrante da formação humana social, ética, política, moral e estética. Não deve ser, ou não deveria ser, simples engrenagem da otimização de lucros (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 585)”. Dentro da pluralidade da sociedade, o conhecimento tem um valor público e social e não deve apenas servir para usufruto individual, para o utilitarismo de grupos ou segmentos específicos, com o objetivo primeiro de impulsionar a competitividade e o lucro.

Ainda que ciência e tecnologia sejam consideradas fundamentais para o desenvolvimento das sociedades, se o conhecimento é produzido sem consciência social e sem compreensão cultural, se as informações são segmentadas, desconexas, não produzem o conhecimento e a crítica necessária para o entendimento da realidade (DIAS SOBRINHO, 2014).

Assim, as universidades desempenham um papel fundamental na formação de novos saberes e na formação de profissionais com consciência crítica para atuar na resolução de problemas socioambientais, abrindo-se a emergência de novos campos do saber ambiental (JACOB *et al.*, 2016). “Portanto, o potencial de intervenção é alto, sendo o papel da universidade, em alguns casos, determinante para o desenvolvimento de uma região (AGUIAR *et. al*, 2020, p. 307).”

Ao considerar a importância das universidades para a produção de conhecimento como um valor público e social, a elaboração desse trabalho propõe identificar a produção acadêmica sobre a agricultura familiar em um município da

região metropolitana de Sorocaba- SP. Norteia-se pelo seguinte questionamento: quais as tendências observadas na produção acadêmica de teses e dissertações sobre agricultura familiar no município de Iperó-SP?

Uma vez ressaltado o papel da universidade para a produção do conhecimento em diferentes âmbitos e da importância do vínculo da universidade com a sociedade, o presente trabalho se justifica por discutir uma temática de relevância atual vinculada ao desenvolvimento local e regional. A escolha por esse município se deu em função do conhecimento, de antemão, de seu histórico com a questão agrária por meio da atuação de movimentos sociais, e por existir atualmente uma população assentada que dá expressividade a questão da agricultura familiar na região.

Considerando o contexto e os atores envolvidos dentro da temática abordada, convém colocar um apontamento feito por Wanderlei (2014):

Cabe aos movimentos sociais demonstrar a sensibilidade e a firmeza para assumir a luta pela preservação de uma outra agricultura, que seja, de fato, econômica, ambiental e socialmente sustentável. E cabe à academia produzir os conhecimentos necessários, capazes de inspirar novas políticas de inclusão social, que efetivamente considere o campesinato enquanto forma de produção e modo de vida (WANDERLEI, 2014, p.41).

Dessa forma, torna-se importante resgatar e inventariar o conhecimento acadêmico produzido, suas abordagens e contribuições.

I. 1 Objetivos

I.1.1 Objetivo geral

Realizar o levantamento e uma análise dos trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) sobre a agricultura familiar no município de Iperó.

I.1.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos, o trabalho deverá contribuir para produção de conhecimento no sentido de:

- Identificar as instituições responsáveis pela produção acadêmica (teses e dissertações) em diferentes períodos;
- Identificar tendências temáticas investigadas nos trabalhos;
- Avaliar qual tem sido a contribuição da produção acadêmica para o desenvolvimento regional e para o entendimento das potencialidades/fragilidades da agricultura familiar no município através da abordagem dada pelos autores dos trabalhos.
- Apontar possíveis lacunas e horizontes para realização de novos estudos para o desenvolvimento local.

I.2 Metodologia e referencial metodológico

Trata-se de pesquisa exploratória e qualitativa. “Na pesquisa exploratória não se trabalha com a relação entre variáveis, mas com o levantamento da presença das variáveis e da sua caracterização quantitativa ou qualitativa (KÖCHE, p. 126, 2011)”. Para Köche (2011), o objetivo fundamental desse tipo de pesquisa é o de descrever ou caracterizar a natureza das variáveis acerca do assunto ou objeto que se se deseja conhecer.

Para Câmara (2013), a pesquisa qualitativa permite a análise descritiva, e a partir da perspectiva do real, contribui para uma melhor interpretação, aprofundamento e entendimento do objeto, fenômenos ou sujeitos envolvidos, bem como possibilita entender a percepção que os indivíduos tem sobre os mesmos.

A pesquisa em questão pode ser definida também como documental. A “[...] análise documental, que se refere à pesquisa documental, que utiliza em sua essência: documentos que não sofreram tratamento analítico, ou seja, que não foram analisados ou sistematizados (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p.243).” Para esses autores, esse tipo de pesquisa exige do pesquisador a capacidade de selecionar, tratar e analisar as informações de forma a compreender as interações sobre o conteúdo analisado.

Quanto ao método, segue a linha de raciocínio indutivo. No método indutivo, a generalização parte de observações particulares. Essas observações são feitas a partir de fatos ou fenômenos e suas causas decorrentes. A generalização no método

indutivo não ocorre mediante escolha de respostas *a priori*, mas a generalização é o produto posterior a realização do trabalho e se dá por meio da observação e experimentação, através da coleta de dados particulares (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto a técnica para realização da análise, será utilizado por base a “Análise de Conteúdo (AC)”, proposta por Bardin (1977), que a define como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Bardin (1977) salienta que, a partir do que é definido como “condições de produção” são admitidas possibilidades de inferências variadas (variáveis psicológicas do emissor, variáveis sociológicas e culturais, variáveis relativas à situação de comunicação ou do contexto de produção da mensagem), mas não deixa claro a possibilidade de inferências sobre a recepção da mensagem, razão pela qual a autora propõe também uma denominação mais neutra como, “variáveis inferidas”.

Na análise de conteúdo, as inferências são feitas após a construção das categorias. De acordo com Silva e Fossá (2015), a análise do material permite a criação de categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás do discurso. E nesse sentido, o analista ou pesquisador tem uma dupla tentativa.

[...] compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também e principalmente desviar o olhar para uma outra significação, uma outra mensagem entrevista através ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura «à letra», mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes ou de significados (manipulados), outros «significados» de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc. (BARDIN, 1977, p. 41).

Dessa forma, ao realizar a Análise de Conteúdo (AC), a busca do pesquisador ou analista é compreender características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tomados em consideração (CÂMARA, 2013).

O conjunto de técnicas para AC proposta por Bardin (1977), é aplicado em três etapas: 1) Pré análise; 2) Exploração do material; 3) Interpretação e inferências.

Com base nesse conjunto de técnicas, adequando-as a realidade dessa pesquisa, realizou-se as atividades na sequência descrita a seguir.

a) Primeira etapa: Pré análise

- 1) Escolha nas bases de dados dos documentos, mediante critérios de busca para seleção inicial dos trabalhos (títulos e palavras-chave);
- 2) Leitura dos resumos dos trabalhos para inclusão ou não inclusão dos trabalhos no *corpus* da pesquisa.
- 3) Leitura flutuante do material selecionado para familiarização e coleta das primeiras impressões sobre os trabalhos.
- 4) Separação dos trabalhos por similaridade de assuntos.
- 5) Leitura minuciosa e referência do texto a partir de palavras, termos, frases, que se destacaram no texto.

b) Segunda etapa: Exploração do material

- 2) Criação das pré-categorias de análise;
- 3) Definição das categorias finais de análise;
- 4) Nova leitura do texto e descrição das categorias a partir das unidades de contexto.

c) Terceira etapa: Tratamento

- 1) Apresentação/ discussão das inferências, deduções e hipóteses levantadas a partir da interpretação do material.

Para auxiliar no gerenciamento e organização dos documentos e informações, foi utilizado o software Atlas. Ti. “A sigla “Atlas” significa, em alemão, Archivfuer Technik, Lebenswelt und Alltagssprache e pode ser traduzida como “arquivo para tecnologia, o mundo e a linguagem cotidiana (WALTER; BACH, 2015, p. 280)”. Já a sigla “ti” advém de “text interpretation”.

O Atlas. ti não realiza a análise e nem substitui o pesquisador na realização da análise e da interpretação, mas facilita ao pesquisador a operacionalização e organização dos dados.

O quadro 1 a seguir sintetiza os passos de realização do trabalho.

Quadro 1 – Etapas de realização da Análise de Conteúdo (AC)

ETAPAS DA AC	SEQUÊNCIA DE REALIZAÇÃO DAS ETAPAS	OBJETIVOS DE ACORDO COM A AC
Pré análise	Consulta na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Banco de Teses e Dissertações da CAPES; Google Scholar e respectivos repositórios das faculdades UFSCAR, UNESP, USP e UNICAMP. As palavras chave usadas de forma combinada foram: Agroecologia, Iperó; Agrofloresta, Iperó; Agricultura orgânica, Iperó; Agricultura biodinâmica, Iperó; Agrícola, Iperó; Assentamentos, Iperó. Outro critério utilizado, para os documentos que não possuíam a palavra "Iperó" no título era procurar, pelo comando Ctrl F, se havia citação no texto.	Escolha dos documentos pela regra da exaustividade
	Seleção a partir da leitura dos resumos e palavras-chave	Escolha dos documentos pela regra da pertinência
	Inserção e organização dos trabalhos selecionados no Atlas. Ti	Facilitação na organização e referência dos documentos
	Primeira leitura dos textos (exclusos anexos, referências bibliográficas e apêndices) para familiarização com os textos e separação dos trabalhos por similaridade de assuntos/ temáticas	Leitura flutuante dos textos (verificação de tendências)
	Segunda leitura dos textos de forma minuciosa (feita de maneira a captar as informações particulares de cada texto)	Referenciação dos textos com anotação manuscrita dos termos/ palavras que se sobressaíram no texto.
	Levantamento das palavras que ocorreram com maior frequência no texto no Atlas ti.	A presença ou frequência de ocorrência de palavras (ou temas) podem indicar também as tendências dos trabalhos.
	Comparação dos termos identificados de forma manuscrita (pela percepção da autora) com as palavras de maior frequência no texto (com o auxílio do Atlas. ti), de maneira a realizar uma triagem, agregação e exclusão de termos, para então definir e marcar os códigos definitivos (unidades de registro) e unidades de contexto (citações) nos textos utilizando o software Atlas.ti	Codificação do texto
Exploração do material	Associação dos códigos em categorias utilizando o Atlas.ti	Identificar as tendências temáticas dos trabalhos
	Geração de relatório com a compilação das unidades de registro e unidades de contexto para posterior leitura e interpretação do conteúdo.	Interpretação e descrição do conteúdo de forma mais concentrada, direcionada
	Geração de gráficos a partir de características da produção acadêmica	Dados quantitativos
Tratamento e interpretação	Apresentação de inferências a partir do conteúdo dos textos	Apresentar interpretações sobre o tema pesquisado (conclusões e hipóteses sobre as informações obtidas nos textos).

Fonte: Autoria própria (2021)

I.3 Apresentação e estruturação do conteúdo

O conteúdo desse trabalho foi pensado a partir de um recorte geral e específico, sendo estruturado em quatro seções.

A **seção I**, composta pela introdução, na qual se enfatizou o papel das universidades dentro da sociedade, sua responsabilidade na produção de conhecimento e de sua função social para o desenvolvimento local e regional. Apresentou-se também a justificativa da pesquisa, os objetivos e o referencial metodológico que nortearam sua realização.

Na **seção II** é apresentado uma contextualização da situação da agricultura familiar no Brasil, sua definição e seus principais desafios, a partir de uma abordagem de como se deram os processos históricos de distribuição de terra e o surgimento de movimentos sociais que influenciaram a forma como a agricultura familiar está atualmente organizada e atuante.

Na **seção III** é apresentado características gerais sobre o município de Iperó e uma síntese sobre a questão fundiária e atual conjuntura da agricultura familiar local.

Na **seção IV** é apresentado a Análise de Conteúdo (AC) dos trabalhos, a descrição e interpretações baseadas nos objetivos propostos, com possíveis conclusões que indiquem a contribuição dessa produção acadêmica para o desenvolvimento e entendimento acerca das características da agricultura familiar no município, e possíveis lacunas para desenvolvimentos de novos trabalhos, tanto no campo acadêmico, quanto para o desenvolvimento de políticas públicas.

SEÇÃO II: AGRICULTURA FAMILIAR E CONTEXTO HISTÓRICO NO BRASIL

II.1 Definições

Ao discorrer sobre agricultura familiar, faz-se necessário primeiramente o entendimento sobre determinadas terminologias como, “questão agrária”, “reforma agrária”, “agricultura familiar”.

Sobre a definição de questão agrária, Carvalho (2015) enfatiza que diferentes ciências se debruçam em pesquisas sobre as relações sociais de produção no mundo rural, resultando um termo genérico que [...] “convencionou-se chamar de questão agrária o conjunto dos problemas relativos à produção e reprodução social no campo dentro do capitalismo (CARVALHO,2015,p.9).”

Com relação a reforma agrária, essa deve ser entendida como um processo que vai além da questão de redistribuição de terras pelo estado. A reforma agrária deve consistir um conjunto de políticas públicas que transcende o caráter fundiário, mas que considere também em seu arcabouço questões de estrutura básica como: infraestrutura de acesso a saúde e educação, saneamento, financiamentos, subsídios, assistência técnica, planejamento para viabilizar formas de escoamento e comércio da produção, além de garantia jurídica e agilidade no processo de posse da terra. Em resumo, deve oferecer condições para que o trabalhador possa trabalhar, produzir e viver dignamente (CARVALHO, 2015).

A abrangência e o conceito do que se define como “agricultura familiar” surge durante um processo histórico, com definição dada pela Lei 11.326/2006.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Do ponto de vista acadêmico há um esforço para tentar entender as implicações da adoção desse termo. Se por um lado há um avanço do reconhecimento da agricultura familiar pelo Estado, por outro lado deve ser considerado a ameaça de uma categorização genérica para contemplação da heterogeneidade e visibilidade de outros agentes da agricultura no campo, tais como assalariados, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais, e outros (GRISA, 2017).

“Está em questão o lugar social destes agricultores, que se expressa por meio do significado que se atribui às categorias “campe sinato”, “agricultura familiar” e “agronegócio” (WANDERLEY, 2014, p. 30).”

Para Wanderley (2014), com base em debates envolvendo a conceituação dessas terminologias, com relação ao campesinato, se assume uma conotação de uma agricultura tradicional, de pequena escala, sem recursos produtivos, desvinculada ao mercado e frequentemente associada a incivilidade e ao atraso socioeconômico.

Sobre campesinato, ressalta ainda que a palavra camponês traz uma associação com o “movimento camponês”, o qual foi considerado subversivo e perseguido durante o período da ditadura militar (1964-1985). Assim, o intuito de desvinculação da palavra deu lugar a termos neutros, imprecisos e até depreciativos como, “produtores de baixa renda”, “produtores de subsistência”, entre outros. Já a adoção do termo “agricultura familiar”, apesar de suas particularidades de produção, estaria mais integrado a economia e com um vínculo mais próximo com as cidades. A referência ao termo “agricultura familiar”, adotado pelo estado, ao mesmo tempo em que diluía a conotação do conteúdo político histórico da palavra camponês, trazia pela primeira vez o reconhecimento positivo da condição agrícola e as particularidades e demandas dos agricultores familiares.

Assim sendo, [...] “esta categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDELEY, 1996, p. 2)”.

Portanto, com ciência da discussão conceitual acerca dos termos, utilizou-se nesse trabalho então o termo “agricultura familiar”, já que para o objetivo da pesquisa, parte-se de início de um objetivo genérico, que é o de levantar os aspectos sobre a agricultura familiar no município de Iperó/SP, a partir do conteúdo dos trabalhos acadêmicos (teses e dissertações).

II.2 Contexto histórico da questão agrária no Brasil

Historicamente, a questão da posse, uso e propriedade de terras no Brasil sempre evidenciou a desigualdade estrutural em que foi fundada as bases da sociedade brasileira. A começar pelo processo de invasão pelos colonizadores europeus, a luta pela terra sempre foi marcada por conflitos e não raro, derramamentos de sangue.

No período colonial, desde o século XVI até o século XVIII, vigorou o sistema de capitanias hereditárias e sesmarias, que consistiam, de acordo com Coutinho; Rodrigues (2015), na doação de terras aos chamados “donatários”, que eram pessoas que haviam prestado algum tipo de serviço a coroa portuguesa. Como condição, as

terras deveriam ser cultivadas, caso contrário deveriam ser devolvidas (terras devolutas), o que na prática não acontecia.

Dessa forma, a necessidade de mão de obra para cultivo da terra e geração de riqueza a partir de grandes propriedades constituiu a origem dos latifúndios que se utilizaram da mão de obra escrava para a produção de monoculturas de exportação.

Em 1850, é promulgada a Lei de Terras nº 601 que dispõe sobre as terras devolutas do Império e que dava o direito a posse da terra somente a quem pudesse pagar por ela.

De acordo com Girardi (2019), a Lei de Terras legitimou como propriedade privada as terras concedidas pela coroa portuguesa até 1822, e aquelas apossadas entre essa data até a promulgação da respectiva lei, em 1850. “A lei excluía radicalmente pequenos lavradores e aldeias indígenas (SILVA, 2018,p.187)”.

Porém, Fernandes, Welch e Gonçalves (2012) ressaltam, com base na descrição da historiadora Ligia Osório da Silva, que a classe latifundiária da época resistiu a aplicação da lei até o final do século XIX.

Em 1889 houve a proclamação da república, logo após a promulgação da lei de abolição da escravatura. Embora, o contexto em que se deu a implantação desse novo regime envolvesse vários fatores, “[...] a abolição dos escravos refletira as mudanças econômicas que destruíram a “estrutura econômica tradicional (ARAÚJO, 2019, p. 43).”

Durante o período da república, o controle de posse e uso da terra passou a ser de responsabilidade dos governos estaduais recém-formados, sobre o poder de oligarquias agrícolas que tinham interesses próprios, incluindo a desestruturação da questão fundiária pelas vias do campesinato (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012).

Esse período da República Velha (1889-1930), traz como referência o “coronelismo” e foi marcado por lutas e conflitos pela terra. Com a república, não veio a reforma pela lei de terras, não houve a demarcação de terras devolutas e particulares, nem a proibição de posse, visto que a apropriação de terras públicas continuou a ser incorporada a terrenos já cultivados ou concedidos pelas sesmarias (ARAÚJO, 2019).

Segundo Sales e Rodrigues (2019), surgiram movimentos camponeses que reivindicavam direitos sobre as terras que já cultivavam e viviam, e também pelo direito

a novas terras para produzir. A legislação que até então só havia favorecido os latifundiários, não legitimou a posse por parte dos pequenos posseiros. Datam desse período (República Velha), a Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado e o surgimento e atuação do cangaço.

¹Em síntese, até o findar da República Velha, prevaleceu no Brasil um modelo de produção primário exportador, com fases de produção extensiva da cana de açúcar, de mineração e de produção de café. Durante todas as fases, se consolidaram os grandes latifúndios, que durante muito tempo se utilizaram de mão de obra escrava para o cultivo de monoculturas de exportação.

Com a chamada “revolução” de 1930, instituiu-se o governo semifascista também chamado de “Estado Novo” que perdurou de 1937 a 1945. Getúlio Vargas chega ao poder com um intento desenvolvimentista que buscava reduzir a influência da oligarquia rural. É desse período a existência de decretos- leis que visavam reforçar as relações capitalistas no campo (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012).

De outro lado, é também desse período o surgimento de uma organização social e política das classes rurais, a criação de uma estrutura de organização judiciária do trabalho, criação de sindicatos (locais, estaduais e federais) tanto para camponeses quanto para latifundiários. Porém, essa classe mais abastada não viu com bons olhos as ações por parte do governo, amedrontando-se com a possibilidade de aumento do controle do estado sobre as terras (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012).

Em 1964, o então presidente João Goulart anuncia a reforma agrária como uma de suas reformas de base (GIRARDI, 2019). ²Determinados setores da sociedade brasileira, entre esses os setores agroindustrial e grandes proprietários de terra, também o setor conservador da igreja católica viam nas reformas de base do governo uma ameaça comunista e promoveram a “marcha pela família com Deus pela liberdade”. O golpe é instituído em 01 de abril de 1964, alguns dias depois do discurso histórico do presidente João Goulart (1961-1964) e da emissão do decreto 53.700 de 13 de março de 1964, que propunha ações no sentido de uma “reforma agrária”. Ainda que limitada no seu escopo, a reforma agrária proposta era intolerável pelas elites da época.

¹ Podcast: Por uma questão de Classe: 1500-1930, um passeio pela formação econômica do Brasil.

² Podcast: Por uma questão de classe: Lógica produtivista da ditadura militar.

³Instituído o golpe de 1964, há uma mudança de narrativa e o debate sobre questão agrária é sufocado. As políticas agrícolas implementadas resultaram na “chamada modernização conservadora”, moderna por fora, violenta e arcaica por dentro.

Os governos militares também reprimiram violentamente os movimentos sindicais de trabalhadores rurais nesse período (SCHMITZ; BITTENCOURT, 2014).

O Estatuto da Terra publicado em 1964, contraditoriamente publicado pelo regime militar, a princípio pareceu um avanço na questão da reforma agrária. Porém, ao longo do tempo se converteu em mais uma lei, que veio beneficiar apenas uma parcela da população representada pelos latifundiários. De acordo com Fernandes; Welch e Gonçalves (2012), o texto do estatuto fora elaborado por um grupo de revisores do próprio regime, e tinha como aposta a constituição de uma nova classe média rural e eliminação do latifúndio. Mas, por articulações da oligarquia ruralista no congresso, foram feitas alterações na linguagem e objetivos do estatuto, de forma que o apoio estatal por meio de incentivos governamentais favorecesse a agroindústria em larga escala.

Dessa forma, o que ocorreu no período foi a manutenção da concentração de terras em grandes latifúndios e abertura de novas áreas, com uma concentração de terras ainda maior para expansão agropecuária nas regiões Norte e Centro- Oeste, dentro de áreas dos biomas amazônico e cerrado (GIRARDI, 2019).

Essa constatação pode ser feita ao se comparar o índice de Gini (1985-2006), que mede a desigualdade na concentração de terras, onde “0” significaria uma situação de total igualdade e quanto mais próximo de “1”, mais desigual (tabela 1).

Tabela 1 – Índice de Gini (1985 – 2006)

Gini	1985	1995	2006
Gini	0,858	0,857	0,856

Fonte: Hoffmann e Ney (2010) apud Cunha e Carvalho (2014)

O comportamento do índice de Gini, desde 1985, demonstra bem a elevada concentração da posse da terra no Brasil que, para os anos observados, sempre esteve acima de 0,850. Tornou-se perene a expropriação, a expulsão e o desemprego, que continuam se configurando como elementos centrais

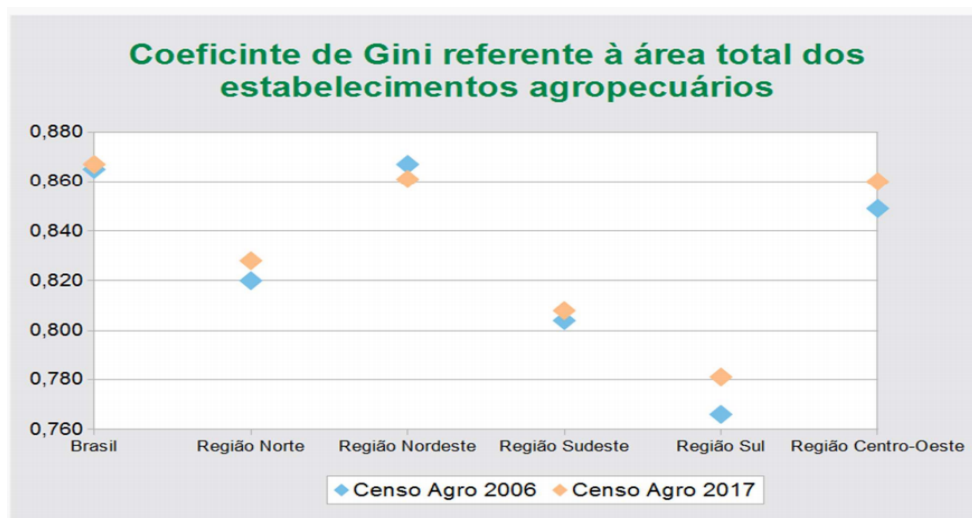
³ Podcast: Por uma questão de classe: Lógica produtivista da ditadura militar.

da questão agrária nacional com rebatimentos sociais significativos (CUNHA; CARVALHO, 2014, p.14).

Percebe-se então, que não houve mudanças significativas na estrutura fundiária no Brasil. E assim, perpetua-se a enorme influência dos latifundiários em dissimular a luta de classes e impedir quaisquer políticas públicas que venham beneficiar as populações camponesas (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012).

Atualmente, na mais recente publicação do Censo Agropecuário em 2017 oficial, publicado durante o governo de Michel Temer, não há comentários analisando o referido índice. ⁴Em uma apresentação avulsa intitulada “Retratando a Realidade do Brasil Agrário”, é demonstrado um gráfico com o Coeficiente de Gini referente à área total dos estabelecimentos agropecuários. A publicação traz esclarecimentos sobre certos aspectos/critérios adotados no censo de 2017. O gráfico é apresentado, porém não há nenhum comentário ou análise sobre o aumento de concentração de terra, e na publicação oficial do Censo Agropecuário de 2017 também não é feita nenhuma análise. Ainda, nessa publicação, é feito um adendo, de que a proposta do censo, é retratar as questões agrárias, que “têm a ver com o acesso à terra e sua utilização em atividades agropecuárias” e não a de retratar as questões fundiárias que “têm a ver com o imóvel rural, seu tamanho, sua propriedade e distribuição pelo território”. A figura 1 mostra o índice de Gini de acordo com o Censo de 2017.

Figura 1 – Índice de Gini a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017



Fonte: IBGE (2017)

⁴ Acesso ao gráfico na publicação: “Retratando a Realidade do Brasil Agrário” do IBGE

Segundo Cosme (2020), o último censo teve o viés de esconder ao máximo a concentração fundiária, atendendo aos interesses da burguesia latifundista do agronegócio. Na análise dos dados do Censo de 2017 demonstrada pelo autor, o mesmo afirma que não restam dúvidas de que a concentração fundiária continua em 2017.

A partir dessa constatação, voltando a questão da reforma agrária, dentro do contexto histórico brasileiro, em suas diferentes fases e governos, o problema da concentração fundiária sempre se mostrou presente.

“Durante a ditadura militar de 1964 a 1985, no geral, relativamente pouca reforma agrária ocorreu. Quando o acesso à terra foi fornecido, priorizou a colonização da Amazônia ao invés da redistribuição de terras em outras regiões (FITZ, 2018, p. 258)”.

A partir de 1985, com o fim da ditadura militar, dá-se início ao período da nova república. A questão agrária retorna, sendo incorporada na Constituição Federal de 1988 os princípios jurídicos da função social e ambiental da propriedade, já contidos no Estatuto da Terra de 1950, mas ignorados pela política agrária do regime militar (DELGADO, 2017).

Com a redemocratização, foi possível introduzir no debate da sociedade novas ideias e propostas de novos modelos de agricultura. O ponto de partida dessa discussão, eminentemente política, é o reconhecimento de que as unidades familiares de produção não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola, isto é, de que são capazes de transformar seus processos de produção, no sentido de alcançar novos patamares tecnológicos, que se traduzam pela maior oferta de produtos, maior rentabilidade dos recursos produtivos aplicados e a plena valorização do trabalho (WANDERLEY, 2017, p.30).

Em 1986 foi lançado o I Plano Nacional de Reforma Agrária e de acordo com Guedes e Fleury (2016), até 1990 foi observado um aumento no número de assentamentos de sem-terra.

Já nos governos posteriores, de Collor e Itamar Franco houve uma redução progressiva no número de assentados.

Comparativamente, desde 1986 até 2011, houve alternâncias nos dados (assentamentos e número de assentados), com períodos de crescimento e refluxo quanto ao número de famílias assentadas (Tabela 2).

Tabela 2 – Assentamentos e famílias assentadas (985 a 2016)

Governos Federais	Nº Assentamentos	%	Nº Famílias	%	Área (Hectares)	%
Sarney/Collor/Itamar (1985-1994)	931	9,94	58.317	4,32	16.290.069	18,33
FHC (1995-1998)	2.331	24,88	287.994	21,36	12.389.681	13,94
FHC (1999-2002)	1.950	20,82	252.710	18,74	8.686.045	9,78
Lula (2003-2006)	2.315	24,71	381.419	28,29	31.889.037	35,89
Lula (2007-2010)	1.229	13,12	232.669	17,25	16.402.143	18,46
Dilma (2011-2014)	503	5,37	107.354	7,96	2.956.208	3,33
Dilma/Golpe/Temer (2015-2016)	109	1,16	28.021	2,08	233.954	0,26
Total geral	9.368	100,00	1.348.484	100	88.847.137	100,00

Fonte: Cosme (2020)

Embora os números possam ter sinalizado uma melhora da questão agrária com aumento do número de famílias assentadas, e isso se deve em grande parte pela atuação e pressão de movimentos sociais camponeses, no governo de FHC foram registrados grandes conflitos no campo, como os que ocorreram em Corumbiara/RO (1995) e Eldorado dos Carajás/PA (1996).

Nota-se similaridade nos dados apresentados nos governos Lula e FHC, com aumento do número de assentamentos no primeiro mandato e um decréscimo no segundo mandato de ambos.

Segundo os autores, Barone e Ferrante (2017), a explicação para essa redução nos números de assentamentos é dada pelos próprios movimentos sociais, como o MST. Segundo a representação do movimento, esse quadro de redução se deu em função do deslocamento de reivindicações nas pautas, que se direcionaram mais para “ajustes incrementais” e “procedimentais”, em concordância com a política agrária governamental. De outro lado, para setores mais adeptos a visão agrária capitalista, esse cenário de redução dos números de assentamento demonstra a morte da reforma agrária, dado o enorme sucesso do agronegócio.

Sobre a questão agrária em períodos mais recentes, o processo de globalização e a adoção indiscriminada de políticas neoliberais, especialmente a partir dos anos 90, acentuou os problemas estruturais no Brasil, a exemplo da concentração de renda e da propriedade (CARVALHO; CUNHA; MOLINA, 2014). Por meio dessa constatação, cabe lembrar que, mesmo os governos Lula e Dilma tiveram uma estreita relação com políticas de incentivo ao agronegócio, notadamente o setor mais inserido

dentro da lógica do capital neoliberal e que está particularmente ligado a problemática da concentração de terras e desigualdades no campo.

Se governos que ascenderam com um discurso mais alinhado com a questão agrária perderam a oportunidade de implementá-la de fato, as expectativas para o momento atual são as piores possíveis e vem se consolidando, na prática.

Para Calvante (2019), a questão agrária nunca foi levada a sério, de fato por nenhum governo.

Concomitante a essa constatação, há um outro fenômeno que se evidencia, que é a disparidade na proporção entre população rural e população urbana.

Em 1940 e 1950 havia 69% da população vivendo na zona rural, e 64% na zona urbana. Em 1960 e 1970 esse dado se inverteu, conforme se evidencia nos dados do censo de 1970, onde o Brasil passou a apresentar uma população urbana de 56% e 44% rural (CARVALHO; NETO, 2016).

Números atuais evidenciam ainda mais essa diferença entre população urbana e rural. No Censo Demográfico do IBGE (2010), a população urbana representava 81,2% em 2000, e passou a representar 84,4% em 2010. Em um levantamento mais recente, a Pesquisa Nacional por amostras de Domicílios (PNAD) de 2015 aponta que 84,72% da população vive em áreas urbanas, e 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais (IBGE, 2016).

II.3 Reforma agrária e conflitos pela terra

Os conflitos pela terra estiveram presentes desde sempre no cenário brasileiro. Diante de tentativas para implantar uma reforma agrária, poucos avanços foram feitos, e o que se pode considerar como avanço foi obtido mediante pressão dos movimentos sociais.

Historicamente, os primeiros movimentos de resistência e luta pela terra foram feitos por indígenas, habitantes primeiros dessa terra.

“Quando falamos em História Indígena, um dos momentos de maior destaque é a chamada “Guerra Guaranítica”, ocorrida em decorrência do Tratado de Madri (1750) (BURD, 2014, p.108). Uma das principais lideranças desse movimento foi o indígena Sepé Tiaraju.

Esse conflito ocorreu entre 1754 e 1756, onde os indígenas se organizaram numa luta desigual contra um exército dotado de forte artilharia. Em 1754, a ofensiva conjunta de espanhóis e portugueses fracassou. Porém, em 1756, dois anos depois, em uma nova investida, morria Sepé Tiaraju, três dias antes da batalha de Caiboaté, onde mais de 1.200 guerreiros indígenas guaranis morreram em pouco mais de uma hora. Terminava então a resistência indígena no território das Missões (DORNELES, 2018).

Outros movimentos de resistência surgiram a partir da formação dos quilombos. Quilombos “[...] são comunidades formadas por descendentes de negros que fugiram durante o período da escravidão ou até mesmo foram formadas depois da libertação (GUEDES;FLEURY, 2016. p.118)”.

Em um período mais recente, na década de 90, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o campo voltou a ser palco de violência, com a morte de vários camponeses nos conflitos ocorridos em Corumbiara/RO (1995) e Eldorado dos Carajás/PA (1996).

⁵Recentemente, em agosto de 2020, ocorreu uma ação truculenta do governo do estado de Minas Gerais para desocupação do quilombo Campo Grande. O terreno onde ocorreu o despejo era ocupado por 450 famílias, dentre as quais, 140 delas eram de ex-funcionários da usina Ariadnópolis, propriedade da Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (CAIA), que outrora produzia álcool e açúcar. A usina falida encerrou suas atividades deixando pendente mais de R\$ 300,00 milhões em dívidas trabalhistas. Os trabalhadores, que viviam na área da usina, sem dinheiro e sem trabalho, se uniram em torno da terra e começaram a recuperar a terra degradada pelo monocultivo.

⁶Desde 1996 as famílias estavam assentadas em uma área de aproximadamente 4 mil hectares. No local implementaram uma produção diversificada, priorizando a agricultura sem agrotóxicos, produção de sementes agroecológicas e práticas agroflorestais (TELES, 2020). O despejo das famílias ocorreu em função do impasse gerado a partir da desapropriação de 3.195 hectares

⁵ <https://mst.org.br/2019/11/11/em-minas-acampamento-quilombo-campo-grande-volta-a-ser-tema-de-audiencia/>

⁶ Reportagem disponível no link: <https://revistaforum.com.br/blogs/falaqueeudiscuto/o-quilombo-campo-grande-existe-e-resiste-conheca-o-contexto-o-trabalho-e-a-historia/>

do terreno. O valor de 66 milhões seria pago pelo estado em 5 parcelas aos empresários, que apoiados pela bancada ruralista recusaram o acordo e anulação do decreto. Assim, em meio a pandemia da COVID-19, no dia 12 de agosto de 2020 a polícia militar de Minas Gerais deu início a um processo violento de reintegração de posse da área. E assim se perpetua a violência, as desigualdades sociais e econômicas nesse sistema injusto que se mantêm no Brasil.

Voltando um tanto no tempo, resgatando acontecimentos históricos do Brasil, outros conflitos ocorreram no campo, porém sempre evidenciando as desigualdades sociais em torno da disputa pela terra.

No nordeste da Bahia, ocorreu de 1896 a 1897 a Guerra de Canudos. De acordo com Costa (2017), o movimento liderado por Antônio Conselheiro criticava a república, e contestava determinadas medidas que surgiram com ela e que contrastavam com a visão tradicional e religiosa dos canudenses (por exemplo, registro civil, de casamento, morte e cobrança de impostos). Esse conflito envolveu Arraial de Belo Monte, uma comunidade autossuficiente e independente que atraiu cerca de 15.000 sertanejos e tornou-se uma grande cidade do interior baiano.

Os sertanejos que ali se estabeleceram, vislumbravam um lugar para viver em paz, em segurança, longe da fome que assolava o sertão, dos conflitos de clãs regionais e da dominação dos grandes proprietários de terra. Eram ex-escravos, índios, mestiços, vaqueiros, meeiros que migravam para Belo Monte na promessa de uma vida melhor (COSTA, 2017).

A autonomia religiosa, e o êxodo de mão de obra de sertanejos que eram atraídos para o arraial causou hostilidade por parte de alguns setores da elite da época que passaram a considerá-lo uma ameaça às instituições republicanas. O conflito que ocorreu em Arraial de Belo Monte envolveu, de um lado o exército brasileiro e de outro milhares de camponeses (sertanejos) pobres liderados por Antônio Conselheiro. Como resultado, Antônio Conselheiro foi morto e o povoado foi destruído (COSTA, 2017).

Outro relevante movimento ocorrido na história do Brasil e que envolvia a luta pela terra ficou registrado como guerra do Contestado, que ocorreu no sul do Brasil entre (1912-1916). “A Guerra teve como atores centrais uma população de pobres “sertanejos”, os quais vivenciaram, entre fins do século XIX e início do XX, as intensas transformações na estrutura fundiária dessa região (AYOUB, 2014, p.150).

Existiram outros movimentos sociais que engendraram a luta pela terra no Brasil em períodos posteriores aos relatados. Um dos mais expressivos atualmente é o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), cuja pauta é a realização da reforma agrária.

Antes do surgimento do MST, porém, teve início uma articulação na esfera política que culminou em importantes acontecimentos, que trouxeram à tona a discussão acerca da reforma agrária.

Um desses acontecimentos ocorreu em 1920, quando é formado o Partido Comunista (PCB), que defendia a ideia de que o Brasil precisava de uma reforma agrária para progredir. Dessa forma, o PCB faz uma aliança com o PD (Partido Democrático) com o objetivo de compor uma frente de oposição na eleição de 1930. Essa frente política foi denominada de Bloco operário e camponês (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012).

Os autores, Fernandes, Welch e Gonçalves (2012) descrevem que a partir dessa articulação do PCB, em 1946 surgem as ligas camponesas, que visavam congregar operários agrícolas e lavradores pobres. Em 1954, o PCB funda a ULTAB (União do Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil).

Nesse mesmo período, no Nordeste surgia um novo movimento de ligas camponesas, de raiz mais radical do que a vertente apregoada pelo PCB. Um de seus maiores representantes era Francisco Julião, que defendia a ideia de que era mais válido ter sua própria terra, do que salário (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012).

Ou seja, a luta é no sentido de que todos disponham de terra para produzir, sem precisar submeter a sua força de trabalho através de assalariamento para ter o direito de viver e trabalhar nela.

Com base no trabalho dos autores Fernandes; Welch e Gonçalves (2012), Wanderley (2014), Guedes e Fleury (2016), e Girardi (2019), são elencados uma série de acontecimentos relevantes que nortearam a questão fundiária e de reforma agrária. Entre esses acontecimentos, ora acontecem avanços, ora retrocessos, ora significavam a criação, ora significavam a exclusão de mecanismos, órgãos e políticas voltadas a reforma agrária.

Com o passar dos anos, mais recentemente nas últimas décadas, houve novos direcionamentos e estratégias no âmbito de reforma agrária no Brasil, com o

surgimento de novas abordagens dadas pelos movimentos sociais de luta pela terra e nas políticas públicas para agricultura familiar. A partir desse cenário, a professora e pesquisadora Débora F. Lerrer, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em seu artigo intitulado “O recalque da questão agrária brasileira” faz alguns apontamentos.

Ela aponta à ausência da expressão “Reforma Agrária” nos debates políticos, especialmente a partir de 2007, onde tornaram-se dominantes os termos “agroecologia” e “agricultura familiar”. Segundo ela os termos não endereçam prioritariamente a questão agrária e a seu ver diminuem o seu peso político e social, tirando a centralidade da questão no debate público no Brasil, mesmo dentro do campo da esquerda.

Logicamente que essa é uma percepção e opinião pessoal da autora, já que sua análise tem um enfoque maior para a conjuntura política, e como essa reflete nos dias atuais com relação a reforma agrária. A sua argumentação se dá em torno da hipótese de que o silenciamento e o recalque da reforma agrária esteja associado aos efeitos do “golpe empresarial de 1964”. A partir dessa hipótese, faz uma análise dos acontecimentos e das tratativas dada a essa questão pelos diversos governos que ascenderam ao poder posteriormente, destacando as abordagens dadas principalmente pelos governos petistas.

Pode-se levantar o questionamento, se de fato, há uma ausência do termo reforma agrária nos debates públicos. O arrefecimento no processo de ocupações, o direcionamento das agendas adotadas (em um determinado momento por um governo ou movimento social) e estratégias praticadas pelos movimentos sociais no campo estariam distanciando, ou colocando de lado a questão de origem que outrora norteou as ações no campo? Lerrer (2020) observa que no decorrer dos anos houve um progressivo enfraquecimento e uma fragmentação das pautas e dos atores políticos no campo dos movimentos sociais, enquanto que de outro lado ocorreu o fortalecimento de grupos e representações do agronegócio.

Há um outro viés considerado, conforme citado por Grossi (2017), com relação ao direcionamento dado pelo MST em torno da agroecologia. Essa seria uma estratégia do MST, visando reunir elementos para potencializar a sua proposta de “reforma agrária popular”, que engloba uma contraposição ao modelo de produção do agronegócio, contribuindo para um processo de politização mais amplo, cuja

intervenção deve contemplar a questão agrária e a questão ambiental junto a sociedade, sendo esse um grande desafio produtivo e político para o MST.

Portanto, é válido fazer questionamentos sobre estratégias e abordagens (teórico e práticas), já que dentro do sistema capitalista, esses deverão ser continuamente debatidos e revistos. Assim, também é importante estar ciente e manter um olhar crítico para a possibilidade de cooptação de termos e conceitos e de suas significações pelo sistema capitalista, e mesmo a banalização e manipulação de seu uso por atores que podem deturpar ou desviar sua significação e contexto.

Permanece então o desafio de se encontrar formas de combater esse modelo atual de agricultura imposto por esse sistema, que mina os recursos naturais, gera violências, perpetua desigualdades sociais/econômicas e exerce uma pressão cada vez maior sobre o meio ambiente. Esse direcionamento do MST para com a agroecologia tem sido uma dessas formas.

II.4 Agricultura familiar e produção de alimentos

Para avaliar a contribuição da agricultura familiar na produção de alimentos no Brasil, a principal fonte de referência têm sido os censos publicados pelo IBGE. Os dois últimos Censos Agropecuários realizados foram o de 2006 e mais recentemente o de 2017.

De acordo com Cosme (2020), a partir dos censos pode-se ter uma dimensão da participação da agricultura familiar para a produção de alimentos no cenário nacional, mesmo que na última edição tenha havido um esforço no sentido de que os dados do censo não ferissem os interesses da burguesia latifundista.

“A primeira ação estrutural foi enxugar o questionário ao máximo, passando das 24 páginas do Censo 2006 para apenas 10 páginas de perguntas no Censo 2017, além da queda nos números de recenseadores, de 80 para 26 mil (MITIDIERO JUNIOR, BARBOSA; SÁ, 2019)”.

Conceitualmente foram adotados critérios para definições de “estabelecimentos de área não contínua” e “produtor sem área”, diferentes das definições usadas em 2006. Isso pode ser uma das explicações para a redução no número de estabelecimentos registrada no censo de 2017. Com relação ao uso de agrotóxicos, no Censo 2017 foi aplicado somente uma questão: “Utilizou agrotóxicos

para o controle de pragas ou doenças em vegetais?”, e para indicação de despesas - “Qual foi o valor total das despesas realizadas no estabelecimento?”(COSME, 2020). Ou seja, a segunda questão é genérica, e não dá possibilidade para mensurar o uso nos estabelecimentos.

Os autores Mitiero Junior, Barbosa e Sá (2017), analisaram os dados da produção agrícola do Censo Agropecuário de 2006, a fim de verificar os dados da pesquisa do IBGE e comprovar que os pequenos estabelecimentos são os maiores produtores de alimentos no Brasil. A exemplo do que houve em 2006, em 2017 também houve uma reação por parte dos ruralistas, os quais, através da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), encomendaram a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e ao Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), um estudo que colocasse em cheque os dados de agricultura familiar divulgados pelo IBGE, já que o discurso vigente é de que o agronegócio é o carro chefe da produção agropecuária no Brasil, justificando assim os investimentos e políticas públicas voltadas para o setor.

Sobre a metodologia utilizada nos estudos, para consideração do que é agricultura familiar, o estudo do IBGE utilizou como referência a definição da Lei 11.326/2006 (que traz uma definição e critérios para enquadramento de empreendimento de agricultura familiar) e no estudo encomendado pelos ruralistas, foi utilizado um critério de “enquadráveis” e não “enquadráveis” no PRONAF. Vale lembrar que no estudo da CNA não são considerados estratos de área, baseando-se somente em valor bruto de produção. Dado a problemática da concentração fundiária no Brasil, um estudo que não considere esse aspecto é limitado para compreensão do cenário agrário como um todo (MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017).

Na análise com base em dados de volume e valor de produção segundo estratos de área, os autores confirmaram a superioridade dos pequenos estabelecimentos para produção de alimentos, evidenciando que a pequena propriedade tem um potencial produtivo ainda maior do que fora apontado pelo MDA/IBGE (2009) e ainda maior que no estudo encomendado à FHV/IBRE (2010) (MITIDIERO JUNIOR; BARBOSA; SÁ, 2017).

Atendo-se ao Censos Agropecuários realizados pelo IBGE, para fins de avaliação, tomando os dados do Censo de 2006 e 2017, a estrutura fundiária no Brasil permanece na situação de desigualdade.

De com os dados de 2017, a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos, e destes, cerca de 70% dos estabelecimentos têm área entre 1 e 50 hectares.

Em termos de área, representa 23% da área total de todos os estabelecimentos agropecuários e emprega 67% de todo o pessoal ocupado em agropecuária no país.

Se comparado com os dados de 2006, houve um encolhimento dos estabelecimentos de agricultura familiar. Isso, em parte, pode ter sido reflexo de alteração na metodologia utilizada.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o total de estabelecimentos agropecuários no país era de 5.175.636 e o número de estabelecimentos de agricultura familiar era de 4.366.267 (84,36% do total geral). Esses estabelecimentos, tendo suas áreas somadas ocupavam apenas 24,3% da área total de todos os estabelecimentos agropecuários do país (TRONCO *et. al.*, 2020).

No entanto, de acordo com Guilhoto *et al.* (2007), apud Rocha Júnior, Cassuce e Cirino (2014), a agricultura familiar respondeu por 9% do PIB do País em 2005, e dados do Censo Agropecuário do IBGE em 2006 indicaram que agricultura familiar gerou 33,92% das receitas agrícolas, dispondo de apenas 24,32% da área cultivada.

Em 2017, para esse quesito, a participação na receita foi de 23% (107 milhões). (IBGE, 2017).

A tabela 3 a seguir demonstra resumidamente os dados de participação da terra pela agricultura familiar nos anos de 2006 e 2017.

Tabela 3 – Dados da agricultura familiar em 2006 e 2017

	2006			2017		
	Total	% em relação ao número total de estabelecimentos	% em relação a área ocupada	Total	% em relação ao número total de estabelecimentos	% em relação a área ocupada
Total de estabelecimentos agropecuários no país	5.175.636	100%	100%	5.073.324	100%	100%
Total de estabelecimentos de agricultura familiar	4.366.267	84,36%	24,30%	3.897.408	77%	23,03%
Pessoal ocupado	16.568.205	84,30%		15.105.125	77%	

Fonte: Autoria própria (2021) - baseado nos dados do Censo Agropecuário (2006 e 2017)

“A agricultura familiar encolheu no país. Dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, em relação ao último Censo, de 2006 (IBGE, 2017)”.

Ainda, outras informações são colocadas no Censo Agropecuário de 2017:

- Aumento de 17.609.779 hectares na área total dos estabelecimentos (5,8%) em relação ao último censo de 2006.
- Decréscimo quantitativo (2006-2017) de “produtores sem área”, devido alterações nos critérios para enquadramento dessa categoria (255.019 para 77.037).
- Para os estabelecimentos com menos de 100 hectares a variação foi mínima, com acréscimo de 1,7% no total de estabelecimentos, mantendo-se a área média de 15,87 hectares.
- Para os estabelecimentos situados entre 100 – 1.000 hectares houve redução de 3625 unidades e a área média dos estabelecimentos é de 265,9 ha a 266,8 ha.
- Já para os empreendimentos de 1.000 hectares ou mais, houve um aumento de 3.625 unidades, com um incremento de 17,08 milhões de hectares em comparação com o censo anterior. A média de área dos estabelecimentos dessa categoria também elevou, de 3.155,7 para 3.265,9 hectares e a participação de área total dessa categoria aumentou de 45% para 47,6%.
- Aumento no percentual de declaração de “terras próprias” (76% para 81%); retração no percentual de “terras arrendadas” (6,4%, em 2006, para 6,3%, em 2017); retração dos estabelecimentos declarados na modalidade (6,4% em 2006, para 6,3%, em 2017); na modalidade “em parceria” houve retração (3,6% para 3,5); para estabelecimentos na modalidade “concessionário ou aguardando titulação” houve variação de 3,8% para 5,3% e a variação para os imóveis na modalidade “comodato e as ocupadas” variou de 9,2% para 9,15%.
- O percentual de cobertura de produtores que disseram receber assistência técnica foi de 22% em 2006 e em 2017 foi de 20%.
- Quanto ao nível de escolaridade dos produtores, 1.164 710 (23%) declararam não saber ler e escrever e 783.925 afirmaram nunca ter frequentado a escola.
- Produtores na faixa de 55-65 anos ou mais totalizam 46,7 % enquanto a faixa de 25-35 anos representa apenas 9,3% do total.

- Segundo o Censo, 80% dos produtores são do sexo masculino e 19% do sexo feminino.
- Aumento no percentual de estabelecimentos com declaração de uso de agrotóxicos, de 27 % em 2006 para 33,1% em 2017 (20% a mais em 2017 com relação a 2006). O censo não traz informações sobre quantidade utilizada, nem sobre a especificação dos produtos utilizados.

Outro dado comentado pelo Censo (2017, p. 80) é sobre produção orgânica. Em 2006, 90.498 produtores afirmaram praticar agricultura orgânica, sendo que desses, 5.106 diziam ser certificados por entidades credenciadas. Em 2017, a pergunta era se os produtores possuíam “agricultura ou pecuária orgânica certificada”. Assim, 64.690 produtores responderam que sim (36.689 só faziam agricultura orgânica, 17.612 só para produção animal); 10.389 praticavam tanto para a agricultura como para pecuária. A partir desses dados, houve um crescimento de mais de mil por cento no número de estabelecimentos (59.584 estabelecimentos) que praticam pecuária e agricultura orgânica (certificados).

Porém, não é especificado em quais estratos (tipo de estabelecimento) esse tipo de produção é praticado. Seria um dado interessante para analisar a sustentabilidade da produção agropecuária do país.

Tratando-se especificamente da agricultura familiar, é importante mencionar a sua importância para o cenário agropecuário. Nos dados demonstrados nos censos, fica evidente o quadro de desigualdade ao se constatar, de um lado, a superioridade no número de estabelecimentos de agricultura familiar e de outro, sua baixa participação em relação a área ocupada (TRONCO *et. al*, 2020).

Sobre a desigualdade dentro desse cenário, além das desigualdades relativas à concentração fundiária, é importante mencionar também a questão desigual de distribuição das políticas de apoio e investimentos para o segmento.

Segundo Mitiero Junior, Barbosa e Sá (2017), no artigo “*Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006*”, analisaram a destinação de investimentos em três categorias de estabelecimentos.

Para estabelecimentos considerados pequenos de acordo com a metodologia proposta no trabalho (menos de 200 hectares), o investimento recebido foi de 36,7%, para os estabelecimentos médios (de 200 a 1.000 hectares), o investimento foi de 18,9% e para os grandes estabelecimentos (1.000 hectares ou mais), o investimento

foi de 44,1%. Os autores concluíram também que os estabelecimentos considerados pequenos (menos de 200 hectares) eram responsáveis pela maior parte do volume e do valor de produção do total da produção agropecuária do país.

O agronegócio, amplamente contemplado nas políticas governamentais, tem como marco temporal sua estruturação no final dos anos 1990 e início do ano 2000, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, que adota a estratégia econômica de exportação de *commodities*. Os governos posteriores de Lula e Dilma, com o *Boom* das *commodities* persistiram no fomento a esse setor e “dedicaram atenção especial às necessidades do agronegócio, frustrando os anseios pela reforma agrária (CAVALCANTE, 2019, p.2).”

Durante todo o processo de modernização da agricultura brasileira, a agricultura familiar fora sempre negligenciada. Embora já existisse, desde 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) esse possuía um viés seletivo que passou por fases distintas desde sua criação.

Na década de 1990, após pressão de movimentos sociais, o governo criou o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que tinha por objetivo “fornecer crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que não eram contemplados pelas políticas até então existentes (CASTRO; PEREIRA, 2017, p.11).

O PRONAF foi criado em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Porém, embora seja um programa criado para atender a um segmento que carecia de incentivos, o PRONAF, de início teve resultados contraditórios.

Apesar de o Pronaf ter sido pensado primeiramente para determinado grupo vulnerável, as análises posteriores dos resultados do programa demonstraram que se destinou, em grande medida, para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e para os produtores mais capitalizados, como os produtores de *commodities* como milho, soja, café e fumo (GRISA; WES JUNIOR e BUCHWEITZ, 2014; MATTEI, 2007; SCHNEIDER, MATTEI e CAZELLA, 2014 apud CASTRO; PEREIRA, 2017, p. 14).

Dados do Censo Agropecuário de 2006 demonstraram que os recursos do PRONAF haviam sido destinados: 73% para a região Sul, 19% no Sudeste, 4% no Nordeste, 2% no Norte e 2% no Centro Oeste. Contraditoriamente, as regiões que receberam menores financiamentos são as regiões em que se concentram a maior parte dos estabelecimentos de agricultura familiar. A região Nordeste, por exemplo,

em 2006 aglutinava 50% dos estabelecimentos rurais familiares (PAULA; GÓMEZ; TRACZ, 2017).

Foi a partir do ano 2000, no governo Lula que pautas com um viés mais voltado para a sustentabilidade, segurança alimentar e nutricional foram referenciais para o desenvolvimento de políticas públicas para os estabelecimento rurais familiares (GRISA; SCHNEIDER, 2015). A partir de então, pode-se dizer que houve uma mudança de orientação das políticas públicas, que buscaram incentivar a agricultura familiar e também a diversificação da produção.

Nesse contexto, Além do PRONAF, foram criados outros programas concomitantes com o Programa Fome Zero, como o PAA e o PNAE.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) criado em 2003, possuía duas finalidades principais: Promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar (NASCIMENTO; JOHANN; BASSO, 2017).

A abertura de mercados institucionais pelo PAA abriu caminho também para a criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Criado em 2009 pela Lei 11.947, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, foi determinado que no mínimo 30% dos recursos federais para a alimentação escolar fossem destinados para a aquisição de alimentos da categoria social (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

“O acesso a estes mercados, é regulado através da emissão de um documento de aptidão (DAP), utilizado para distinguir aqueles produtores agrícolas representantes do segmento familiar (CARVALHO; CUNHA; MOLINA, 2014, p.3).”

De acordo com Paula, Gómez e Tracks (2017), o PAA, junto com PNAE tem demonstrado resultados interessantes, mas que existem certas limitações. Os autores citam como exemplo, que embora o agricultor possa ter a segurança do pagamento no tempo certo, o tamanho dos contratos as vezes não comportam um número maior de agricultores e também há certa “má vontade” por parte de gestores (estaduais e municipais), que por vezes preferem a facilidade de comprar de fornecedores já estruturados no mercado. E de outro lado, também há uma certa pressão por fornecedores dos mercados já estruturados sobre os gestores de prefeituras. Assim, alguns municípios nem chegam a atender o teto de 30% na destinação de recursos.

Ainda, de acordo com Paula, Gómez e Tracks (2017), é importante manter esses programas como forma de resistência camponesa, pois permitem a

possibilidade de geração de renda diretamente na propriedade, sem submeter o produtor camponês ao mercado capitalista das *commodities*, e isso tem motivado ataques do setor de agronegócio.

Além de ser uma opção para o produtor familiar escoar sua produção e garantir renda, outra questão a ser considerada é o estímulo à produção sustentável. “[...] o PAA estimula a produção agroecológica e orgânica com um sobrepreço de 30% aos produtos cultivados de acordo com esses manejos (GRISA, 2017, p. 303)”.

Porém, mais recentemente, segundo Pinto e Moruzzi Marques (2019), os retrocessos na política agrária no Brasil se acentuaram com o desmonte do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), concomitante a redução orçamentária para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e cortes drásticos nos programas institucionais voltados a agricultura familiar, entre esses o PAA.

De acordo com Moruzzi Marques, Le Moal e Andrade (2014), ao analisar os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)” a partir de um estudo de caso em dois assentamentos, concluiu que o PAA favoreceu novas formas de engajamento associativo e cooperativo, a partir da base (horizontalidade), contribuindo para mudança nas relações com a comunidade do entorno e entre os próprios assentados. No âmbito ambiental e econômico, estimulou uma maior diversificação na produção e adesão a produção agroecológica, sendo observado também que a renda dos agricultores que aderiram ao PAA era 36% superior aos do que não aderiram.

Os autores também observaram um interesse maior das mulheres em participar do PAA, como possibilidade de aumentar a renda com o cultivo nos quintais em torno das casas. Ainda, o PAA constituiu também uma forma de algumas famílias melhorarem o seu plano alimentar e saírem do programa de amparo às famílias em dificuldade (Programa Bolsa Família). Ou seja, se tornou uma opção de renda por meio da produção das famílias ao invés da dependência de um benefício de assistência social.

Notadamente, nos governos de Lula e Dilma, houve um direcionamento para programas de erradicação da fome e assistência a famílias carentes (Fome Zero e Bolsa Família, Programa Brasil Sem Miséria, Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2012/2015, entre outras iniciativas), e ações de monitoramento e pesquisas de base nacional (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS) e promoção de hábitos alimentares saudáveis (Guia Alimentar para a População

Brasileira - 2006). Políticas públicas de alimentação e nutrição buscaram articular estratégias de produção, comercialização e consumo, de forma a incluir agricultores pobres em programas institucionais de compra de alimentos da agricultura familiar (VASCONCELOS *et al.*, 2019).

De acordo com Vasconcelos *et al.* (2019), o que se seguiu no governo Temer a partir de 2016, além da extinção do MDA e flexibilização na legislação de agrotóxicos, foi efetuado o corte orçamentário e congelamento do piso de gastos para áreas prioritárias como saúde e educação, com impactos em iniciativas para ações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), resultando também no enfraquecimento do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, com projeções preocupantes relacionadas a insegurança alimentar, a fome e a pobreza.

II.5 Sustentabilidade e agricultura familiar

A concepção de desenvolvimentos sustentável surge em meio a preocupações debatidas na Conferência de Estocolmo realizada em 1972. A definição do conceito é apresentada no Relatório Brundtland e em sua concepção original é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas necessidades.

Embora o relatório tenha sido elogiado por ter trazido uma avaliação e preocupação com os problemas ambientais globais, também foi criticado e suscitou um debate científico devido a abordagem antropocêntrica, “com ênfase dada as necessidades humanas em comparação com a proteção da natureza (QUEIRÓS, 2003).”

“Suas preocupações maiores envolvem a natureza, no que tange a sua função produtiva, em sua condição de recurso e, além disso, valorizam de forma menos significativa, as diversidades culturais (CARVALHO; DAVID, 2011, p.4)”.

Ainda hoje, o conceito envolve distorções e variados entendimentos dependendo do contexto e sujeitos envolvidos. A sustentabilidade por vezes não é entendida da mesma forma por instituições públicas, privadas, não governamentais, movimentos sociais e acadêmicos.

A visão predominante é a do desenvolvimento associado ao crescimento econômico, embora já tenha sido demonstrado que o crescimento econômico não resolve o problema da pobreza e desigualdades sociais (CARVALHO; DAVID, 2011).

No espaço rural, a agricultura familiar tem possibilitado o surgimento de novas abordagens de produção, baseadas na sustentabilidade dos processos de forma participativa e solidária, onde estão em foco questões como segurança, soberania alimentar e agroecologia. As ações nesse sentido integram tanto organizações da sociedade civil como associações de base (DELGADO, BERGAMASCO, 2017).

Para entender melhor essa questão da sustentabilidade no âmbito da agricultura familiar, Brandesburg (2017), em seu artigo “Ecologização da agricultura familiar e ruralidade”, discorre sobre o surgimento desse movimento.

Na década de 1970, em meio a chamada “revolução verde” e modernização intensiva da agricultura de forma seletiva e excludente, em um cenário que perpetuava a concentração da propriedade, expropriação da terra e uso intensivo de agrotóxicos, surge um movimento que defendia uma agricultura alternativa, baseada no resgate de formas tradicionais de produção camponesa.

Embora tenha sido bastante criticado, o movimento se difundiu por meio da atuação de ONGs, com destaque para região sul. Atualmente há a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que integra as redes regionais de todo o país.

O movimento assimilou também o conceito de desenvolvimento sustentável em um momento em que a questão ambiental passa a ter também um maior destaque com a realização da ECO-92. Da mesma forma, cresce a discussão em torno da formulação de políticas ambientais e da crítica a ideia de desenvolvimento sustentável. A partir das discussões e reformulações conceituais, o movimento foi se reorganizando no decorrer das décadas, em três fases, conforme cita Brandesburg (2017): 1) agricultura alternativa; 2) agricultura sustentável e; 3) agricultura ecológica.

O reconhecimento e institucionalização do movimento agroecológico ocorre no campo educacional, com abertura de escolas e cursos em nível técnico e universitário, e a partir da instituição da Política Nacional da Agroecologia e Produção Orgânica, através do Decreto nº 7.794/2012 de 2º de agosto de 2012 (Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica).

O entendimento dos modelos ecológicos de agricultura se referencia na natureza de forma reflexiva e prática. No entanto, não há um modelo único. Há

variantes de acordo com diferentes escolas de pensamento, desde à ecologia profunda, à ecologia política, à ecologia industrial ou mesmo uma mescla de diferentes modelos.

A agricultura adotada sobre esse viés, projeta uma nova “cultura agrícola”, uma nova forma de produção com práticas e manejo de recursos naturais, sendo praticada por diferentes atores, desde agricultores familiares, agricultores modernos e outras categorias de produtores.

A sustentabilidade tem sido contemplada também nas políticas públicas de incentivo da agricultura familiar e reforma agrária.

Como exemplo, a partir do ano 2000 foram implantados em São Paulo uma nova modalidade de assentamentos.

Os chamados “Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS)”, também chamados de assentamentos agroecológicos.

Essa modalidade de assentamento fundamenta-se na necessidade de uma nova concepção de desenvolvimento agrícola no Brasil (GONÇALVES; SCOPINHO, 2010).

Conforme documentos publicados pelo MST, este projeto está ancorado em seis pilares, a saber: 1) mudança da estrutura agrária; 2) mudança na organização dos camponeses; 3) mudança de modelo tecnológico; 4) fortalecimento de políticas públicas para a agricultura camponesa; 5) soberania alimentar; 6) mudança na matriz energética. Com relação ao modelo tecnológico, o Movimento entende que é necessário estabelecer, principalmente nos assentamentos rurais, algumas linhas de ação, entre elas: a conservação e recuperação do solo; a produção de sementes e mudas melhoradas pelos próprios agricultores e pela pesquisa pública; o controle natural de pragas e doenças; a diversificação de culturas; o sistema consorciado de plantio de grãos, criação de animais e reflorestamento de áreas degradadas (CONCRAB, 2000; 2004, apud GONÇALVES; SCOPINHO, 2010).

A sustentabilidade está contemplada também em outras políticas como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), instituída em 2010 com a Lei 12.188/2010 de 11 de janeiro de 2010, na Lei Orgânica de Segurança Alimentar, no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), entre outras.

Dentro desse contexto, a agroecologia tem sido o viés adotado no espaço rural por agricultores familiares, visando alcançar a sustentabilidade na produção, o acesso

a novos mercados e geração de renda, tendo em vista também a soberania e segurança alimentar.

II.6 Agroecologia

O desenvolvimento da agricultura, dentro das estratégias convencionais de produção não se mostrou suficiente para promoção de um desenvolvimento de forma equânime e sustentável. Ainda que haja interesse em promover ajustes mais abrangentes na agricultura convencional, de forma a torna-la mais ambiental, social e economicamente viável, com a introdução de tecnologias mais brandas, ainda assim não se afetaria a estrutura geradora dos problemas, atrelada a determinantes socioeconômicos e sistemas de produção de monoculturas em larga escala (ALTIERI, 1998).

Dentro dessa estrutura, de acordo com Petersen; Caporal (2012), grupos do agronegócio se reafirmam nos campos político, econômico e ideológico em uma correlação de forças desiguais.

Em oposição ao agronegócio, a agroecologia emerge em resposta a uma preocupação crescente com a degradação ambiental e exclusão dos pequenos agricultores rurais dentro do processo de modernização (FONTOURA; NAVES, 2016).

Assim, a agroecologia tem foco nos agricultores que possuem poucos recursos, como ponto de partida para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Utiliza e define alguns princípios de funcionamento dos agroecossistemas, como sistemas abertos que recebem insumos do exterior, como unidade ecológica principal onde ocorrem processos de interação entre componentes bióticos e abióticos, ciclagem de nutrientes e fluxos de energia (ALTIERI, 1998).

Mas segundo o autor, muitos agricultores não adotarão a agroecologia em seus processos produtivos se não tiverem uma boa perspectiva financeira, seja pelo aumento da produção ou pela redução de custos. Nesse sentido, o primeiro aspecto a ter uma implicação é a percepção do agricultor acerca dos benefícios da agricultura sustentável a curto, médio e longo prazo.

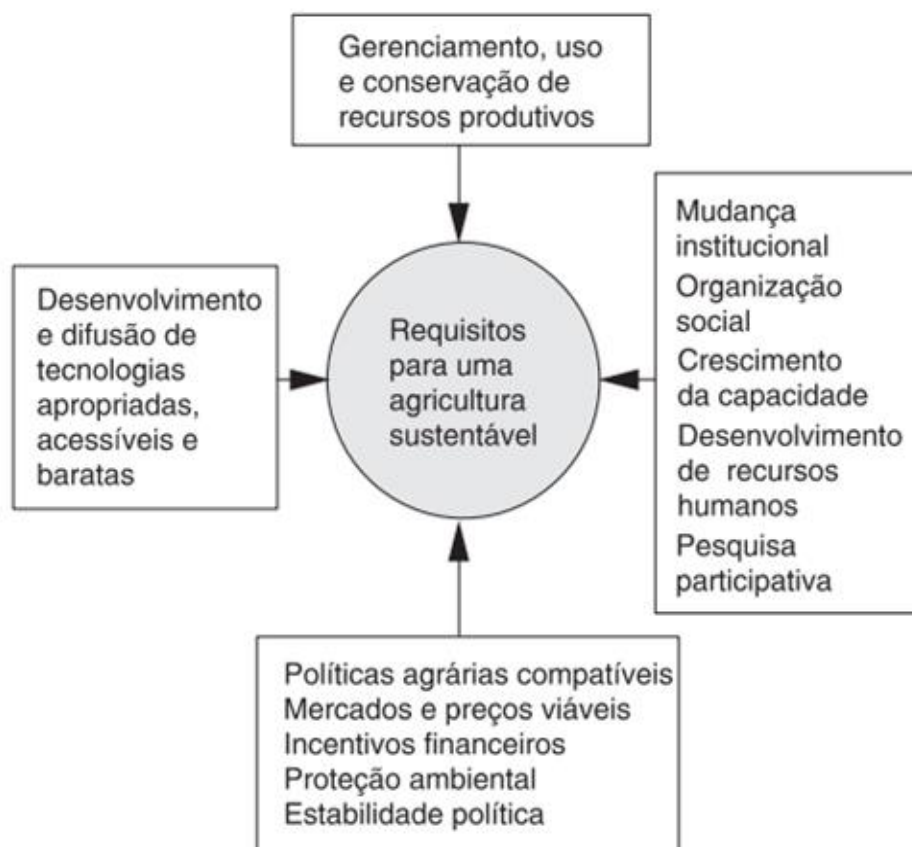
E para que isso ocorra, ainda de acordo com Altieri (1998), é necessário que os cientistas que atuam no desenvolvimento de tecnologias agrícolas tenham em

mente a seguinte questão: “o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido (ALTIERI, 1998, p. 111)”.

Ou seja, quem terá acesso e se beneficiará com essas tecnologias e quais serão os benefícios dessas descobertas.

Só assim será possível o estabelecimento de uma agricultura socialmente justa, o que implica não somente no desenvolvimento de tecnologias sustentáveis, mas também em mudanças nas agendas de pesquisa, políticas agrárias e no sistema econômico. Os requisitos para uma agricultura sustentável são apresentados na figura a seguir.

Figura 2 – Requisitos para uma agricultura sustentável



Fonte: Altieri (1998)

Os autores (as) Costa *et. al* (2015), elencam os eventos que caracterizam o surgimento do movimento de agricultura alternativa a partir dos anos 70 e o avanço da agroecologia que se deu expressivamente a partir dos anos 90. Entre esses

eventos que marcam esse avanço da agroecologia, são citados pelos autores: publicação do livro “Agroecologia: As Bases Científicas da Agricultura Alternativa”, de autoria de Miguel Altieri (1989); realização do I Congresso Brasileiro de Agroecologia em 2003; constituição da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA em 2004; Criação do “Consórcio Latino Americano de Agroecologia y Desarrollo – CLADES”, composto por 10 ONGs; Fundação do Movimento Agroecológico Latino-Americano – MAELA, por ocasião da 9ª Conferência Científica da IFOAM em São Paulo; Realização do I Congresso Brasileiro de Agroecologia em 2003; constituição da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA (Bianchi y Medaets 2013) em 2004, que congrega quadros técnicos da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), a qual, por sua vez envolve ONGs e movimentos sociais em âmbito local, regional e nacional; Instituição da Lei da Agricultura Familiar (Lei N°11.326 de 24 de julho de 2006); Instituição da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER (Lei N°12.188, de 11 de janeiro de 2010), voltada a promoção de desenvolvimento rural e fortalecimento da ATER para agricultura familiar; Criação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) instituída pelo Decreto N°7.794, de 20 de agosto de 2012.

⁷No site da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), é apresentado uma linha do tempo histórica, mostrando a agroecologia dentro do cenário brasileiro. Essa linha do tempo se inicia em 1970 com o surgimento do movimento de agricultura alternativa e o último registro mais recente é a publicação do Plano Nacional de Agroecologia- PLANAPO 2016-2019.

Nesse plano foram estabelecidos os objetivos e metas dentro dos eixos de: Produção, Uso e Conservação de Recursos Naturais, Conhecimento, Comercialização e consumo; Terra e Território e; Sociobiodiversidade.

⁸Em 2020, mesmo com as limitações impostas pela pandemia, ocorreu de forma online, o VIII Congresso Latinoamericano de Agroecologia nos dias 25,26 e 27/11, tendo como país sede/organizador o Uruguay.

⁹Recentemente, a Associação Nacional de Agroecologia (ANA) se articulou no sentido de aprovar a Lei nº 14.048, de 24 de agosto de 2020, sobre medidas

⁷ <http://www.agroecologia.gov.br/politica>

⁸ <https://www.agroecologia2020.com/cronograma/>

⁹ <https://agroecologia.org.br/2020/09/17/movimentos-do-campo-cobram-compromisso-do-congresso-com-producao-de-alimentos-e-combate-a-inflacao/>

emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19, porém, o presidente Jair Bolsonaro vetou quase que integralmente todos os artigos da respectiva lei.

Para Pertersen; Monteiro (2020), a agroecologia possui características multifacetadas:

Como prática social, ela se expressa nas variadas formas por meio das quais a agricultura familiar camponesa, indígena e povos e comunidades tradicionais organizam seu trabalho para a produção diversificada de alimentos e outros produtos agrícolas, por meio de processos cooperativos desenvolvidos em estreita interação com as dinâmicas ecológicas e socioculturais dos territórios nos quais se enraizam. Ao empregar abordagens sistêmicas e participativas, a agroecologia articula conhecimentos de fronteira de diferentes disciplinas científicas com saberes bioculturais populares. Ao mesmo tempo, apresenta-se como uma teoria crítica que formula um questionamento radical à agricultura industrial e ao regime alimentar corporativo. Em sua dimensão política, organiza-se como um movimento social emergente que articula sujeitos explicitamente envolvidos em sua construção prática e teórica, além de crescentes segmentos da sociedade que se acercam às suas ideias e experiências a partir de seu engajamento nas lutas por justiça social e ambiental, pela integridade ecológica dos biomas, pela saúde coletiva, pela economia social e solidária, pela igualdade entre homens e mulheres, contra o racismo e a LGBT+fobia e por relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades. Sinteticamente, a agroecologia se afirma pela sinergia virtuosa entre prática social, teoria científica e movimento político, condensando em um todo indivisível seu enfoque analítico, sua capacidade operativa e sua força social transformadora (PETERSEN; MONTEIRO, 2020).

Dentro dos movimentos sociais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), adotou a agroecologia como linha de ação política a partir do seu 4º Congresso Nacional realizado no ano 2000, tornando-se então um dos maiores promotores do modelo agroecológico, onde a partir de 2002 começou a realizar anualmente o evento Jornada de Agroecologia (NIERDELE *et al.*, 2020).

II.7 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra (MST) foi fundado entre 21 e 24 de janeiro de 1984 e se originou-se no centro-sul do Paraná e, especificamente no município de Cascavel o movimento foi fundado, se consolidando posteriormente como um movimento nacional (CATTELLAN; MORAES, 2018).

¹⁰Na página oficial do MST na internet, pode-se acessar uma linha do tempo histórica do movimento, desde a sua fundação e principais ações para a reforma agrária. Nos próximos parágrafos, com base nesse conteúdo é descrito de forma resumida os principais fatos que marcaram essa trajetória.

Ao final da década de 70, ressurgem ocupações de terra e em 1979 acontece uma ocupação nas granjas Macali e Brilhante, no Rio Grande do Sul.

Um acontecimento emblemático ocorre em 1981 (também no Rio Grande do Sul) com o surgimento de um novo acampamento denominado Encruzilhada Natalino, que congregou em torno de si a sociedade civil que reivindicava a reforma agrária e um regime democrático. As ocupações surgem em várias regiões do país, como forma de expressão e resistência ao autoritarismo.

O acampamento Encruzilhada Natalino resistiu as investidas repressivas militares, mas a solução para o impasse só veio em 1982, durante a 5ª Romaria da terra, quando então a igreja católica adquiriu uma área de 108 hectares em Ronda Alta, que foi destinada para a instalação de um abrigo provisório para as famílias.

Em 1984 é fundado o MST, com 3 objetivos principais: “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país”.

Em 1985 é realizado o 1º Congresso do MST, com o lema “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”. Como resultado dessa articulação, nesse mesmo ano foram realizadas 12 ocupações em Santa Catarina com a mobilização de 2.500 famílias. Também nesse mesmo ano houve eleição indireta para eleição do presidente da república.

A esperança pela reforma agrária durante o governo Sarney foi frustrada, pois o Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) que almejava assentar 1,4 milhão de

¹⁰Informações sobre o histórico do MST estão disponíveis no link: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>

famílias acabou por assentar 90 mil famílias, apenas, ainda que sobre pressão popular.

Outro acontecimento simbólico se dá em 1986, quando o Jornal Sem Terra recebe o prêmio Vladimir Herzog.

O movimento ressalta o empenho na construção de uma nova constituinte em 1988, onde foram inseridos os Artigos 184 e 186 que garantiam a desapropriação da terra caso essas não cumprissem sua função social.

Em 1989, com a realização da primeira eleição direta para presidente depois da ditadura militar, elege-se o presidente Fernando Collor de Mello que demonstrou uma forte repressão contra o movimento.

Em 08 de maio de 1990 é realizado o 2º Congresso Nacional do MST cujo lema foi: “Ocupar, Resistir, produzir”, reafirmando-se as ocupações como estratégia pela luta pela reforma agrária. Nesse período, um dos objetivos do movimento era incentivar a produção nos assentamentos.

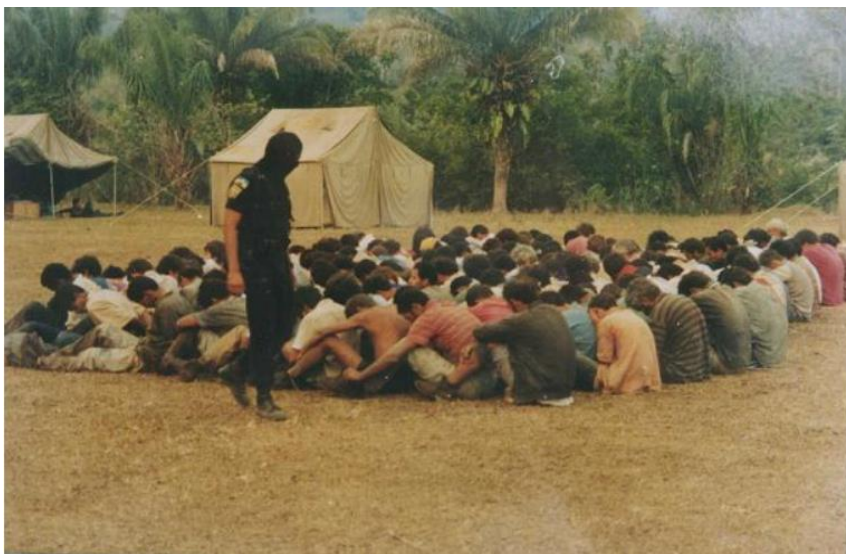
Em 1993 é criada a Via Campesina. Esse movimento tem uma abrangência em 5 continentes e visa congregar “organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas.”

Entre 1994 e 1996, no período do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), houve dois dos maiores massacres no campo (figura 3 e 4, p. 51, a seguir). As ações também se deram no sentido da elaboração de políticas que enfraqueceram a agricultura familiar, embora FHC tenha se autoproclamado o governo que realizou a maior reforma agrária no Brasil.

O massacre de Corumbiara (1995), resultou na morte de 2 policiais e 9 sem terras (incluindo uma menina de 7 anos, executada pelas costas enquanto fugia de mãos dadas com a mãe).

No ano de 1995 é também realizado o 3º Congresso Nacional do MST com o lema: “Reforma Agrária, uma luta de todos”. A partir desse congresso o MST entende que a reforma agrária não seria apenas uma luta que beneficiaria os camponeses, mas também os moradores das cidades, ao reduzir o inchaço urbano (visto que a maioria da população brasileira vive nas cidades) mas também ao produzir alimentos mais saudáveis.

Figura 3 - Registro fotográfico do acampamento Corumbiara



Fonte: MST (<https://mst.org.br/nossa-historia/94-95/>)

Em 1996 ocorre outro massacre, o de Eldorado dos Carajás, resultando na morte de 51 sem-terra e outros 56 feridos/ mutilados. A figura 4 traz uma manchete de um jornal da época noticiando o fato.

Figura 4 – Registro de jornal da época noticiando o massacre de Eldorado dos Carajás



Fonte: MST (<https://mst.org.br/nossa-historia/94-95/>)

Em 1997, ocorreu a Marcha Nacional por emprego, justiça e reforma agrária. A marcha foi composta por diversas colunas que saíram de três pontos diferentes do país, com o objetivo de chegar em Brasília em 17 de abril, data que marcaria um ano desde o massacre de Eldorado dos Carajás. A marcha foi recebida por cerca de 100 mil pessoas em Brasília, como demonstração de solidariedade pela luta pela reforma agrária. Nessa mesma data (17/04/97), também foi realizada uma exposição de Sebastião Salgado em todos os estados do país e em mais de 100 países do mundo, que retratando a luta pela terra. Na mesma ocasião foram lançados também o livro “Terra” contendo as fotos da exposição, e contou com a apresentação de José Saramago e o lançamento do CD de Chico Buarque. Os três artistas doaram o dinheiro arrecadado nesses trabalhos para o movimento, que destinou o valor para a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes, localizada no município de Guararema/SP.

Em 1999 ocorreu a Marcha Popular pelo Brasil, em protesto contra as medidas do governo, por terra, trabalho e democracia. A marcha, com cerca de 1.000 trabalhadores se deslocou do estado do Rio de Janeiro até Brasília e contou com a participação de várias entidades, entre essas o MST, CUT, CMP, MMTR, MPA e a CNBB.

No ano 2000 ocorre o 4º Congresso Nacional do MST, tendo como o lema “Por um Brasil sem latifúndio”.

Em 2002, “Lula” é eleito presidente do país, com grandes expectativas de que a reforma agrária finalmente aconteceria. Porém, essas expectativas foram frustradas, e embora, seja inegável que tenha havido avanços significativos e importantes nesse período, em contrapartida ocorreram também grandes incentivos para o agronegócio, acentuando o modelo agrário exportador. De acordo com o movimento, nesse período também houve um alto nível de aquisição de terras por estrangeiros.

Em 2004 ocorre um outro conflito no campo que culmina com a morte de 5 homens e outras 20 pessoas feridas.

De 2004 a 2014, com a expansão e hegemonia do agronegócio surge o discurso de que a reforma agrária já não era necessária. Para enfrentar esse discurso, de outro lado o movimento se viu também impelido a qualificar o debate. Reafirmou-se a necessidade da reforma agrária, tanto para reestruturação fundiária, mas também quanto ao modo de produção.

Em junho de 2007 foi realizado o 5º Congresso Nacional do MST com o lema “Reforma Agrária, por Justiça Social e Soberania Popular”, que enfatizava a reforma agrária como alternativa para resolução dos problemas sociais no Brasil, como a fome, desemprego, violência e exclusão social e econômica.

Em fevereiro de 2014 realizou-se o “6º Congresso Nacional do MST”, “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”

Nos anos subsequentes a 2014, ao consultar a página do MST na internet, as chamadas das publicações enfatizam preponderantemente a questão da produção, de base orgânica e agroecológica, uma vez que o movimento entendeu, a partir de um determinado momento que era necessário rever as formas de produção, de forma estratégica, diferenciando-se do modelo convencional do agronegócio.

Uma outra abordagem para entendimento do histórico de atuação do MST, diz respeito ao aporte teórico que norteia a formação e ações do movimento.

De acordo com Pinassi (2014), em sua fundação o MST reconduziu para a cena político ideológica a luta pela Reforma Agrária violentamente interrompida em 1964.

[...] o MST surgiu como um movimento social de massa com finalidades desenvolvimentistas e progressistas frente ao país de capitalismo atrasado. Sua gênese não é revolucionária e, em larga medida, visava oferecer alternativa e minimizar os efeitos sociais da expulsão dos camponeses para as cidades e o consequente processo de proletarianização em curso. Foram as condições concretas da história brasileira que, intolerante com qualquer perspectiva minimamente democrática, impuseram a radicalização das suas lutas e formas de enfrentamento, seja das milícias oficiais, seja das forças paramilitares (PINASSI, 2014).

Segundo McGeoch (2018), ao apresentar a visão de João Pedro Stédile (umas das mais reconhecidas lideranças do MST), quanto as origens do movimento, Stédile diz que o movimento é uma resposta ao cenário de transformação econômica que ocorreu no período da ditadura militar, com a mecanização da agricultura e expulsão dos camponeses do campo. Dentro desse contexto, o movimento surge também como herdeiro indireto das ligas camponesas, perseguidas e eliminadas pelo regime militar.

Porém, dentro do contexto histórico de formação do MST, João Pedro Stédile faz uma distinção do MST com outros movimentos sociais, por esse não ter uma ligação direta com partidos políticos da época. Para ele, o surgimento do movimento está ligado as pastorais populares de igrejas e da teologia da libertação, como

consequência do trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que iniciou os trabalhos em 1975 (McGEOCH, 2018).

De acordo com Löwy (2005), o MST [...] se caracteriza por um misto espantoso de religiosidade popular, revolta camponesa "arcaica" e organização moderna, na luta radical pela reforma agrária e, a longo prazo, por uma "sociedade sem classes."

Segundo Lara Júnior (2012), há um sincretismo que compõe a formação do MST e dentre os elementos religiosos há uma mescla de diferentes teologias como a Teologia da Libertação, Teologia Pentecostal e Religiosidade Popular. Compondo o elemento político há o chamado Marxismo do MST. "Isso demonstra que o MST não é um movimento social exclusivamente marxista de uma corrente ideológica definida, ou uma extensão da Teologia da Libertação (LARA JÚNIOR, 2012, p. 172)."

Em um trecho do livro "Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil", resultante de uma entrevista feita por Bernardo Mançano Fernandes, com João Pedro Stédile realizada em 1998, João Pedro Stédile cita vários nomes tidos como referenciais para o movimento. Entre esses cita: Lenin, Marx, Engels, Mao Tse-tung, Rosa Luxemburgo, Clodovis Boff, Leonardo Boff, Frei Betto, dom Tomás Balduino, dom Pedro Casaldáliga, Ernesto Che Guevara, José Martí, Nelson Mandela, Samora Machel, Amílcar Cabral, Patrice Lumumba, Agostinho Neto, Martin Luther King, entre outros.

Ele ressalta que no MST há uma luta ideológica e pedagógica de se combater rótulos. Assim, se há alguma descoberta ou experiência que pode ser universalizada e aproveitada na luta de classes, será assimilada pelo movimento.

Esse aporte teórico do MST pode ser observado na trajetória junto aos assentamentos e em determinadas experiências que foram revistas com o passar do tempo. Uma dessas experiências é descrita por Carmo e Borsato (2013).

De acordo com Carmo e Borsato (2013), inicialmente o MST baseava-se em um modelo único para todos os assentamentos, com o incentivo para implantação de Cooperativas Agropecuárias (CPAs), com a utilização da agroindustrialização, mecanização, divisão e especialização do trabalho e produção em larga escala. O aporte teórico para esse modelo provinha da "teoria de organização do campo", tendo como referencial teórico o pensamento de Kautski.

Na prática, era necessário uma rígida organização e especialização do trabalho, objetivando condições de competitividade no mercado e ao mesmo tempo

desenvolver uma consciência de classe e interesses coletivos, de forma a eliminar o comportamento individualista, isolacionista e personalista associados (de acordo com essa linha teórica), ao comportamento ideológico camponês. Esse modelo proposto para as CPAs se vinculava as práticas preconizadas pela Revolução Verde, o que levou os assentados há uma forte dependência do mercado, tanto para aquisição de insumos agrícolas, como para a comercialização de *commodities*. De forma contraditória (mesmo adotando estratégias como de coletivizar a produção e promover a especialização do trabalho), se reproduziu nos assentamentos o mesmo modelo de produção que outrora expropriou os camponeses (CARMO; BORSATO, 2013).

A partir do ano 2000, com a consolidação do agronegócio como nova forma do capitalismo, o movimento percebe então a necessidade de rever sua estratégia.

¹¹Nesse momento decidimos que a única possibilidade para a agricultura brasileira, que a resposta aos anseios e necessidades do povo passam não somente pela reforma agrária, mas também pela soberania alimentar e pela agroecologia. Esses elementos aparecem em nosso IV Congresso Nacional, em 2000, se consolidam no V Congresso Nacional em 2007, e adquirem caráter de programa agrário em nosso VI Congresso, em 2014 (ZARREF, 2018, s/n).

De acordo com Pinassi (2014), o MST, dentro de sua trajetória conduziu-se na radicalidade das práticas das ocupações concomitantemente com a luta institucional para viabilização dos assentamentos. Porém, as circunstâncias econômicas e políticas impuseram um dilema para o movimento, em um quadro de institucionalização da agricultura familiar, com uma reforma agrária de mercado controlada pelo Banco Mundial orientada para políticas de crédito, ideais de empreendedorismo e parcerias com o agronegócio.

Dentro desse cenário, considerando a base social do MST, composta por “acampados, assentados, assentados prósperos, assentados precarizados, de assalariados e semi-assalariados no campo e na cidade, de arrendatários e de rentistas, de fornecedores de matéria prima etc. (PINASSI, 2014 s/n)”, têm-se verificado uma proletarianização de sua base.

A contradição da reforma agrária de mercado bateu às portas do movimento, exigindo a incômoda definição entre atender às contingências do mercado, com camponeses empreendedores integrados ao capitalismo agrário,

¹¹ Texto da página do MST no link: <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>

fomentar uma indigesta luta de classes em seu interior ou perseverar na formação de trabalhadores conscientes de seu papel histórico na construção do socialismo (PINASSI, 2014, s/n).

Dessa base social que compõe o MST, a maioria dos assentados têm preocupações imediatas, de reprodução de vida, e que de certa forma também orienta as ações do movimento nesse sentido. Além disso, a organização nos assentamentos é dificultada pois há uma acomodação e uma priorização da produção individual após a conquista da terra (BAHNIUK; VENDRAMIN, 2016).

Nesse sentido, as formas de organização dos assentamentos apresentam avanços, mas também limites. E uma dessas limitações seria, de acordo com Dalmagro e Vendramini (2010):

[...] a organização do assentamento em lotes individuais, recolocando a propriedade privada, as relações e a consciência social próprias desta base material. Os assentamentos organizados coletivamente em geral apresentam melhores resultados econômicos e promovem maior consciência social e de classe e pertencimento ao MST. Porém não se configuram em formas de vida totalmente novas – já que o socialismo não se constitui em ilhas, movem-se em meio à contradição de construir novas relações de trabalho e vida social e de perpetuar as formas burguesas. Ainda assim, em nosso ponto de vista, constituem-se em espaços importantes de organização dos trabalhadores, descobrindo limites e possibilidades ao experimentar formas autogestionárias de produção (DALMAGRO; VENDRAMINI, 2010, p. 144).

Percebe-se então, além das dificuldades impostas pelo cenário econômico e político, uma dificuldade de alinhamento ideológico do MST e suas propostas socialistas junto a sua base social, a população dos assentamentos.

Embora a ideologia socialista esteja presente no programa agrário e nas falas dos dirigentes dos partidos, é arriscado pensar que pessoas humildes, vivendo em situação de pobreza, com pouco ou nenhum estudo possam compartilhar do mesmo ideário (CATELLAN; MORAES, 2018).

A partir dessa hipótese, Cattelan e Moraes (2018) realizaram uma pesquisa para identificar a influência da ideologia do MST no Projeto de Assentamento Celso Furtado no município de Quedas do Iguaçu/PR.

Concluíram que a maioria dos assentados não tem conhecimento ou domínio sobre as teorias do socialismo, simbologias do MST e questão agrária. Porém, demonstraram manter práticas apreendidas junto ao MST, como produção orgânica, produção diversificada, organização no assentamento, entre outras. Cattelan e

Moraes (2018) ressaltam também, que no período de acampamento as práticas são mais alinhadas com a ideologia do MST, e que após a divisão dos lotes, perde-se essa noção do coletivo, de forma que a autonomia almejada pelos agricultores vai na contramão das estruturas coletivas do ideal do MST. Outra observação feita, é que apesar de não possuírem uma compreensão do projeto socialista ou compartilharem da ideologia, mantêm-se no movimento e o defendem, demonstrando sentimento de gratidão.

Para Bahniuk e Vendramini (2016), permanece a necessidade do movimento se reinventar e retomar as questões fundamentais que perderam a centralidade no decorrer dos anos, com o desafio de ampliar a luta pela terra.

SESSÃO III: O MUNICÍPIO DE IPERÓ

III. 1 Acontecimentos históricos de Iperó

Iperó é um município do interior do Estado de São Paulo, localizado a 116 km da cidade de São Paulo e a 25 km da cidade de Sorocaba.

De acordo com o último censo do IBGE, Iperó possuía 28.300 habitantes em 2010 e uma população estimada em 37.964 em 2020.

Ainda, segundo o Censo de 2010 do IBGE (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município é de 0,719, com 79% dos domicílios com esgotamento adequado.

Sobre o processo histórico de formação do município, em um resumo feito por Sandro Canatelli na ¹²página institucional da prefeitura municipal, Iperó é contextualizado dentro de movimentos que marcaram o desenvolvimento da região, como o movimento dos bandeirantes, tropeirismo e siderurgia, sendo Iperó reconhecida como o berço da siderurgia nacional. Algumas datas fazem referência a fatos que marcaram a história do município.

Final do Século XVI: Descoberta de minério de ferro no Morro do Araçoiaba pelos Sardinhas (pai e filho).

¹² Texto disponível na página da prefeitura de Iperó no link: <http://www.ipero.sp.gov.br/nossa-historia/>

Final do século XVII: Fundação da Capela de Nossa da Conceição, as margens do Rio Sarapuí por Brás Esteves, marcando sua passagem na região.

1927: Chegada da ferrovia (Estrada de Ferro Sorocabana) e fim da fase predominantemente agrícola na região.

1929: Inauguração da Estação Santo Antônio da Sorocaba e surgimento da Vila Santo Antônio.

1944: O município anteriormente denominado de Vila de Santo Antônio é elevado à categoria de Distrito da Paz de Boituva. Após discussões a respeito do nome, optaram por chamá-lo de Iperó.

Atualmente o município também faz parte também da região metropolitana de Sorocaba.

III. 2 Ocupação do território

A questão de uso da terra na região, tem aspectos comuns com processos e movimentos que marcaram o histórico de colonização do território brasileiro. No final do século XVI, quando o bandeirante Afonso Sardinha encontra minério de ferro no morro de Araçoiaba, inicia-se o processo de exploração dos recursos e de mão de obra escrava nativa.

De acordo com Oliveira (2020), na sua pesquisa de mestrado a autora faz menção a esse primeiro período, onde a exploração de minério era secundária, pois o enfoque foi dado no crescimento da agricultura comercial, pois gerava um lucro imediato. Com a política de incentivo e patrocínio dado por D. Francisco para encontrar minas e índios, as expedições retornavam sem material valioso, mas com muitos nativos.

Um agigantado número de cativos, desgarrados de seus vínculos históricos, chegava para se ocupar das mais diversas atividades. Forjava-se, desse modo, uma sociedade de base agrícola e comercial firmada pela força de trabalho dos nativos, da qual os projetos de exploração de minas de ferro também faziam parte. O intuito dessa configuração era abastecer principalmente as demandas materiais geradas pela agricultura (OLIVEIRA, 2020, p. 48).

Assim, a prática dos bandeirantes e as políticas que norteavam o projeto colonial propiciaram a formação de grandes fazendas, com um grande contingente de escravos indígenas e terra invadida, concentrada nas mãos de poucos paulistas, como é o caso do processo de ocupação na região do morro de Araçoiaba (OLIVEIRA, 2020).

Uma das disputas mais antigas, referia-se a uma área atualmente ocupada por dois bairros do município. Teve de um lado o estado de São Paulo e de outro a União, por meio da ACO 158 protocolada em 1968 no Supremo Tribunal Federal, na qual a União pedia a anulação de 11 títulos de posse alienadas pelo estado de São Paulo

Essa ação foi finalmente julgada em 2020, mas a questão tem raiz nos tempos do império, quando Dom Pedro 2º pediu a província de São Paulo a anexação de terras, denominada de Campos Realengos, com o intuito de utilizá-las como reserva de floresta para metalurgia, cuja anexação se deu em 1872. Com o fim do império, a Constituição da república de 1891, trazia em seu artigo 64 a disposição de que as terras que não estivessem a serviços da União passariam aos domínios dos estados, chamadas terras devolutas. Em 1965, o Serviço de Patrimônio Imobiliário da Secretaria da Justiça e Negócios do Interior de São Paulo expediu títulos, que foram alienados a terceiros (VITAL, 2020).

Atualmente, essa área é ocupada por dois bairros de Iperó. A decisão do Supremo Tribunal Federal em 2020, concluiu a validade dos títulos emitidos pelo estado de São Paulo, justificando que, embora a União tenha comprovado a posse dessas terras, não há provas de sua delimitação. Nas palavras da relatora Rosa Weber, existe também a questão social, pois as terras que antes eram doadas a poucas pessoas, constituíram bairros, com uma população aproximada de 4.000 pessoas (VITAL, 2020).

O município de Iperó possui também em seu território uma Unidade de Conservação Ambiental de Uso Sustentável e dois assentamentos de reforma agrária (Assentamento Ipanema e Assentamento Horto Bela Vista), além de possuir dentro de seus limites o Centro Experimental Aramar (CEA), onde são desenvolvidas pesquisas nucleares da Marinha do Brasil.

Com relação a instalação dessa unidade em Iperó, consta registro em assinatura da “Declaração de Iperó” em 1988, assinada pelo presidente Sarney na ocasião da visita do presidente da Argentina Alfonsín. Trata-se de uma declaração

conjunta sobre política nuclear entre o governo do Brasil e Argentina reiterando a cooperação entre os dois países (PATTI, 2014).

A instalação desse centro de pesquisa, foi feito em parte das terras do que viria a ser mais tarde a Flona Ipanema e motivou protestos, devido a insegurança associada a hipótese de descarte de materiais gerados na unidade (OLIVEIRA; CARVALHO, 2017).

A Unidade de Conservação Ambiental (Floresta Nacional de Ipanema) foi criada em 20 de maio de 1992 pelo Decreto Federal nº 530. Abrange o município de Iperó, e parte dos municípios de Araçoiaba da Serra e Capela do Alto.

¹³De acordo com o ICMBIO, a criação dessa unidade de conservação se deu no intuito de proteger, conservar e restaurar remanescentes de vegetação nativa dentro do bioma Mata Atlântica. As ações dentro da unidade abrangem questões de manejo florestal, históricos e culturais, disseminação de conhecimento através de pesquisas científicas e de programas de visitação pública.

Porém, a criação da Unidade de Conservação ocorreu após a ocupação da área pelo MST, em 20 de maio de 1992, quando o presidente Fernando Collor de Mello assinou o Decreto nº 530, transformando a área em uma unidade de conservação, a qual passou a ficar sobre administração do IBAMA.

Após o pedido de reintegração de posse pelo governo e discussões com o envolvimento de vários órgãos como IBAMA, INCRA e ITESP, foi criado posteriormente o assentamento Ipanema pela Portaria nº 342 do INCRA em 1995, numa área de 1.712 hectares (1.210 hectares cedidos pelo IBAMA e 502 hectares do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária).

O outro assentamento está localizado próximo a zona industrial do município, em uma das margens da Rodovia que liga Iperó a Tatuí. O assentamento é denominado de Horto Bela Vista e foi reconhecido pelo ITESP em 1999 (OLIVEIRA, 2016). Possui uma área de 887,88 ha, com 31 lotes e está em área de domínio estadual.

No texto do Plano de Manejo (2017) é ressaltado a questão da pressão exercida sobre a Unidade de Conservação. De um lado, na divisa leste da Flona está localizado o bairro George Oeterer, que apresenta deficiências estruturais com relação a

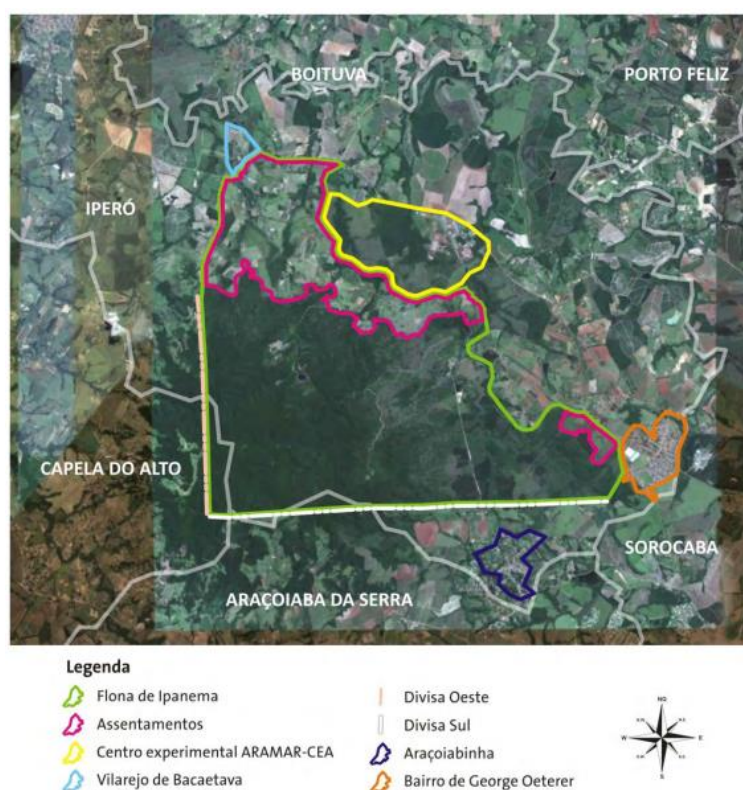
¹³ <https://www.icmbio.gov.br/flonaipanema/>

saneamento básico e problemas sociais como pobreza, violência e invasão de “sem tetos” (expressão usada no Plano de Manejo).

Nos limites norte, nordeste e sudoeste encontram-se os assentamentos. Segundo a visão do Plano de Manejo da Flona, de 2017, a preocupação manifestada é que o número de “sem tetos” aumenta constantemente contrariando o disposto no art. 1º do SNUC, que traz a seguinte disposição "O órgão responsável pela administração da Unidade estabelecerá normas específicas regulamentando a ocupação e o uso dos recursos da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos de uma Unidade de Conservação (SNUC - LEI 9.985/2000)."

A partir da exploração dos trabalhos que compõe o *corpus* dessa análise, será comentado na sessão IV, a visão dos moradores e dos autores sobre a questão da ocupação, bem como a descrição sobre a criação e características dos assentamentos. A figura 5 a seguir mostra os limites entre municípios e a área correspondente a Flona de Ipanema.

Figura 5 – Limites dos municípios e ocupações dentro e no entorno da UC



Fonte: Plano de Manejo da Flona de Ipanema (2017, p. 167)

Observa-se que a área da Flona de Ipanema encontra-se quase que integralmente dentro do município de Iperó. Os assentamentos encontram-se dentro da área da Flona e todo o município de Iperó encontra-se na área de amortização.

III. 3 A agricultura familiar no município de Iperó-SP

O Censo Agropecuário de 2017 (IBGE) apresenta informações gerais sobre agricultura e sobre o perfil dos produtores e dos estabelecimentos no município. Porém, as informações apresentadas pelo referido documento deixam margem para dúvidas, se de fato representam a realidade do município.

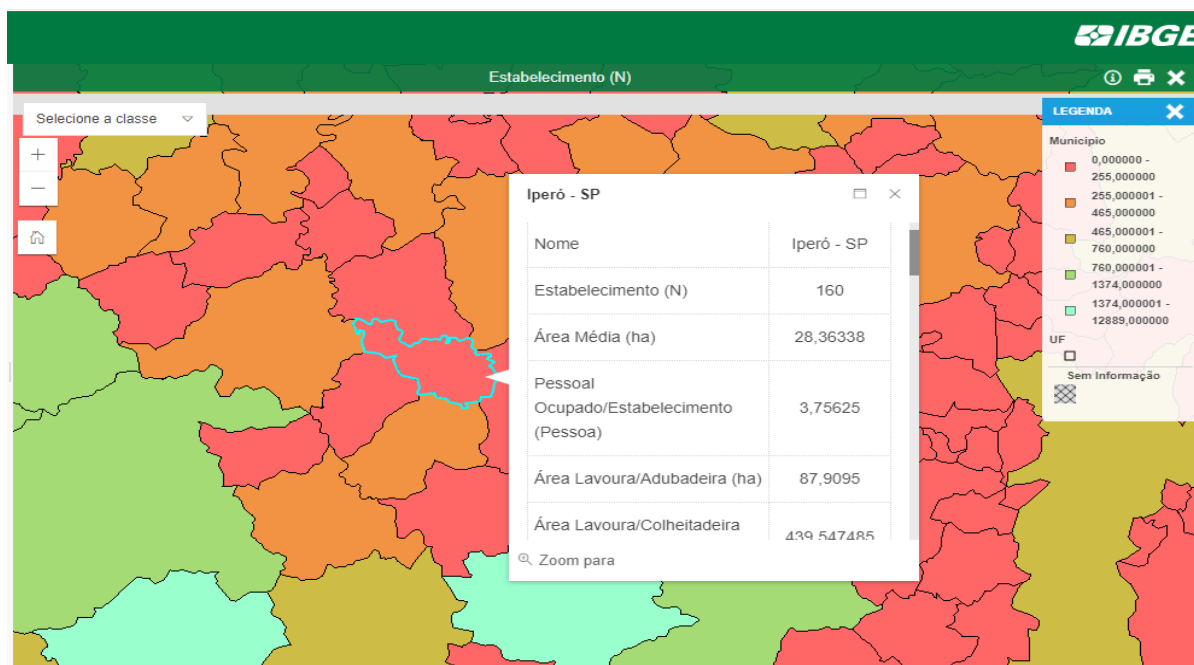
Não é a proposta desse trabalho se debruçar e fazer uma investigação cruzada de informações para determinar o que é, e o que não é considerado no levantamento de informações realizados pelo referido censo.

No Censo Agropecuário de 2017, a informação é de que existem no município 160 estabelecimentos rurais, com área média de 28,36 hectares.

Ao considerar a condição dos produtores em relação a terra, de acordo com o Censo Agropecuário de 2017, têm-se: 76 estabelecimentos são de “proprietário(a) inclusive os (as) coproprietários (as) de terras tituladas coletivamente”; 81 são estabelecimentos de “concessionário (a) ou assentado (a) aguardando titulação definitiva” e; 3 estabelecimentos são de “arrendatários (as)”. Na descrição das variáveis, especificamente para o indicador “número de estabelecimentos”, o Censo do IBGE utiliza a seguinte definição:

Estabelecimento agropecuário é toda unidade de produção/exploração dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, independentemente de seu tamanho ou de sua forma jurídica, tendo como objetivo a produção, seja para venda (comercialização da produção) ou para subsistência (sustento do produtor ou de sua família). O estabelecimento constituído por área que se estendia por mais de um município foi contabilizado no município onde estava localizada a sua sede (local destinado à administração dos trabalhos do estabelecimento), desde que situada na área do estabelecimento. Contudo, caso não houvesse sede na área do estabelecimento, este seria contabilizado no município onde estivesse situada a maior parte de suas terras (IBGE, 2017).

Figura 6 – Acesso a informações sobre o município de Iperó na plataforma de mapas interativos do IBGE



Fonte: Censo Agropecuário de 2017 (mapas interativos do IBGE)

Se considerados somente os lotes dos assentamentos existentes no município, como unidades individuais de produção, somam-se ao todo 182 lotes (151 lotes no Assentamento Ipanema e 31 lotes no Assentamento Horto Bela Vista).

Dentro desse universo amostrado pelo Censo Agropecuário do IBGE (2017), chama a atenção o fato de que 81,25% dos estabelecimentos do município sejam classificados como de agricultura familiar. Assim, do total de 160 estabelecimentos, aproximadamente 129 estabelecimentos são de agricultura familiar.

Uma outra base de dados que pode dar uma visão das características da agricultura no município, é o Levantamento das Unidades de Produção Agropecuárias do Estado de São Paulo, também conhecido como ¹⁴Projeto LUPA. Esse Censo é realizado a cada 10 anos.

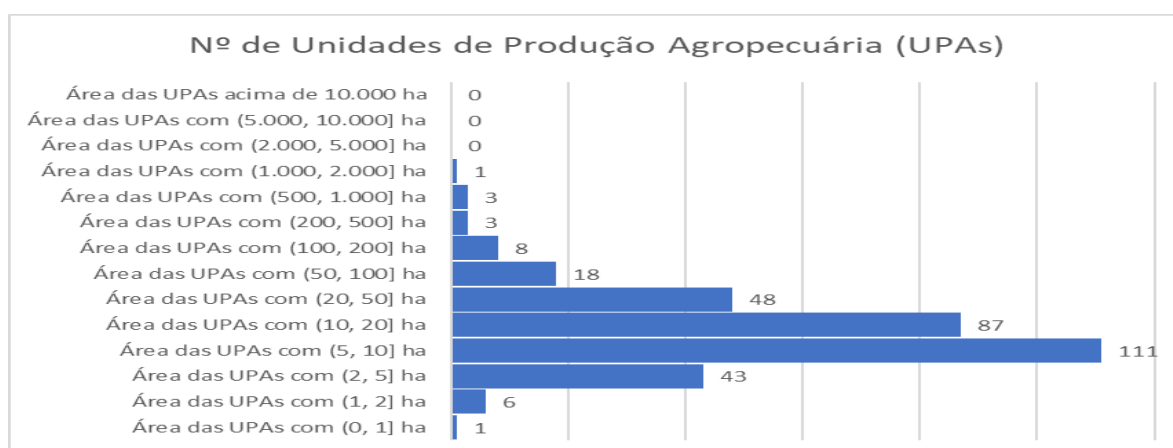
¹⁴ São apresentados os dados consolidados de estrutura fundiária, ocupação de solo, mão-de-obra, principais culturas e explorações animais. Além disso, também são disponibilizados os dados de máquinas, equipamentos, benfeitorias e indicadores socioeconômicos (<https://www.cdrrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosestado1617.php>).

Os dados do último Censo Estadual realizado referem-se a 2016/2017 e ao analisar os dados desse censo, existem no município de Iperó 329 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), que é o dobro do número de estabelecimentos agropecuários informados no Censo Agropecuário do IBGE (2017). Para o Projeto LUPA, uma Unidade de Produção Agropecuária (UPA), é definida como:

- a) conjunto de propriedades agrícolas contíguas e pertencente ao(s) mesmo(s) proprietário(s);
 - b) localizadas inteiramente dentro de um mesmo município, inclusive dentro do perímetro urbano;
 - c) com área total igual ou superior a 0,1ha;
 - d) não destinada exclusivamente para lazer.
- Em princípio, uma UPA significa exatamente o mesmo que um imóvel rural. Ela se afasta desse conceito somente nas seguintes situações:
- i) quando o imóvel rural se estende por mais de um município, considera-se cada uma das partes em município diferente como uma UPA;
 - ii) quando não foi possível levantar o imóvel rural como tal, sendo necessário reparti-lo ou agrupá-lo com outros.

Pode-se atribuir parte dessa diferença no número de estabelecimentos, ou Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs), pela metodologia e critérios utilizados em ambos os censos, já que no Projeto LUPA, uma propriedade que abranger mais de um município pode ser considerada como duas propriedades separadas, embora haja a prerrogativa de reparti-los ou agrupá-los, a depender da situação. Ainda assim, há uma grande diferença quanto ao número de estabelecimentos, ou UPAS informados nos dois levantamentos. A seguir na figura 7 são apresentados os dados referentes as UPAS informadas no Projeto LUPA.

Figura 7 – Número de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs)



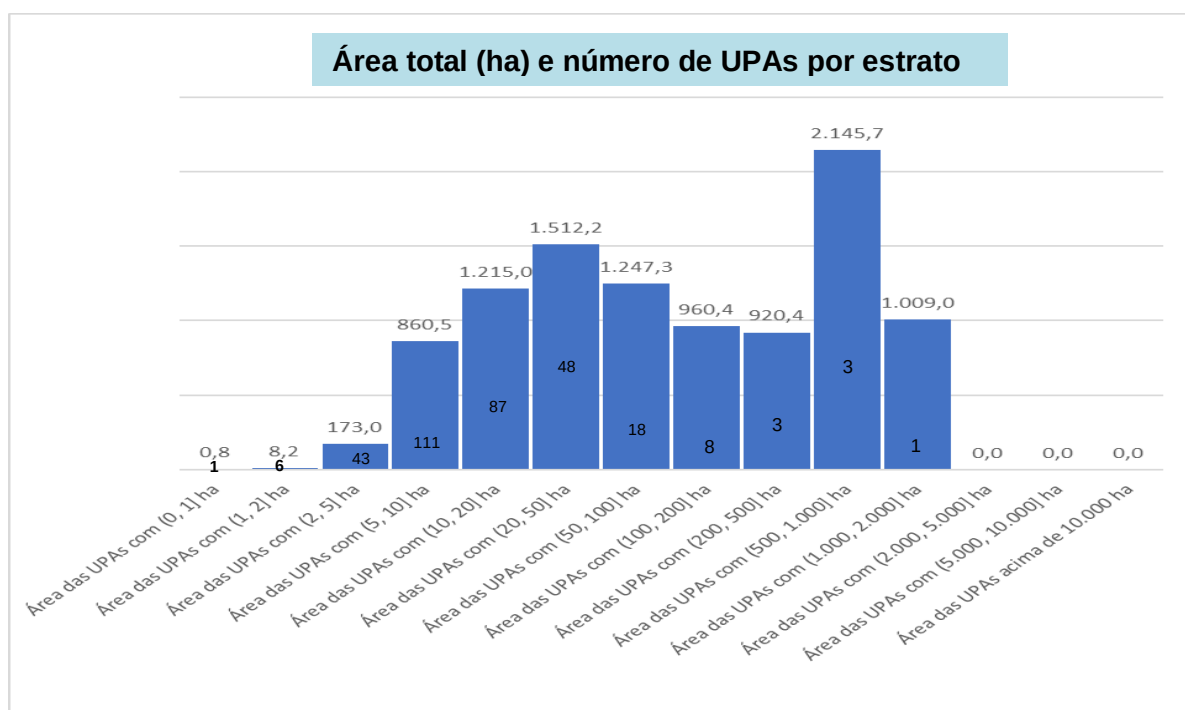
Fonte: Autoria própria (2020) – com base nos dados do Projeto LUPA 2016/2017

Levando em consideração o tamanho das UPAs, o valor de módulo fiscal estabelecido para o município de Iperó, de 12 hectares, considerando também o enquadramento de agricultor/ empreendimento familiar dado pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006 (área menor ou igual a 4 módulos fiscais), aproximadamente ¹⁵89% dos estabelecimentos são de agricultura familiar. No Censo Agropecuário de 2017 do IBGE, 81,25% dos estabelecimentos no município são de agricultura familiar.

Pelos dados do projeto LUPA, ao se observar a soma total das UPAs dentro de intervalos divididos por extrato, conclui-se que o município possui uma alta concentração fundiária, onde apenas 1 (uma) UPA detém uma área equivalente a 10% da área total das UPAs (figuras 8 e 9).

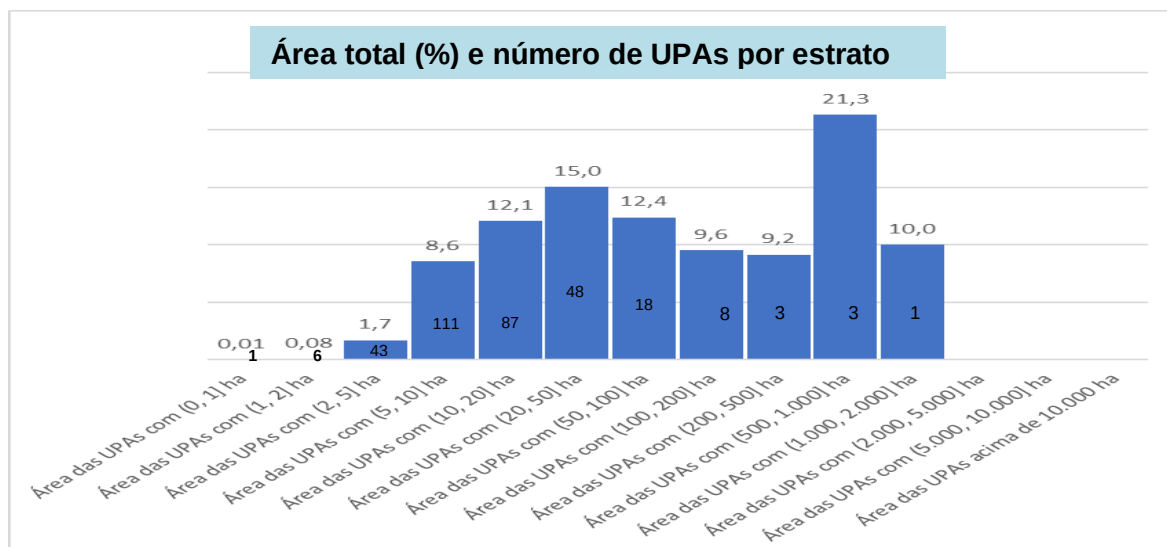
Ao considerar o intervalo do estrato de 100 – 200 hectares a 1.000 – 2.000 hectares, 15 UPAs (de um total de 329), ocupam 50% da área total das UPAs no município.

Figura 8 – Área total (hectares) das UPAs considerando os estratos



Fonte: Autoria própria (2021) - baseado dos dados do projeto LUPA 2016/2017

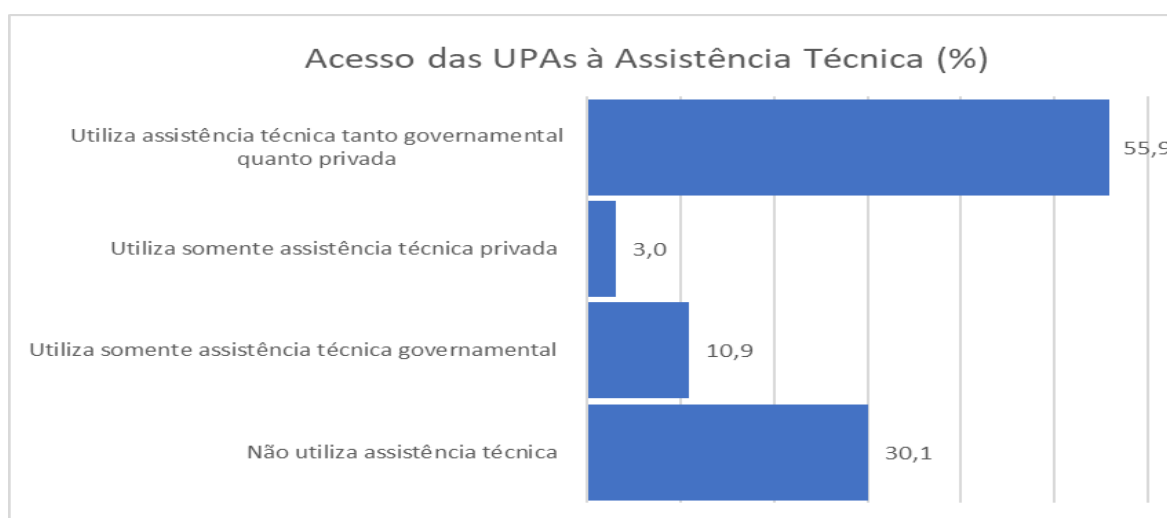
¹⁵ A porcentagem pode ser um pouco menor que 89%, pois considerou-se o número de UPAs dentro dos estratos do estrato de 0,1 hectares até o estrato de 20 - 50 hectares. Dentro do estrato de 20 – 50 hectares, pode ter uma ou outra propriedade que ultrapasse os 48 hectares (4 módulos fiscais).

Figura 9 – Porcentagem (%) das áreas das UPAs por estrato

Fonte: Autoria própria (2021) - baseado dos dados do projeto LUPA 2016/2017

A exemplo do que é observado no Brasil, verifica-se em Iperó uma elevada concentração fundiária, reflexo histórico de como se deu a ocupação da terra no país.

Com relação a outros dados, o acesso a assistência técnica, dentro do universo amostrado pelo IBGE, a porcentagem de estabelecimentos que não recebe assistência técnica é de 71% (114 de 160), bem maior que os 30% informados no projeto LUPA (figura 10).

Figura 10 – Assistência técnica as UPAs em Iperó/SP

Fonte: Autoria própria (2021) – baseado nos dados do projeto LUPA 2016/2017

De acordo com o Projeto LUPA, sobre acesso a crédito rural, 73 UPAs (22,2%), informaram que utilizaram e, 39 (11,9%) utilizaram o seguro rural.

Já no Censo Agropecuários de 2017, 15 estabelecimentos informaram que obtiveram financiamento/empréstimo. Em relação as fontes de financiamento, 145 estabelecimentos informaram não ter obtido, 8 obtiveram financiamento por meio de programas governamentais, sendo 8 do PRONAF e 7 de outras fontes.

Com relação aos tipos de adubação, dos 160 estabelecimentos informados no censo de 2017 (IBGE), 101 (63%) afirmaram realizar adubação e 59 (36%) não realizam adubação. Dentre os que realizam adubação, 48 (30%) aplicam adubação química, 21 (13%) aplicam adubação química e orgânica e; 32 (20%) utilizam adubação orgânica. É informado também que apenas 3 estabelecimentos possuem Sistemas Agroflorestais (SAF).

Ainda, tendo como referência o Censo Agropecuário de 2017, com relação ao uso de agrotóxicos, 109 (68%) estabelecimentos informaram que não utilizam, 51 (32%) disseram que utilizam, sendo que desses, 5 informaram que não precisaram utilizar. No projeto LUPA (2017/2018), em relação ao sistema de preparação do solo, 71 UPAs adotam o sistema convencional; 44 o cultivo mínimo e; 7 o plantio direto na palha. Com referência ao nível de escolaridade dos proprietários rurais apontados no projeto LUPA, há uma fração significativa de proprietários com ensino superior completo em comparação aos que não possuem nenhuma instrução (figura 11).

Figura 11 – Nível de escolaridade dos proprietários das UPAs



Fonte: Autoria própria (2021) – baseado nos dados do Projeto LUPA 2016/2017

SESSÃO IV: O ESTUDO SOBRE AS DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR EM IPERÓ-SP

IV. 1 Pré- análise

IV. 1.1 Levantamento dos trabalhos nas bases de dados

Para a busca dos trabalhos nas bases de dados, realizada em 05 de agosto de 2020, foram utilizadas as seguintes combinações de palavras chaves: Agricultura familiar, Iperó; Agroecologia, Iperó; Agrofloresta, Iperó; Agricultura orgânica, Iperó; Agricultura biodinâmica, Iperó; Agrícola, Iperó; Assentamento, Iperó. A escolha das palavras chaves buscou abarcar as diferentes práticas de agricultura familiar, tendo como delimitação o município de Iperó.

Para seleção das dissertações e teses, foram utilizadas as seguintes bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD), Banco de Teses e Dissertações da CAPES, e posteriormente, para fins de verificação, nos repositórios institucionais das universidades, UFSCAR, UNESP, UNICAMP e USP.

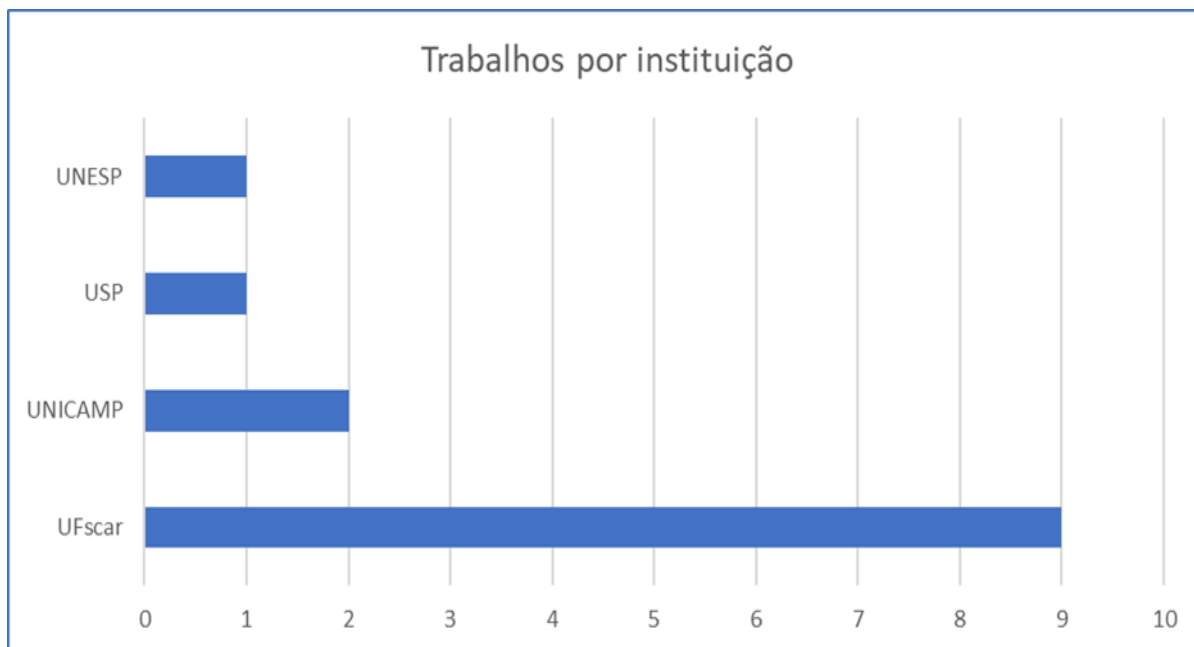
Considerando os mesmos critérios de palavras-chave, foram selecionadas mais duas dissertações pelo Google Scholar (período de 2000 a 2020), que por algum motivo não apareceram nas demais bases consultadas (BDBTD E CAPES), a partir dos mesmos critérios.

Para a seleção dos trabalhos nas bases gerais, como CAPES e BDBTD foram utilizados os filtros para “tese” e “dissertações”, sem especificação de período, pois o objetivo era que fossem retornados resultados de toda a produção realizada até então.

IV. 1.2 Filtragem e escolha definitiva dos trabalhos

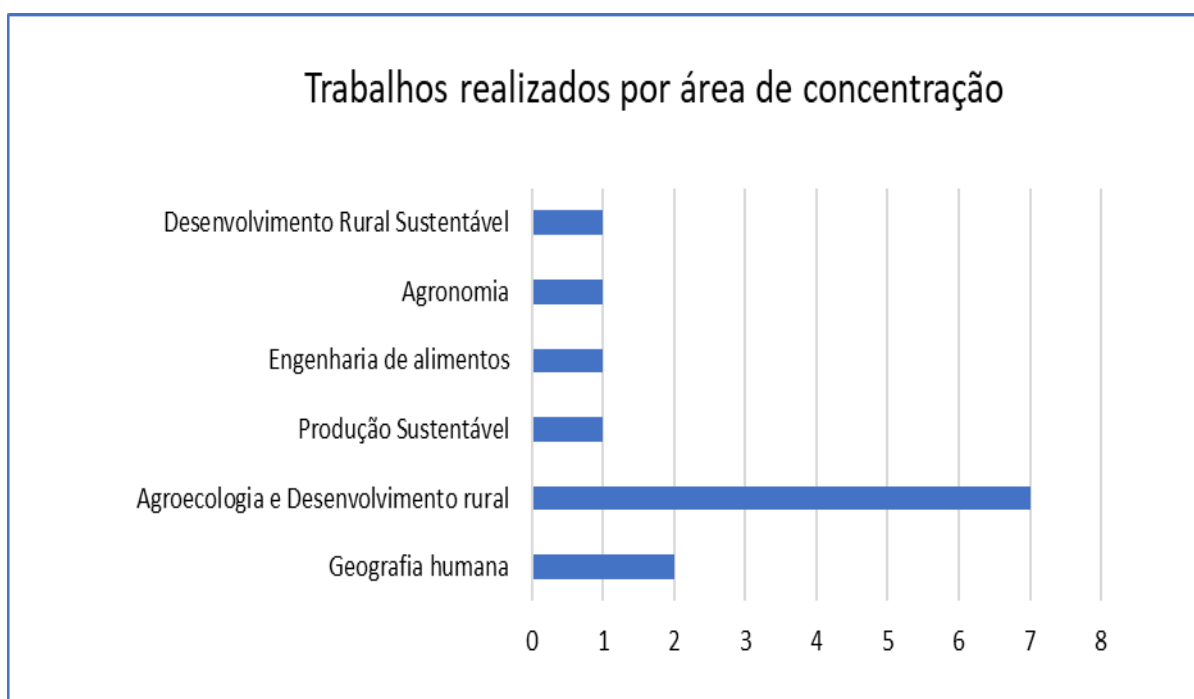
A escolha definitiva dos trabalhos que compõe o *corpus* dessa pesquisa foi feita a partir da leitura dos resumos e palavras-chave para determinar a relação com agricultura familiar e sua pertinência em relação a pergunta e objetivos da investigação. Foram selecionados, 1(uma) tese e 12 (doze) dissertações. A figura 12, 13 e 14, demonstram alguns aspectos dessa produção.

Figura 12 – Distribuição quantitativa e temporal dos trabalhos selecionados para a pesquisa

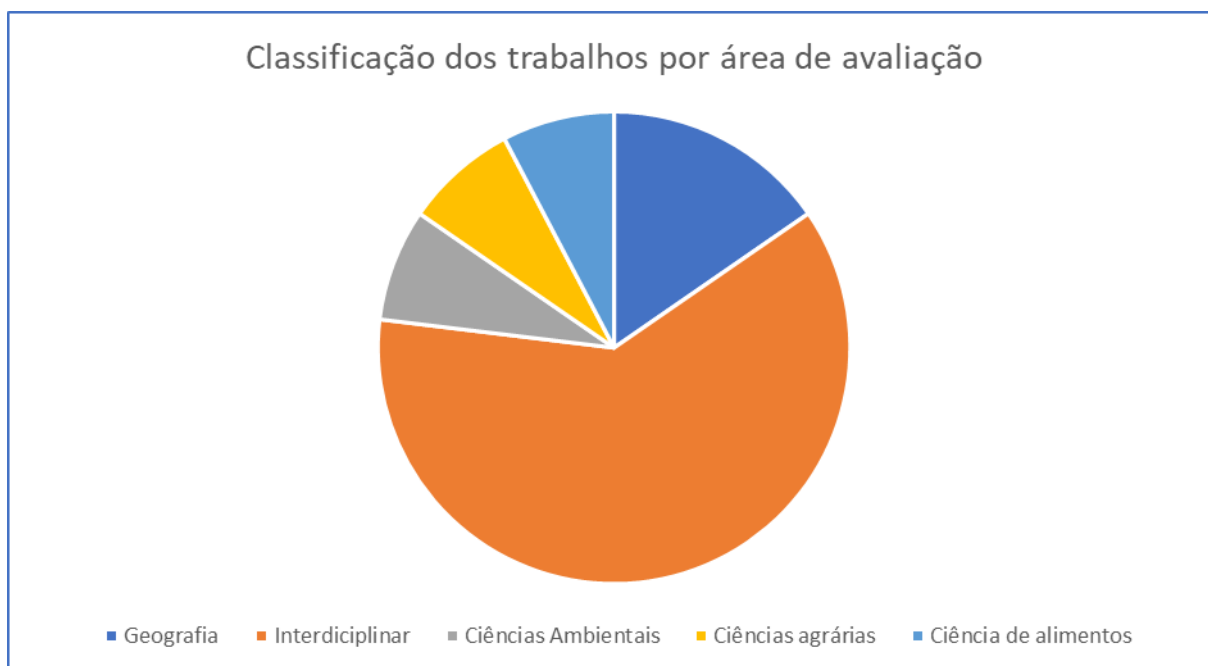


Fonte: Autoria própria (2021)

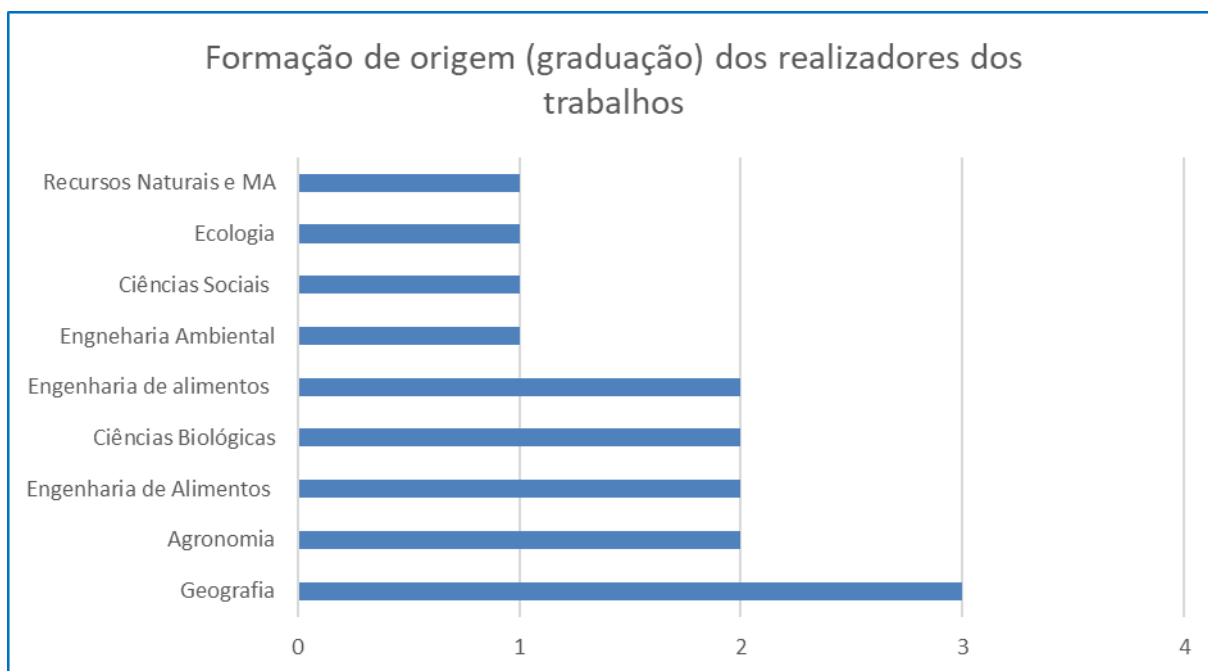
Figura 13 – Número de trabalhos realizados por área de concentração



Fonte: Autoria própria (2021)

Figura 14 – Enquadramento dos trabalhos por área de avaliação

Fonte: Autoria própria (2021)

Figura 15 – Formação de origem dos autores dos trabalhos

Fonte: Autoria própria (2021)

Em seguida, realizou-se uma leitura flutuante dos textos para familiarização e coleta das primeiras impressões (quadro 2). Nesse processo também já é possível identificar algumas tendências nos trabalhos, a partir dos assuntos identificados. Essas primeiras impressões possibilitaram dividir os trabalhos por similaridade de assuntos.

Após a seleção dos trabalhos, os trabalhos foram inseridos no programa Atlas ti. 8, que auxilia na organização e gerenciamento das informações para análise.

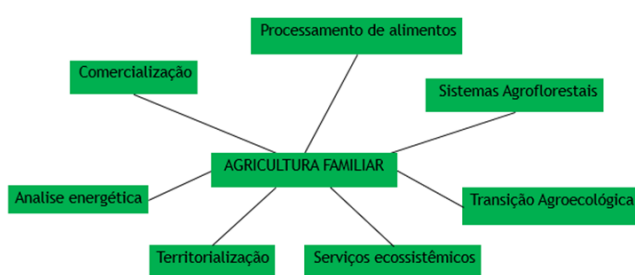
Quadro 2 – Relação dos documentos para análise separados por similaridade de temas

Autor	Título	Instituição	Assuntos/ temas
CASTRO (2007)	O significado do trabalho na constituição da territorialidade dos assentados da Fazenda Ipanema, Iperó-SP	USP	Processo de territorialização (luta, ocupação, relações)
ALMEIDA (2019)	As estratégias de resistência camponesa no lote Mãe Terra do assentamento Horto Bela Vista de Iperó (SP)	UFSCar	
AVILA (2012)	Caminhos para Transição agroecológica: Estudo com uma família do Assentamento Fazenda Ipanema, Iperó (SP)	UFSCAR	Transição agroecológica
BRANCO (2012)	Análise da transição agroecológica em propriedades rurais do entorno da Floresta Ipanema, Iperó, SP	UFSCAR	
CAMPOS (2017)	Caracterização da avifauna em áreas de transição agroecológica no assentamento Ipanema em Iperó- SP	UFSCAR	
OLIVEIRA (2016)	Monitoramento participativo de Sistemas Agroflorestais nos assentamentos do município de Iperó-SP	UFSCAR	SAF's
STEYER (2019)	Sistemas Agroflorestais como projetos de vida: Um estudo a partir de um assentamento rural	UFSCAR	
BUQUERA (2015)	A agroecologia e os Serviços Ecossistêmicos: Um estudo de caso nos assentamentos do município de Iperó/SP	UFSCAR	Serviços Ecossistêmicos
BEJARANO (2020)	Percepção de Serviços Ecossistêmicos por agricultores familiares como ferramenta de conservação	UFSCAR	
SOUZA (2006)	Análise emergética do assentamento Fazenda Ipanema: Reforma agrária e Desenvolvimento Sustentável	UNICAMP	Análise energética
ALMEIDA (2007)	Avaliação energética econômica da cultura do milho em assentamento Rural, Iperó- SP	UNESP	
NETO (2009)	Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais	UNICAMP	Processamento e transformação de alimentos
FIGUEIREDO (2020)	Desenvolvimento rural por meio da comercialização da agricultura familiar: Um estudo de caso do instituto chão.	UFSCAR	Canais de comercialização

Fonte: Autoria própria (2021)

Nessa primeira leitura percebeu-se que alguns trabalhos discutem o processo de organização, territorialização e relações sociais dentro dos assentamentos; outros abordam a questão da produção nos lotes com enfoque para práticas de transição agroecológica por meio dos SAFs; outros discutem a percepção ambiental dos agricultores sobre as práticas de cultivo e o meio ambiente; outros abordam a questão do potencial de processamento de alimentos agroecológicos e as formas de comercialização da produção. O conjunto de temas é mostrado na figura 16 a seguir.

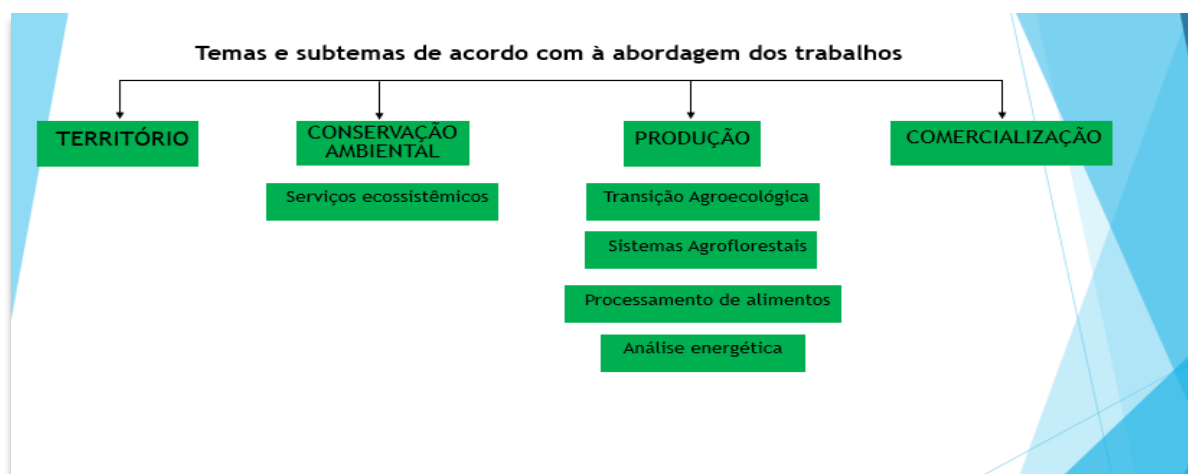
Figura 16 – Conjunto de assuntos/ temas abordados nos trabalhos



Fonte: Autoria própria (2021)

Ao interpretar os assuntos dos trabalhos, esses podem ser identificados dentro de 4 eixos temáticos principais (figura 17).

Figura 17 – Conjunto de temas e subtemas abordados nos trabalhos



Fonte: Autoria própria (2021)

Uma outra forma para avaliar as tendências de temas ou assuntos nos trabalhos, foi realizado a partir do conjunto de palavras-chave, de acordo com a aproximação de seus significados dentro de uma temática principal, sem estipular critérios e sem o objetivo de criar categorias finais nesse momento. Porém, as palavras-chaves também são um indicativo de quais assuntos acerca da temática da agricultura familiar são abordados nos trabalhos.

Quadro 3 – Agrupamento das palavras-chave apresentadas nos trabalhos

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6
Desenvolvimento rural	Assentamentos	Agroecologia	Produção	Meio ambiente	Canais de comercialização
Agricultura	Território	Práticas agroecológicas	Avaliação energética econômica	Áreas protegidas	Economia solidária
Agricultura familiar	Resistência camponesa	Sistemas agroflorestais	Eficiência energética econômica	Percepção e assentamentos rurais	
Ruralização	camponês	Manejo agroecológico	Balanço energético		
	Assentamento rural e geografia	Adubo verde	Energia		
	Jovens rurais	Biomassa vegetal	Milho		
	Reforma agrária	Estimativa de nutrientes			
		Processamento de alimentos			

Fonte: Autoria própria (2021)

Analisando os grupos de palavras chave, no grupo 1 foram agrupadas palavras genéricas; no grupo 2 são agrupadas palavras relacionadas a questão da reforma agrária e assentamentos; no grupo 3 as palavras se relacionam a questão de práticas da agroecologia; no grupo 4 as palavras remetem a questão energética na produção; no grupo 5 se relaciona a questão das áreas protegidas e percepção ambiental; no grupo 6, as duas palavras se orientam para a questão das formas de comercialização e escoamento da produção.

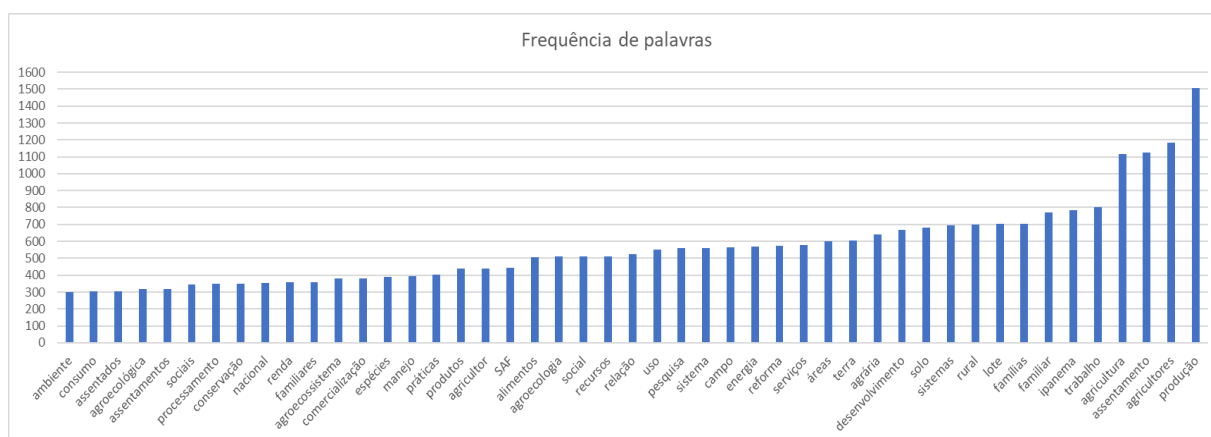
IV. 1.3 Referenciação dos textos

Em uma segunda leitura, de forma minuciosa, foi realizado a referenciação dos documentos de análise, ou seja, a seleção dos termos, expressões, temas que se destacaram no texto. A referenciação nesse momento foi feita manualmente, anotando-se de forma manuscrita os termos ou expressões relevantes para o

entendimento dos textos. Nesse primeiro momento foram levantados 225 índices (termos, expressões, temas).

Visando analisar a relevância e fazer uma primeira triagem desses termos, comparou-se a relação dos mesmos com palavras/ termos que ocorreram de forma mais frequente nos trabalhos. Para tanto utilizou-se um recurso do Atlas ti. que fornece a relação de palavras nos textos e a frequência (número de vezes) que ocorrem nos documentos (figura 18). Para tanto, foi gerado uma planilha do Excel com a relação de palavras e suas respectivas frequências (número de vezes em que ocorreram nos textos).

Figura 18 – Palavras de maior ocorrência nos textos



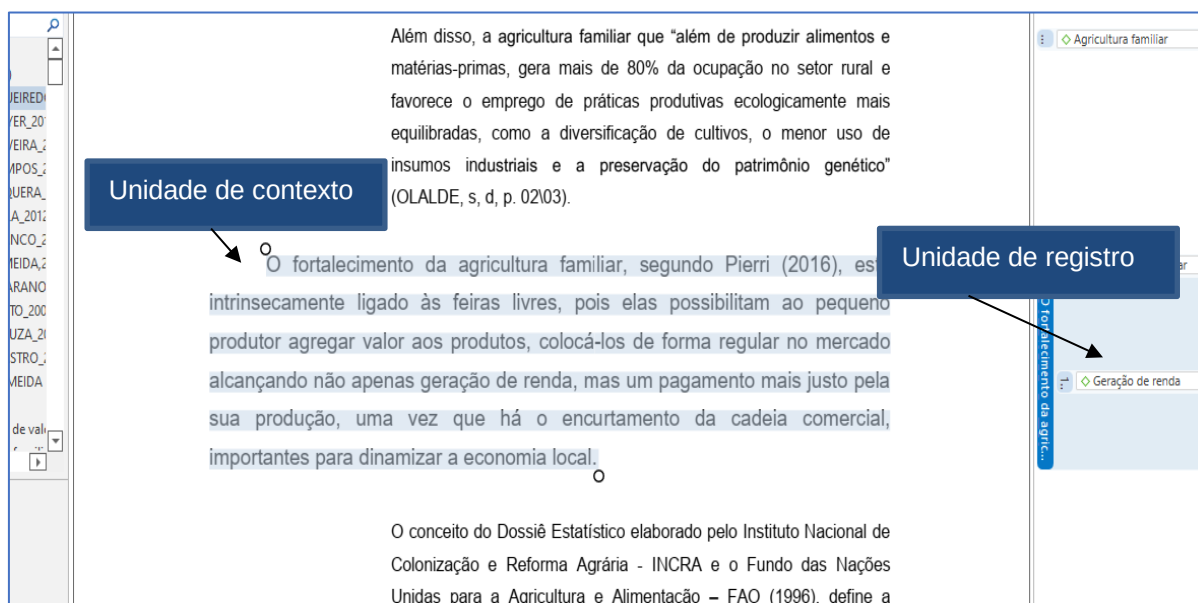
Fonte: Autoria própria (2021)

Em seguida, ao analisar as palavras de maior frequência, interpretando seus significados, foi feita uma reanálise dos 225 índices levantados anteriormente, e gerou-se os códigos definitivos, a partir de palavras/ termos unitários ou agregadas de forma lógica, de acordo como o entendimento obtido na leitura dos textos. Assim, foram definidos 128 códigos. Posteriormente foram marcadas as “unidades de registro” e “unidade de contexto” utilizando as ferramentas de marcação e organização no Atlas ti.

IV. 1.4 Seleção das “unidades de registro” e “unidades de contexto”

As “unidades de registro” e de contexto foi realizada dentro do software atlas ti., conforme demonstrado na figura 19 a seguir.

Figura 19 – Seleção das unidades de registro e de contexto



Fonte: Autoria própria (2021)

Após marcação das unidades de registro e contexto, o atlas ti. permite gerar um relatório com a compilação das citações.

Isso facilita a realização de uma leitura posterior de forma mais condensada, atendo-se aos elementos principais do texto.

IV. 2 Exploração do material

IV. 2.1 Criação de Categorias

Em seguida, os códigos foram organizados em grupos, dando origem aos pré-categorias.

De acordo com entendimento do pesquisador, podem ser excluídas pré-categorias que o pesquisador julgue necessário, por critérios justificáveis, como falta de informações, redundâncias ou pertinência para a questão de estudo, etc.

Em um primeiro momento, foram criadas 17 pré-categorias conforme demonstrado no quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Categorias iniciais

Nº	CATEGORIAS INICIAIS
I	Aspectos gerais da agricultura familiar em Iperó
II	Tipos de agroecossistemas observados
III	Território, uso e ocupação das terras
IV	Recurso naturais
V	Pesquisa e agroecologia
VI	Práticas de cultivo
VII	Diversidade da produção
VIII	Serviços ecossistêmicos
IX	Eficiência e autossuficiência energética
X	Estratégias da agricultura familiar
XI	Formas de manejo na produção
XII	Movimentos sociais e organização social
XIII	Sustentabilidade na produção
XIV	Sistema alimentar
XV	Desenvolvimento rural
XVI	Escoamento de produção
XVII	Trabalho e reprodução social no campo

Fonte: Autoria própria (2021)

Ao analisar as categorias iniciais, percebeu-se que algumas poderiam ser mescladas a outras. Assim, realizou-se um novo agrupamento, resultando em 10 categorias iniciais (quadro 5).

Quadro 5 – Categorias iniciais reagrupadas após análise

Nº	CATEGORIAS INICIAS	Conceito norteador
I	Aspectos gerais da agricultura familiar em Iperó	Indica características específicas, potencialidades e dificuldades do segmento na realidade do município
II	Tipos de agroecossistemas observados	Demonstra quais os modelos de agricultura e práticas empregadas pelos agricultores
III	Território, uso e ocupação das terras	Esclarece a situação fundiária dos agricultores familiares no município, a partir dos textos
IV	Recursos naturais	Indica quais os recursos, disponibilidade e limitações de uso
V	Pesquisa e agroecologia	Construção e difusão de conhecimentos de agroecologia junto à comunidade local
VI	Trabalho e reprodução social e material	Descreve os aspectos e relações das famílias em relação ao assentamento e trabalho no lote
VII	Aspectos da diversidade produtiva	Caracteriza a produção dos agricultores familiares
VIII	Serviços ecossistêmicos	Avalia a percepção dos agricultores sobre interações nos agroecossistemas e benefícios resultantes
IX	Eficiência e autossuficiência energética	Demonstra os tipos e fontes de energia empregados na produção
X	Estratégias da agricultura familiar e organização social	Explicita quais as estratégias dos agricultores para produção e escoamento de sua produção

Fonte: Autoria própria (2021)

Partindo de uma nova análise, procedeu-se uma nova agregação em categorias, resultando em 3 categorias principais, que seguem demonstradas na tabela a seguir.

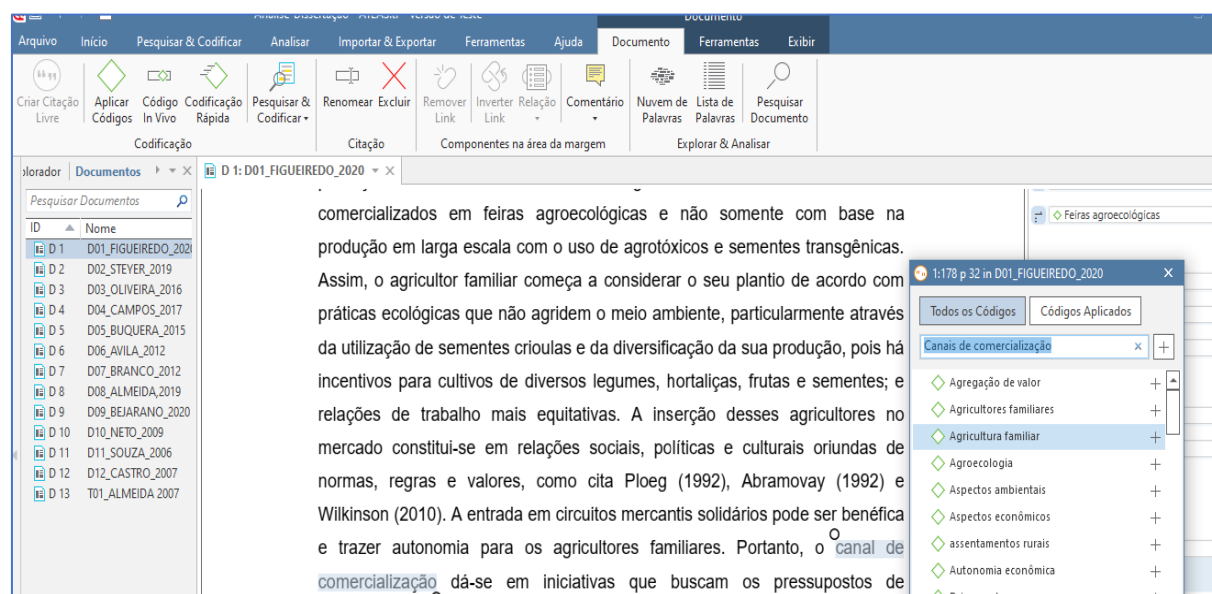
Quadro 6 – Categorias finais

CATEGORIAS FINAIS GERADAS A PARTIR DAS INICIAIS		Nº
Criação dos Assentamentos	Reforma agrária e assentamentos	I
Território e relações sociais		
Trabalho e reprodução social/ material		
Agroecossistemas existentes	Agroecologia e conservação ambiental	II
Eficiência e autossuficiência energética		
Aspectos produtivos		
Percepção ambiental		
Conhecimento técnico, científico e tecnologias		
Recursos naturais	Escoamento da produção	III
Estratégias de comercialização e Políticas públicas		

Fonte: Autoria própria (2021)

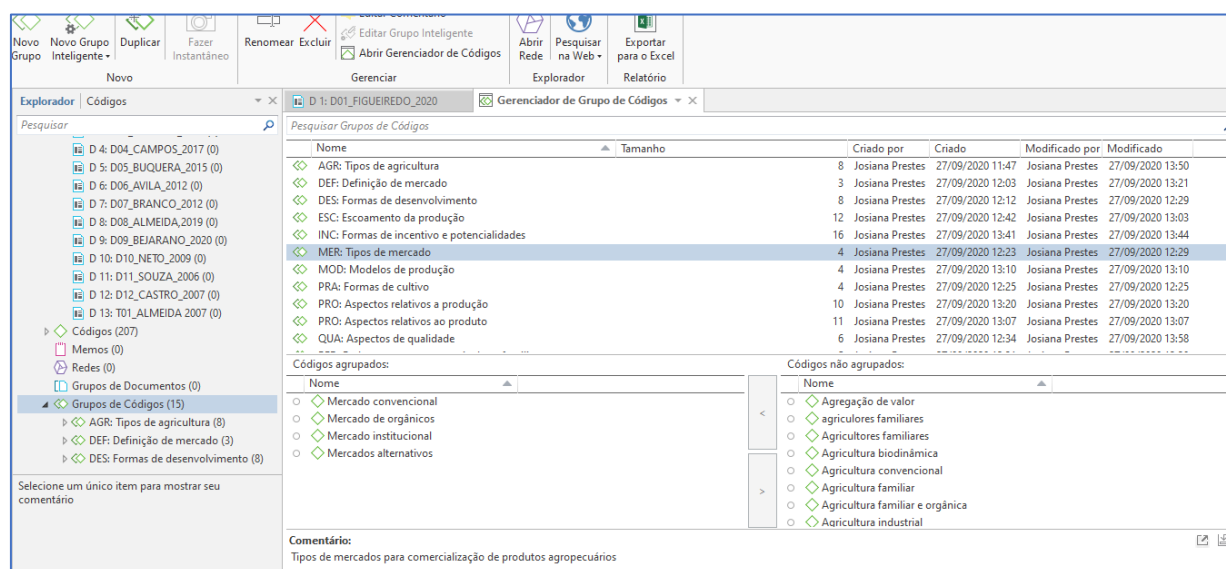
As figuras 20,22,23 e 24 a seguir apresentam algumas das ferramentas de apoio do Atlas ti., e que foram utilizadas na elaboração desse trabalho.

Figura 20 – Referenciação dos códigos no texto



Fonte: Autoria própria (2021)

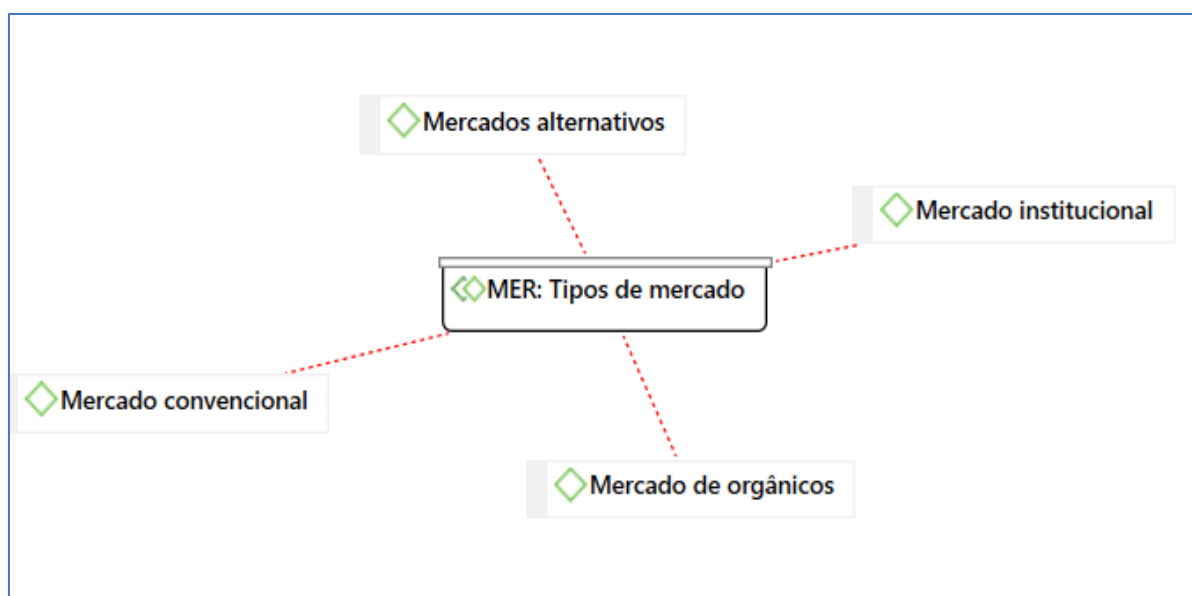
Figura 21 – Processo de agrupamento dos códigos em grupos (categorias de análise)



Fonte: Autoria própria (2021)

O software Atlas ti. auxilia na visualização gráfica das pré- categorias em uma rede semântica de palavras. Também permite a visualização de “lista” e “nuvem de palavras” para a unidade de documentos ou para documentos unitários. Isso pode auxiliar o pesquisador a identificar e comparar tendências nos trabalhos.

Figura 22 – Rede de palavras geradas para as categorias de análise



Fonte: Autoria própria (2021)

Figura 23 – Lista de palavras geradas no Atlas ti.

Exibir	Limiar	Excluir	Listas de Inclusão/Exclusão	Filtro	Exportar		
Explorador	Códigos	D 1: D01_FIGUEIREDO_2020	Gerenciador de Grupo de Códigos	Lista de Palavras	Nuvem de Palavras		
Pesquisar							
Análise-Dissertação							
Documentos (13)							
D 1: D01_FIGUEIREDO_2020 (853)							
D 2: D02_STEYER_2019 (968)							
D 3: D03_OLIVEIRA_2016 (0)							
D 4: D04_CAMPOS_2017 (0)							
D 5: D05_BUQUERA_2015 (0)							
D 6: D06_AVILA_2012 (0)							
D 7: D07_BRANCO_2012 (0)							
D 8: D08_ALMEIDA_2019 (0)							
D 9: D09_BEJARANO_2020 (0)							
D 10: D10_NETO_2009 (0)							
D 11: D11_SOUZA_2006 (0)							
D 12: D12_CASTRO_2007 (0)							
Documentos							
Search Documents							
Nome							
☒ D1: D01_FIGUEIREDO_2020		Palavra	Comprimento	Contagem	%	D01FIGUEIREDO_2020	%
☐ D2: D02_STEYER_2019		naturais	8	10	0,03	10	0,03
☐ D3: D03_OLIVEIRA_2016		nova	4	10	0,03	10	0,03
☐ D4: D04_CAMPOS_2017		novo	4	10	0,03	10	0,03
☐ D5: D05_BUQUERA_2015		oliveira	8	10	0,03	10	0,03
☐ D6: D06_AVILA_2012		org	3	10	0,03	10	0,03
☐ D7: D07_BRANCO_2012		preservação	11	10	0,03	10	0,03
☐ D8: D08_ALMEIDA_2019		procedimentos	13	10	0,03	10	0,03
☐ D9: D09_BEJARANO_2020		processos	9	10	0,03	10	0,03
☐ D10: D10_NETO_2009		produzidos	10	10	0,03	10	0,03
☐ D11: D11_SOUZA_2006		quem	4	10	0,03	10	0,03
		recursos	8	10	0,03	10	0,03
		resposta	8	10	0,03	10	0,03
		rs	2	10	0,03	10	0,03
		será	4	10	0,03	10	0,03
		set	3	10	0,03	10	0,03
		silva	5	10	0,03	10	0,03

Palavra
Comprimento
Contagem
%
D01FIGUEIREDO_2020
%

naturais 8 10 0,03 10 0,03
nova 4 10 0,03 10 0,03
novo 4 10 0,03 10 0,03
oliveira 8 10 0,03 10 0,03
org 3 10 0,03 10 0,03
preservação 11 10 0,03 10 0,03
procedimentos 13 10 0,03 10 0,03
processos 9 10 0,03 10 0,03
produzidos 10 10 0,03 10 0,03
quem 4 10 0,03 10 0,03
recursos 8 10 0,03 10 0,03
resposta 8 10 0,03 10 0,03
rs 2 10 0,03 10 0,03
será 4 10 0,03 10 0,03
set 3 10 0,03 10 0,03
silva 5 10 0,03 10 0,03
sober 5 10 0,03 10 0,03

Fonte: Autoria própria (2021)

Figura 24 – Nuvem de palavras geradas no Atlas ti.



Fonte: Autoria própria (2021) – nuvem de palavras do trabalho de Figueiredo (2020)

IV. 2.1.1 Categoria I - Reforma agrária e assentamentos

Todos os trabalhos que compõem o *corpus* de análise dessa pesquisa foram realizados nos assentamentos de Iperó.

Para entendermos a questão da agricultura familiar no município, é interessante fazer essa contextualização do histórico a partir dos trabalhos que compuseram a análise. Faz-se necessário também um entendimento da reforma agrária em seu conceito mais amplo, e a sua relação com os assentamentos. Essa é uma das questões apresentadas pelos autores dos trabalhos, a partir de suas revisões de literatura.

Assim, acampamentos e assentamentos são espaços coletivos que refletem uma forma de luta, uma estratégia de resistência adotada pelos movimentos sociais. As políticas de assentamento não devem ser confundidas como reforma agrária. O conceito de reforma agrária tem uma aplicação mais ampla. A definição de Leonardo Boff, apresentada no trabalho de Almeida (2019) exemplifica bem o que é reforma agrária:

A reforma agrária vai além da distribuição de terras. Ela implica um programa de fortalecimento da agricultura familiar, orgânica e ecológica e dos assentamentos de reforma agrária; uma política de promoção de uma nova matriz científica e tecnológica; educação para o meio rural; uma política pública de crédito rural; associativismo e cooperativismo; rede de proteção social; soberania e segurança alimentar e especialmente desenvolver o bio-regionalismo aproveitando os bens e serviços de cada região, a fim de se garantir a sustentabilidade das populações aí residentes; por fim, a cultura e o lazer que conferem plenitude à vida. (BOFF, 2017, p. 31, apud ALMEIDA, p. 34).

Em uma perspectiva teórica, a reforma agrária dentro do modelo capitalista seria apenas paliativa e não supera as contradições inerentes ao esse modelo de produção. Uma vez que o capitalismo é um sistema de acumulação, a terra não deve ser vista como mercadoria, que pode ser adquirida. Portanto, seria necessário superar a lógica do capital e a luta pela terra se estender além do seu acesso. “[...] deve, isto sim, ser a luta contra quem está por trás da propriedade capitalista da terra, ou seja, o capital. (OLIVEIRA, 2007, p. 67, apud ALMEIDA, 2019, p.33)”.

Os exemplos de reformas agrárias sob o capitalismo apontam para a direção de uma das estratégias da expansão do capitalismo no campo, ou seja, a necessidade de esgotar historicamente a possibilidade de reprodução da produção camponesa. E, nesse processo, transformar aqueles camponeses que começam a concentrar a terra (ver os casos norte-americano e europeu, e mesmo parcialmente o brasileiro) em pequenos capitalistas (OLIVEIRA, 2007, p. 67; ALMEIDA, 2019, p. 44).

Dessa forma, o campesinato é entendido como uma classe social dentro do capitalismo, que perdura e se reproduz no interior do capitalismo e que tenta, através de uma lógica que não é a de mercado, se manter em meio a imposição capitalista.

Assim, essa reprodução se dá de forma contraditória, pois “[...] ao mesmo tempo em que alimenta o mercado de alimentos com a sua produção, é este mesmo mercado que tende a destruí-lo – vide a monocultura, por exemplo – que lhe dá condições de se manter (ALMEIDA, 2019 p. 18)”.

E é dentro desse contexto que se desenvolvem as relações nos assentamentos de Iperó.

a) Criação dos assentamentos em Iperó

Para falar sobre agricultura familiar em Iperó, é preciso entender também o processo histórico de ocupação do território e construção do espaço pelos agricultores que resultou na realidade atual.

Em Iperó existem dois assentamentos rurais que marcam a construção de uma agricultura familiar no município (assentamentos Ipanema e Horto Bela Vista). É dentro desses espaços que os trabalhos acadêmicos sobre agricultura familiar foram desenvolvidos.

b) Assentamento Ipanema

As informações apresentadas a seguir sobre a criação desse assentamento são baseadas nos trabalhos de Castro (2007), Buquera (2015), Oliveira (2016) e Almeida (2019).

A Fazenda Ipanema, local onde foi instalado o assentamento Ipanema, está localizado em uma área onde outrora fora ocupada pelo Centro Nacional de Engenharia agrícola (CENEA), que desenvolvia no local pesquisas de melhoramento genético de sementes e abrigava um campo de aviação do Ministério da Agricultura (MA) utilizado para treinamento de pilotos agrícolas. Toda a extensão da Fazenda Ipanema pertencia a União. Após a extinção do Centro Nacional de Engenharia agrícola (CENEA) em 1990, a área deixou de ser utilizada e o governo prometera destiná-la para reforma agrária. A ocupação, em 15 de maio 1992 teve também o intuito de pressionar o governo para que a promessa fosse cumprida.

Antes da criação do assentamento, a divisão das áreas, de acordo Castro (2007), correspondia a área total da Fazenda Ipanema, de 6.780 hectares, dos quais: 5.179,93 hectares correspondem a Flona; 879 hectares ocupados pelo Projeto Aramar e; 721 hectares era ocupado pelo então Ministério de Agricultura e Reforma Agrária. A criação do assentamento deu-se em uma área de 1.712 hectares, sendo que, 1.210 hectares foram cedidos pelo IBAMA (responsável pela administração da Flona na época) e 502 hectares do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária - MAPA (que cedeu essa área ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, para a instalação do assentamento).

O processo de ocupação contou com a articulação de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e também com o apoio da Igreja católica e de sindicatos rurais.

Cinco dias depois após a ocupação e instalação do acampamento, o governo da época (Fernando Collor de Mello) emitiu um decreto transformando a área da fazenda em uma Unidade de Conservação, que a partir de então ficaria sobre a administração do IBAMA. As Unidades de Conservação, dependendo de sua classificação e modalidades constituídas, possuem restrições quanto as atividades que podem ser desenvolvidas nas mesmas. Dentro desse contexto, um assentamento rural poderia contrastar com os objetivos propostos para uma Unidade de Conservação (UC). Os assentados argumentam que a criação da UC logo em seguida a ocupação foi uma estratégia do governo para pressionar o movimento, dada a importância do ato e a repercussão que teve em nível nacional. Também teria o intuito de autopromoção perante a comunidade internacional durante a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92).

Na época da ocupação, pedia-se a reintegração de posse da área, através da pressão da mídia e setores mais conservadores da sociedade e do próprio estado.

Assim, após a ocupação, iniciou-se as negociações a respeito de uma área que pudesse ser destinada a um assentamento rural. Participaram dessas discussões representantes do IBAMA, INCRA, MST e Ministério da Agricultura (que ainda detinha uma área dentro da fazenda) e ITESP.

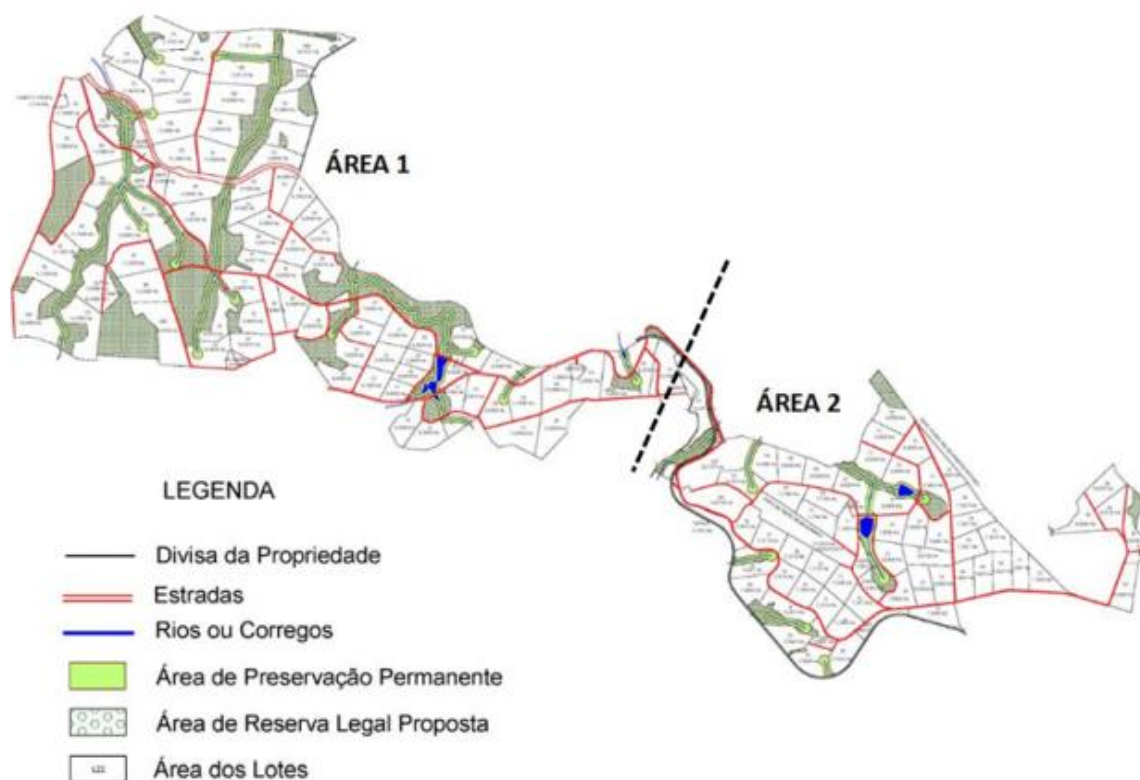
A participação de pesquisadores das universidades foi fundamental nesse processo. O professor Dr. Marcos Sorrentino e professor Dr. Paulo Yoshio Kageyama, (ESALQ/USP) apresentaram um estudo ao IBAMA para implantação de um Sistema

Agroflorestal na área ocupada. “Isso serviu para quebrar com o discurso de que atividades agrícolas destruiriam a fauna e a flora da Unidade de Conservação recém decretada (CASTRO, 2007, p. 38).”

Um outro estudo conduzido pelo ITESP demonstrou a viabilidade de uma área de 2.200 hectares para implantação do assentamento. As discussões envolvendo os diferentes órgãos foi se desenvolvendo e em 1993, o IBAMA concordou em ceder uma área de 1.210 hectares para os assentados produzirem de forma coletiva.

Porém, a criação do assentamento só se realizou em 1995 com a promulgação da Portaria 342 do INCRA. O assentamento é composto por 151 lotes com área de 8 a 20 hectares, divididos em duas áreas denominadas de Ipanema 1 e Ipanema 2, conforme demonstrado na figura 25 a seguir, extraída do trabalho de Buquera (2015).

Figura 25 – Área 1 e Área 2 do assentamento Ipanema



Fonte: Buquera (2015)

De acordo com Buquera (2015), a área denominada como Ipanema 1 possui 1.210 hectares e contempla 89 lotes. Essa área é considerada pelo ICMBIO como “área conflitante” de acordo com a visão da Flona.

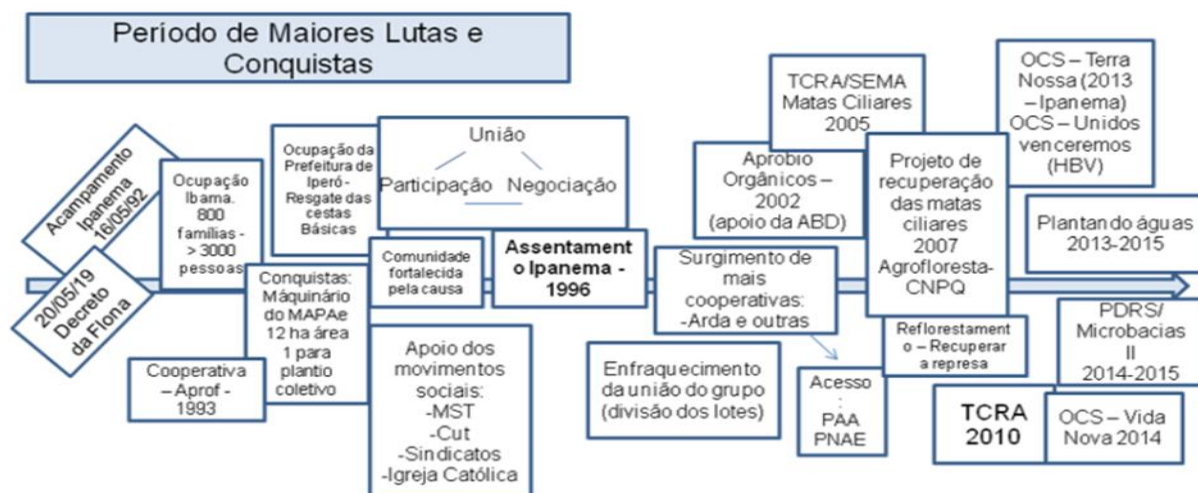
Ressalta-se também que, das 700 famílias que compuseram o início da ocupação, de acordo com Castro (2007), muitas foram desistindo.

A realidade de um acampamento não é fácil para as famílias, muitas com crianças pequenas ou idosos. A ocupação e o período de acampamento requerem resistência para se manter em um local sem uma estrutura básica, abaixo de lonas, por um tempo indeterminado, sem garantias, e ainda convivendo com a ameaça de serem despejadas de forma violenta. No caso da Fazenda Ipanema, algumas dessas famílias foram assentadas em outras regiões, como na Fazenda Petrobrás em Tremembé/ SP e em Martinópolis/SP.

Sobre a questão do litígio da área, os trabalhos não fazem referência a algum acontecimento atual. Bejarano (2020) faz uma citação de um trabalho de Castro (2005), no qual se afirma que não há uma oficialização do INCRA em relação a área do assentamento Ipanema.

No trabalho de Oliveira (2016), o autor demonstra uma linha do tempo (figura 26) dos principais acontecimentos nos assentamentos, desde a fase do acampamento, os processos de organização até o período de realização da sua pesquisa.

Figura 26 – Linha do tempo do assentamento Ipanema



Fonte: Oliveira (2016)

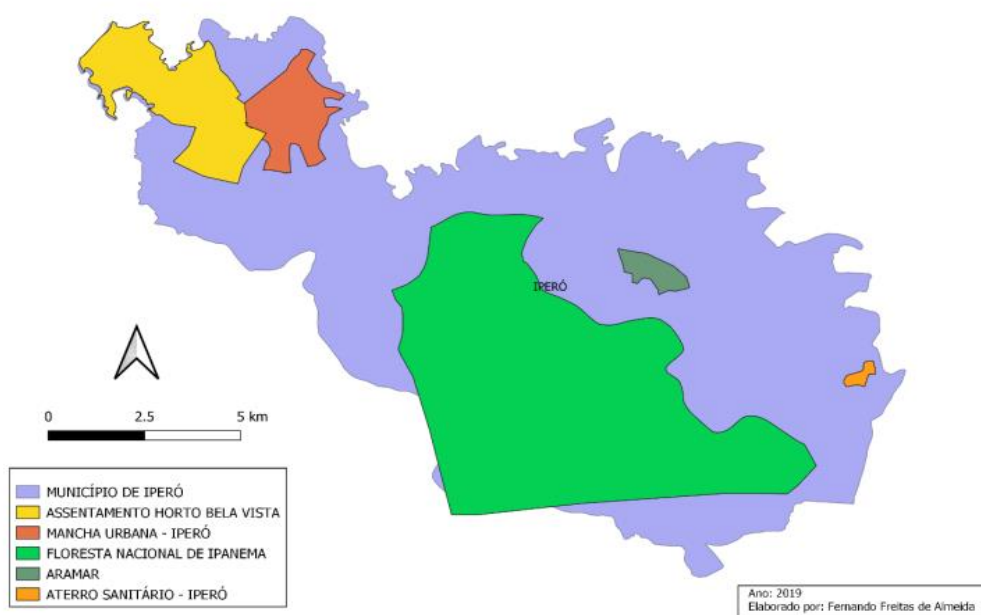
Resumidamente, o assentamento Ipanema inicia-se em 1992 com a ocupação e implantação do acampamento na Fazenda Ipanema, e 4 dias depois da ocupação o governo determina a criação da Unidade de Conservação na área da Fazenda Ipanema, pela emissão do Decreto Federal nº 530 de 20 de maio de 1992. Após a criação do assentamento em 1996, os assentados iniciam um processo de organização para promover melhorias nos assentamentos, através da organização dos assentados para a formação de cooperativas, Organismos de Certificação Orgânica (OCS), desenvolvimento e participação em projetos para implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF) e busca de recursos para a produção.

Uma questão pontuada por Oliveira (2016), é a percepção de um enfraquecimento nas relações entre os assentados a partir do momento da divisão dos lotes.

c) Assentamento Horto Bela Vista

O assentamento Horto Bela vista (figura 27) encontra-se muito próximo a zona industrial e urbana de Iperó. Em termos de comercialização e escoamento da produção, isso é visto como um fator positivo pelos agricultores.

Figura 27 – Localização do assentamento Horto Bela Vista



Fonte: Almeida (2019)

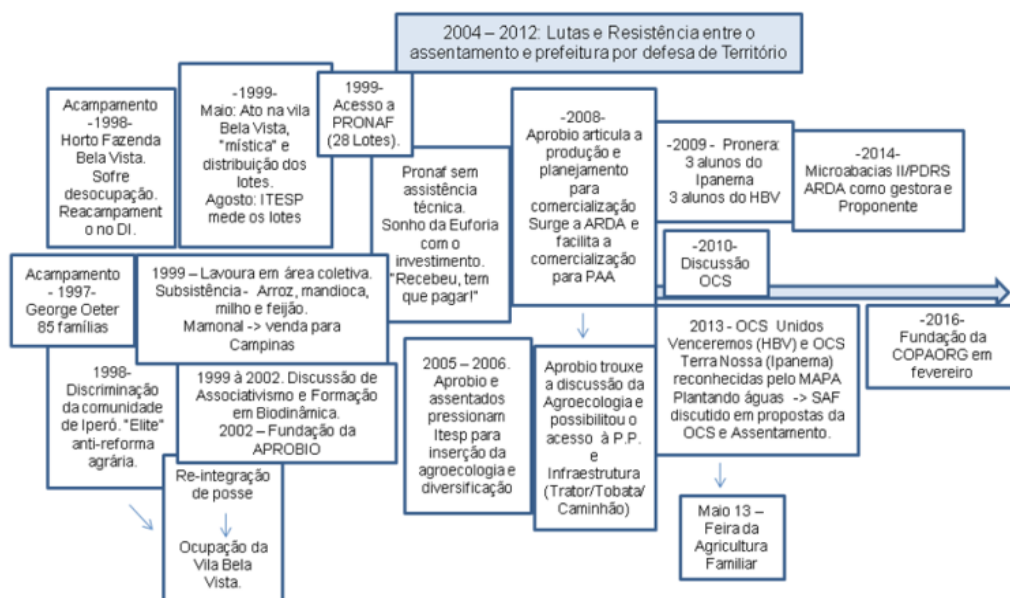
De acordo com Almeida (2019), a ocupação da área onde foi instalado o acampamento Horto Bela Vista no ano de 1997, partiu de mapeamento prévio feito MST, que levantou a existência de 17 hortos florestais no estado de São Paulo pertencentes a FEPASA. Essas áreas não estavam sendo utilizadas e o processo de privatização e sucateamento da referida empresa já estava em andamento.

O assentamento começou a ser implantado pelo ITESP em 1998 e em 1999 os lotes já estavam totalmente demarcados.

“A ocupação para reivindicar a área aconteceu com 85 famílias, que ao longo do processo, devido à truculência policial, foi diminuindo, mas ao mesmo tempo novas famílias foram chegando, sobretudo aquelas oriundas do município de Iperó (ALMEIDA, 2019, p.97)”. Por fim, o assentamento foi constituído com 31 famílias assentadas.

A linha do tempo (figura 24) mostra os principais acontecimentos que nortearam a implantação do assentamento Horto Bela Vista, conforme demonstrado no trabalho de Oliveira (2016).

Figura 28: Linha do tempo do Assentamento Horto Bela Vista



Fonte: Oliveira (2016)

Apesar do tempo de acampamento no assentamento Horto Bela Vista ter sido menor, foram diversos os desafios para a consolidação do assentamento, desde a

desocupação forçada pela prefeitura de Iperó e mudanças de acampamento, até discriminação por parte da sociedade.

A exemplo do que ocorreu no assentamento Ipanema, inicialmente também a organização dos assentados se deu em torno da produção coletiva.

Com a divisão dos lotes e com a adesão dos assentados ao PRONAF, Oliveira (2016) descreve que a maioria dos assentados investiu na pecuária. Porém, como o PRONAF não teve acompanhamento de ATER, muitos não conseguiram pagar o financiamento.

A organização evidencia um processo de associativismo entre os assentados em torno das organizações e associações que surgiram a partir da articulação em torno de produção, acesso a políticas públicas e busca de melhorias na infraestrutura de produção.

Atualmente, a organização e o agrupamento dos assentados têm ocorrido em torno de projetos de produção agroecológica, que ainda não possui adesão de todas as famílias assentadas.

d) Território e relações sociais

As informações referentes a territorialidade e as relações sociais estabelecidas nos assentamentos são discutidas de forma mais específica nos trabalhos de Castro (2007) e Almeida (2019).

As relações entre os assentados têm início já na fase de ocupação e a necessidade de se organizarem e cooperarem entre si é fundamental no processo do assentamento, como foi no caso do assentamento Ipanema.

Em seguida ao processo de ocupação, os assentados da Fazenda Ipanema começaram a colocar em prática a estratégia de produção coletiva. Na transcrição de uma das falas presentes no trabalho de Castro (2007), um dos agricultores descreve como os assentados se organizaram, munidos dos recursos que tinham para preparar a terra e começar a plantar. Os assentados tinham por objetivo produzir alimentos para autoconsumo e para a geração de renda, pois realizavam a venda dos produtos na cidade e nos arredores.

Com isso procuravam também mostrar e sensibilizar a sociedade de que não eram vagabundos ou baderneiros, já que há um movimento conservador dentro da

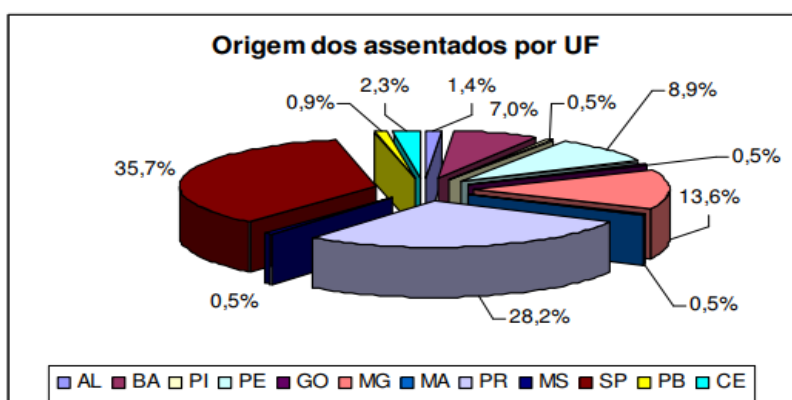
sociedade que busca condicionar a opinião pública no sentido de criminalizar os movimentos sociais de luta pela terra.

Percebe-se como o sentimento comunitário é presente no processo de acampamento (ocupação). Isso não quer dizer que não existem diferenças, ou picuinhas, como referido na fala de um dos assentados transcrito por Castro (2007). O enfraquecimento desse sentimento comunitário após o estabelecimento do assentamento é constatado por Velásquez (2002), citado por Souza (2006); e Oliveira (2016), de forma que isso representa uma fragilidade nas relações.

O Assentamento tem uma estrutura organizacional frágil. De acordo com o trabalho de Velásquez (2002), o processo inicial de organização foi marcado pela intervenção do MST, sendo que muitas tarefas eram feitas coletivamente em brigadas. Porém, as famílias vinham de realidades culturais diferentes e para muitos o trabalho coletivo não era uma prática comum. Com o passar do tempo começaram a ter conflitos internos devido, em parte, a essas diferenças. Hoje em dia nota-se que se formaram pequenos grupos de afinidade, seja por religião, localização espacial (vizinhos ou moram perto), ideais, etc. Porém, não se consegue uma unificação dos assentados (SOUZA, 2006, p. 33).

Esse fato pode ser dificultado também devido a heterogeneidade dos assentados, que possuem origens e trajetórias diferentes. A maioria das famílias que residem atualmente no assentamento Ipanema têm origem em diversos estados, como SP, PR e MG. Alguns tinham um histórico de migração para a cidade e aspiravam retornar a vida no campo. Alguns se uniram ao movimento motivados pelo “sonho” de conseguir um pedaço de terra, já que enfrentavam dificuldades para se manter na cidade.

Figura 29 – Origem dos assentados do assentamento Ipanema



Fonte: Castro (2007)

Porém, mesmo com as diferenças, uma das características das relações sociais dentro dos assentamentos é a cooperação e as redes de solidariedade que se estabelecem entre os agricultores.

Isso se dá, de forma estratégica na organização social dos assentados, com vista a objetivos comuns como certificação e escoamento da produção ou outras demandas do assentamento. Por meio dessas relações, há também um processo de formação política dos indivíduos. De acordo com Steyer (2019, p. 43):

As questões relativas ao assentamento são lideradas pelos presidentes e diretoria de três cooperativas e uma associação existentes dentro do assentamento: a Cooperativa de Produtores Rurais de Ipanema e Região (COPRIR), a Cooperativa de Agricultores Familiares 16 de Maio (COOPMaio), a Cooperativa AGRIFIL e a Associação Regional de Desenvolvimento Agrário (ARDA).

O estreitamento das relações sociais também se dá a partir de relações de amizades, solidariedade entre vizinhos e na consolidação de relações de parentesco.

Na percepção de Castro (2007), hábitos comuns praticados pelos agricultores, como fazer visitas um na casa do outro, seja para prostrar, almoçar, tomar café ou tomar uma cachacinha, troca de alimentos, mutirões, organização coletiva de festas tradicionais e/ou comemorativas, remetem a uma realidade rural que a proximidade com a cidade não extinguiu. Há também os espaços comuns de encontros dos agricultores, como alguns bares e igrejas, que de uma forma ou de outra fortalecem as relações entre os assentados. Todos esses aspectos criam uma identidade e um sentimento de segurança e pertencimento.

Interessante observar que o processo de conquista do território e da apropriação do espaço, traz em si a junção de palavras que traduzem sentimentos ligados ao indivíduo. Palavras como sonho, liberdade, autonomia, casa...refletem aspirações humanas vistas com um caráter utópico. Para esses agricultores, a construção da realidade a partir desses conceitos se dá na permanência na terra e das relações sociais que ali se estabelecem.

De acordo com Castro (2007), as relações sociais estabelecidas entre os agricultores do assentamento Ipanema caracterizam uma condição do campesinato, a partir de sua trajetória de luta por um projeto comum, na relação com a terra e com o trabalho. Não a de um campesinato tradicional, pois se entende que os sujeito

históricos carregam trajetórias diferentes e as classes sociais são resultados de ações tomadas no tempo presente.

Cabe ainda ressaltar a concepção de território pelo estado. Para o governo há uma necessidade de justificar os assentamentos por um viés preponderantemente econômico, como geração de empregos, por exemplo. Nesse sentido, políticas públicas são necessárias. Porém, o que se observa é que políticas públicas para o setor agrário em sua maioria favorecem latifundiários do agronegócio, que possuem poder econômico e representatividade política no congresso (CASTRO, 2007).

Avanços obtidos em políticas públicas voltadas para a agricultura familiar estão sujeitas a interesses e alternância de governos, cujo cenário tem se agravado com as medidas tomadas pelos dois últimos (Temer e Bolsonaro). Essas mudanças no cenário político foram percebidas também no assentamento, com o corte de verbas para os programas voltados à agricultura familiar, como PAA.

Assim, dentro dessa lacuna deixada pelo poder público, os agricultores buscam se articular entre si para produzirem e permanecerem no campo, apesar de todas as adversidades. Buscam assim se organizarem, estabelecerem parcerias com outros atores sociais, construindo novas relações para o fortalecimento da agricultura familiar. A organização dos agricultores em Iperó segue nesse sentido.

No assentamento Bela Vista, inicialmente a articulação era feita por núcleos. Existiam 3 núcleos, sendo um próximo a cidade, outro próximo ao presidio e outro mais afastado, por se encontrar-se num fragmento a parte dos outros dois. Essa disposição geográfica de parcelamento dos lotes dificultava a participação dos agricultores dos lotes mais distante nas reuniões, assembleias e oficinas. De acordo com Lino (2010.p.9) apud Almeida (2019), essa disposição dos lotes constitui uma geografia antissocial, e seria feita de forma intencional pelo Estado.

Ainda de acordo com Almeida (2019), na transcrição da fala de uma das agricultoras do assentamento, atualmente a divisão por núcleos já não existe mais e a organização se dá em torno da participação em projetos de agroecologia e outros financiamentos. Existem atualmente 15 famílias que participam de projetos de implantação de Sistemas Agroflorestais, e que concomitantemente fazem parte de outras organizações como Organismo de Controle Social (OCS) e Sistema Participativo de Garantia (SPG). A participação nesses organismos representa o avanço dessas famílias rumo a transição agroecológica e agroecologia biodinâmica.

O restante das famílias (em torno de 15) continua na prática convencional de produção.

Um outro aspecto das relações que deve ser levado em consideração, concerne ao fato de que os assentamentos estão dentro da Flona (Ipanema 1) e na zona de amortecimento de Unidade de Conservação ambiental (Ipanema 2 e Horto Bela Vista), e a existência dos assentamentos é considerada um “uso conflitante” no Plano de Manejo da Flona.

Por parte dos agricultores, a percepção é diferente. No trabalho de Buquera (2015), um dos agricultores justifica a adoção de práticas agroecológicas de cultivo por morar dentro da Flona, enfatizando que devido a esse fato, eles têm que dar o exemplo, o que demonstra uma conscientização com relação aos objetivos de uma unidade de conservação.

Já na fala de outro agricultor, umas das lideranças que participaram da entrevista, transparece uma certa insatisfação com a classificação dada pela Flona com relação a existência do assentamento. Para esse entrevistado, “o acampamento iniciou-se antes da Flona, de modo que a Flona seria a “invasora”.

Para os autores dos trabalhos analisados, não se discute essa questão da presença dos assentamentos como uma problemática ou um conflito. Priorizam o enfoque em torno do desenvolvimento das atividades no assentamento de forma sustentável em suas dimensões sociais, ambientais e econômicas.

Souza (2006), inclusive coloca a questão dos assentamentos de forma positiva, dentro da zona de amortecimento da Flona, ressaltando que outras atividades poderiam ser mais impactantes para a Unidade de Conservação.

Já Steyer (2020), coloca uma crítica em relação a participação da administração da Flona quanto a realização de atividades junto aos assentamentos, no sentido de superação dos conflitos visando a sustentabilidade, embora reconheça como estímulo positivo a iniciativa da oferta de um curso de turismo rural oferecido pela Flona aos jovens do assentamento.

De acordo com a autora, esse contato pode favorecer a visita de turistas para o assentamento, sendo o turismo rural e os SAF's alternativas e estímulos para que os jovens permaneçam no campo.

e) Trabalho e reprodução social/ material

A interpretação e descrição dos elementos colocados nesse item, se baseiam nas informações dos trabalhos analisados na pesquisa, mais especificamente no trabalho de Castro (2007), no que diz respeito as relações de trabalho.

A relação do trabalho na realidade do campesinato possui aspectos específicos. Tendo na unidade de produção familiar o espaço em que se produzem as condições de reprodução material, o trabalho tem uma outra significação, diferente da relação imposta pelo capital.

Segundo Chayanov (1974) a unidade econômica familiar é aquela onde a remuneração vem do trabalho familiar, e mede seus esforços de acordo com os resultados materiais obtidos. Assim, o camponês não age segundo a lógica do empresário capitalista que investe um capital inicial e depois retira seus rendimentos da diferença entre o faturamento bruto e os gastos relacionados à produção. O camponês age mais como um trabalhador em um específico sistema de salários por empreita que lhe permite auto-determinar a intensidade e o tempo da jornada de seu trabalho. Ou seja, o camponês que trabalha na unidade familiar não exacerba a exploração da força de trabalho ao máximo para otimizar os rendimentos, ele tem autonomia para decidir o quanto precisa trabalhar em tempo e intensidade para receber rendimentos suficientes para seu sustento. Desta forma, o balanço entre a quantidade de esforço físico e mental a ser empregada na atividade produtiva, e os rendimentos obtidos para assegurar sua reprodução social e manutenção do patrimônio produtivo, parte de si mesmo para si mesmo. No caso da empresa capitalista a realização do trabalho e a posse dos meios de produção não são capacidades do mesmo indivíduo, e a decisão produtiva sempre cabe ao proprietário da empresa capitalista (Chayanov, 1974, apud NETO, 2009, p.8).

Porém, dentro do sistema capitalista, a dinâmica das relações se altera em alguns aspectos de forma contraditória.

Com relação aos agricultores familiares dos assentamentos de Iperó, embora haja um sentimento de orgulho por ter conseguido o espaço do lote através de um processo de luta e resistência, há dificuldades para alguns agricultores estabelecerem na relação de trabalho no lote as condições necessárias para sua reprodução material. Embora não seja maioria, há alguns casos em que se busca uma estabilidade em trabalhos exercidos fora do lote.

Essas atividades, quando não praticadas pelos titulares do lote, são exercidas por algum membro da família, geralmente os filhos. Essa renda obtida pelo assalariamento (fixo ou temporário) pelo trabalho externo ao lote significa muitas vezes para essas famílias uma garantia, uma segurança, e até mesmo uma forma de conseguir recursos para investir na produção do lote.

Nas situações em que o sustento principal é externo ao lote, percebe-se um sentimento de frustração e desalento nas falas dos agricultores por não conseguirem se dedicar ao manejo e cuidados necessários ao espaço que representa uma conquista pessoal, a partir de um processo coletivo.

Muitos dos agricultores residiam em centros urbanos. Alguns já possuíam um histórico de migração do campo. Para esses agricultores, a relação com a vida na cidade é sempre referenciada a partir das relações de trabalho, em geral de um sentimento de exploração, da precariedade, falta de liberdade e também de insegurança. A insegurança na cidade refletia a falta de estabilidade, no caso de se perder o emprego e ver a família passar necessidade, ou “passar fome”, como alguns citam.

Interessante pontuar que, apesar da contradição que se observa em alguns casos, de alguns agricultores recorrerem a trabalhos na cidade para obtenção de recursos financeiros, essa insegurança quanto a “passar fome” não aparece nas falas dentro desse contexto, pois apesar desses agricultores não terem no lote a sua fonte principal de recursos, todos produzem minimamente algum tipo de insumo alimentício no lote, seja através de uma horta ou criação de animais.

Com esse olhar, pode-se afirmar que o espaço do lote é também uma garantia de segurança para esses agricultores, algo que não se tinha quando viviam na cidade e dependiam estritamente do trabalho assalariado.

A autonomia e liberdade é um aspecto recorrente nas falas dos agricultores. Não ter que cumprir horário ou “picar cartão”, dispor de sua força de trabalho e seu tempo para empreender no lote são contrapontos feitos ao trabalho na cidade. A autonomia, aqui entendida, refere-se as condições e relações de trabalho. E nisso implica a questão do tempo e força de trabalho.

Quanto aos agricultores que recorrem a trabalhos externos, ainda que de forma contraditória, a renda obtida no trabalho na cidade possibilita a permanência do agricultor no lote, ou é a forma que o agricultor encontra para conseguir recursos para investir na sua produção.

“Dessa forma, recorrer a “modernidade”, aqui apresentada pelo assalariamento, por uma relação de trabalho capitalista, pode ser o caminho encontrado para reconstituir a tradição e se manter na terra (CASTRO, 2007. p. 69).”

Há também um outro aspecto que engloba a relação do trabalho dentro da unidade familiar, e diz respeito a participação dos jovens.

Na descrição de Steyer (2019), a autora comenta que entre os jovens, o êxodo do campo tem sido recorrente. Um dos motivos apontados pela autora é a dificuldade dos jovens em obterem renda através do trabalho no lote e a falta de infraestrutura de serviços públicos básicos. Além desses aspectos, há também as relações patriarcais e falta de autonomia dos jovens nas decisões da família.

A relação dos agricultores com o trabalho na agricultura familiar, pode também adquirir outros aspectos, a partir das estratégias de cultivo e de comercialização.

No trabalho de Figueiredo (2020), o autor apresenta aspectos da comercialização solidária, que se apresenta como uma nova configuração nas relações sociais de comércio da produção familiar. A partir dessa configuração, o agricultor tem possibilidade de planejar a sua produção e uma nova perspectiva nas relações de trabalho e de comercialização da sua produção por um preço justo.

Por meio dessas novas relações de comércio, os agricultores familiares em Iperó têm conseguido escoar a sua produção e consequentemente se manter em seus lotes.

IV. 2.1.2 Categoria II: Agroecologia e conservação ambiental

a) Agroecossistemas existentes

Com relação aos tipos de agroecossistemas existentes, os agricultores praticam diferentes modelos de agricultura, embora haja uma tendência para a produção agroecológica. Essa tendência é observada nos trabalhos de Ávila (2012), Branco (2012) que tratam especificamente da questão da transição agroecológica; Campos (2017) analisa as consequências de diferentes tipos de cultivo, com ênfase para os SAFs e sua influência com relação à avifauna; Oliveira (2016) analisa o monitoramento de SAFs dentro do processo de transição agroecológica; Steyer (2019) faz uma avaliação do desenvolvimentos dos SAFs e a influência que a adoção dos mesmos pode ter na permanência dos jovens no campo; Buquera (2015) realiza sua análise de percepção de Serviços Ecossistêmicos junto a agricultores que estavam na fase de transição agroecológica em seus lotes; Souza (2006) faz uma análise energética de diferentes tipos de cultivo, entre esses um sistema agrosilvipastoril e

um agroecossistema agroecológico; Figueiredo (2020), enfoca aspectos de comercialização e renda de produtores que adotam práticas agroecológicas de cultivo.

Há ainda nos assentamentos os que praticam uma agricultura com base convencional, com uso de insumos (fertilizantes) e uso de agrotóxicos, mas os trabalhos abordam mais amplamente os sistemas de produção agroecológicos.

No assentamento Boa Vista, de acordo com o trabalho de Figueiredo (2019), a agricultora entrevistada relata que inicialmente havia em torno de 24 famílias interessadas em produzir orgânicos no assentamento. Atualmente são 15 famílias que participam de projetos de implantação de Sistemas Agroflorestais. Considerando que o assentamento é composto de 31 famílias, metade está adotando formas de cultivo sustentável em seus lotes, baseados na agroecologia.

No assentamento Ipanema não se tem uma estimativa atual do número de agricultores que adotam o cultivo agroecológico em seus lotes, com base nas informações dos trabalhos analisados. Castro cita que em 2007 havia um grupo de 12 famílias no assentamento Ipanema que haviam feito o curso de agricultura biodinâmica e que vinham produzindo em seus lotes sem a utilização de insumos químicos industrializados. Uma forma de se obter uma estimativa nesse sentido é através do levantamento de agricultores participantes nos organismos de certificação nos assentamentos, porém nenhum dos trabalhos faz essa menção.

b) Aspectos produtivos

Observa-se na análise dos trabalhos que os assentamentos possuem um grande potencial para a produção agroecológica e alguns agricultores estão conduzindo seus sistemas de cultivo para fazer essa transição.

A conversão de um sistema agrícola convencional para um sistema agroecológico, denominada transição agroecológica, envolvem quatro etapas: 1) eliminação progressiva de insumos; 2) uso eficaz dos insumos; 3) substituição dos insumos; 4) replanejamento do sistema. Essa conversão é gradual, demorando alguns anos para acontecer, durante os quais pode ocorrer uma diminuição da produtividade, e para realiza-la é preciso alto conhecimento dos processos ecológicos, pois nem toda a substituição de insumos é ambientalmente adequada (ALTIERI, 2004, apud STEYER, p. 16).

Dessa forma, um dos aspectos mais importantes, é garantir ou recuperar a fertilidade do solo, utilizando e construindo condições para que os processos ecológicos ocorram.

Muitos agricultores entendem a importância da agroecologia para a produção sustentável, mas de acordo com Ávila (2012), poucos conseguem produzir ou avançar na transição agroecológica. No assentamento Iperó, os agricultores apontam a questão de infraestrutura, assistência técnica e mão de obra como principais fatores limitantes.

c) Assistência técnica

Os projetos Microbacias II / PDRS e o Plantando Águas foram os primeiros projetos com recurso externo realizados no Assentamento Horto Bela Vista. Mais recentemente, em 2016 surge na região a COPAORG (Cooperativa dos Produtores Agroecológicos e Orgânicos da Região Sorocabana) a fim de dar suporte técnico aos agricultores e ampliar a rede de comercialização dos produtos (OLIVEIRA 2016, p. 32).

Na visão da agricultora entrevistada por Almeida (2019), a desistência e falta de adesão a esse tipo de produção pelas famílias do assentamento deve-se a falta de programas que dêem respaldo e que forneçam assistência técnica aos agricultores.

O ITESP, um dos poucos órgãos públicos que tem esse papel de prestar assistência aos agricultores tem tido sua capacidade de atuação diminuída progressivamente e recentemente, até foi ameaçado de extinção pela PL 529, proposta pelo Governador João Doria em 2020.

d) Práticas de cultivo

Com relação as práticas de cultivo, de acordo com Ávila (2012), a prática convencional de preparo da terra é utilizada nos assentamentos, embora tenha havido também um crescimento de práticas de base mais ecológicas ao longo dos anos.

Ávila (2012) faz uma caracterização de uma Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF) no assentamento Ipanema. A UPVF está em processo de transição agroecológica e a família vinha reduzindo a utilização de agrotóxicos e introduzindo aos poucos o cultivo de culturas anuais nas entrelinhas das árvores. O plantio das culturas principais era feito em consórcio com adubos verdes.

No trabalho de Almeida (2019), é citado que no lote Mãe Terra, “os sistemas agroflorestais são compostos por espécies arbóreas, lenhosas e frutíferas, e cultivos, possibilitando uma interação entre floresta e agricultura”. Também há no lote o cultivo

de sementes crioulas, dentre as quais, o milho, chamadas pelos agricultores de “variedades”. Os agricultores também fazem trocas de sementes em eventos e feiras de agroecologia. Essas sementes são cultivadas por grupos de agricultores de forma experimental. A matéria orgânica resultante dos cultivos (palha) é incorporada novamente a terra, para fins de enriquecimento do solo. O lote Mãe terra também apresenta variedade de cultivos, e incorpora na sua produção as espécies chamadas PANC (Plantas Alimentícias Não Convencionais) como Ora pro nobis, Nabo forrageiro, entre outras.

Em Souza (2006), são citadas três formas de produção nos assentamentos:

Pomares de frutas, plantações de hortaliças e lavouras temporárias. Entre as frutas, as mais citadas foram banana e goiaba. As hortaliças eram berinjela, quiabo e abobrinha e entre as lavouras apareceram, mandioca, feijão e milho. Observou-se também algumas características de diversificação espacial como quadras diferenciadas com rotação e policultivos consorciados.

Dentro do processo de produção agroecológico, a diversidade nos cultivos, manejada intencionalmente é adotada também como forma de redução e controle de pragas e doenças.

Para Buquera (2015), a adoção dos policultivos também propicia um maior aproveitamento de recursos naturais como água, luz e nutrientes, auxilia no controle de vegetação espontânea, além de outros aspectos como proteção do solo contra erosões.

Com relação as práticas de cultivo para cultura do milho, Almeida (2007) conclui que para o cultivo mecânico, “o principal dispêndio energético para a realização dessas operações se dá por fontes indiretas, que equivale a 85,01% do total consumido, representado basicamente pela energia contida nos fertilizantes utilizados para cobertura”.

Almeida (2019), relata que 11,60% dos agricultores familiares entrevistados em seu trabalho afirmaram praticar o plantio consorciado e, 85% deles conhecem o termo “agroecologia” e utilizam suas práticas no cultivo de sua produção. Observou também que, após os agricultores começarem a comercializar com o Instituto Chão, que comercializa dentro da lógica de economia solidária, houve um acréscimo na produção de 11 novos cultivos pelos agricultores.

A diversidade de cultivos oferece também as famílias renda em diferentes épocas do ano, além de ser um fator que contribui para a soberania alimentar e autonomia dos agricultores.

Os SAFs tem sido uma das estratégias usadas pelos agricultores para diversificação da produção, estimulada pelos projetos desenvolvidos nos assentamentos.

e) Mão de obra e SAFs

Além da assistência técnica, um problema recorrente nas falas dos agricultores entrevistados no trabalho de Steyer (2020), é a questão da mão de obra e tempo dispendidos nos SAFs. Outros aspectos citados pela autora são o tamanho das famílias e a impossibilidade de contratar mão de obra temporária para manejar os cultivos.

Em 2019, Almeida observou que dentre os agricultores entrevistados no seu trabalho, a mão de obra familiar era significativa, composta da seguinte forma: 40% era composta por mais de 3 pessoas da mesma família, 25% por uma pessoa da mesma família, 20% composta por duas pessoas e 15% tinham 3 pessoas da mesma família. Porém, Almeida trabalhou com um grupo específico, que comercializava com o Instituto Chão, que já tem uma produção e destinação definida.

Para Oliveira (2016), é importante que o investimento em mão de obra no manejo do agroecossistema não exceda os valores que garantam o retorno econômico para os agricultores.

Para os agricultores participantes de sua pesquisa, verificou também uma satisfação mediana dos mesmos em relação aos SAFs, pois não conseguiram o retorno financeiro esperado. Porém, também disseram que não conseguem dedicar tempo e mão de obra para o manejo dos SAFs, o que acaba refletindo na produção.

O autor (Oliveira, 2016), também apontou que mão de obra foi um indicador considerado crítico para sustentabilidade dos Sistemas Agroflorestais. Um dos agricultores entrevistados relata o seguinte:

Nessa condição de área degradada, a gente percebe que na natureza existe um estágio que antecede um momento com maior diversidade. No SAF a gente coloca as plantas de diversos estágios tudo junto, o que é complicado e exige muito manejo e esforço de mão de obra. Agricultor 01.

A escassez de mão de obra é um fator limitante para o sucesso dos SAFS, principalmente na fase inicial, onde há uma demanda maior de mão de obra e não se tem um retorno financeiro imediato.

No trabalho de Steyer (2019), a autora observou que os SAFs que apresentaram um nível mais alto de desenvolvimento eram de agricultores que já conseguiram uma certa autonomia no manejo. Nessas famílias, os jovens também se mostravam atuantes nos SAFs. Observou também que as famílias que possuíam SAFs com um nível baixo de desenvolvimento apresentaram dificuldades, além de mão de obra, também de infraestrutura básica (água, por exemplo) e problemas de saúde na família. A braquiária também foi apontada como um problema, que se relaciona com a mão de obra necessária para fazer as capinas no manejo Inicial dos SAFs. Ainda, para muitas famílias, a deficiência financeira é um entrave para compra de implementos e “contratação de mão de obra temporária”.

A mão de obra não é empregada apenas na produção. Famílias que adotam a comercialização de cestas por exemplo, investem tempo na limpeza, organização dos produtos e transporte para fazer as vendas.

Ainda de acordo com Steyer (2019), muitas famílias têm adotado os SAFs como estratégia central de produção, mas dificuldades financeiras e de mão de obra são limitantes. A falta de mão de obra está associada a vários motivos como: “famílias pequenas, envelhecimento dos titulares dos lotes e evasão dos jovens, que procuram emprego fora do assentamento, alguns mudando-se para outras localidades (STEYER, 2019)”.

Sobre a permanência dos jovens no assentamento, umas das jovens entrevistadas por Steyer relata o seguinte:

“A gente pode fazer o que quiser e ainda continuar aqui. Por que o lote tem que se manter produtivo, mas para isso eu não preciso tá com enxada na mão. Eu posso administrar, pensar como vai ser, trazer turistas pra agregar, buscar outros meios de se manter aqui. (JOVEM 2)”.

Pela transcrição dessa fala, percebe-se que os jovens tem uma visão diferenciada quanto aos meios para permanecer no assentamento. Muitos estão participando de cursos de turismo rural na Flona, trabalhando nas cooperativas e em projetos para angariar recursos para o assentamento. A maioria dos jovens

entrevistados não demonstrou interesse em continuar trabalhando diretamente com a terra.

f) Culturas produzidas

De acordo com Oliveira (2016), as principais culturas produzidas pelos agricultores em Iperó/SP, tanto para consumo como para comercialização são: mandioca, banana e hortaliças, seguidas do milho, feijão e quiabo; a abóbora e algumas frutas tais como limão, goiaba, manga e abacate surgiram como uma pequena parcela da produção e renda. A adoção de SAFs nos lotes acrescentou uma maior diversidade de cultivos e produtos, não só de hortaliças e legumes, como também de espécies frutíferas, madeiras, espécies nativas atrativas de fauna, adubadeiras e de produção de biomassa.

Em seu trabalho, Figueiredo (2019) apresenta uma relação de produtos cultivados por agricultores de Iperó (SP) e Cristina (MG) após estabelecer uma relação de comercialização com o Instituto Chão. Antes de comercializar com o instituto produziam: abobrinha, rabanete, ervilha, cenoura, cebola, beterraba, inhame, pêssego, alho, tomate, berinjela, pimentão, quiabo, nabo. Após a comercialização com o instituto acrescentaram-se: batata, almeirão, açafrão, couve, vagem, alho poró, abobrinha, alecrim, feijão, hortelã, banana, malva do reino, abacate abobrinha, limão, ervilha, laranja, pepino, cebolinha e berinjela.

g) Eficiência e autossuficiência energética

Uma questão importante dentro da agricultura, refere-se as entradas e saídas do agroecossistema e englobam todas as etapas do processo de cultivo.

Em Almeida (2007) é apresentado uma análise econômica energética sobre a cultura do milho no assentamento Ipanema. Ao comparar quatro tipos de sistemas de produção de milho no assentamento, aplicou índices de eficiência Cultural, Energética e Econômica, aos quais se acrescentaram a proposta metodológica os índices de Eficiência Cultural Econômica e Energética Econômica construídos para cenários probabilísticos. O autor concluiu que o uso mais intensivo de energia de fontes não-renováveis (sistema "A") não se traduziu necessariamente numa maior eficiência, quando comparado ao "D" (intensivo de mão-de-obra). Concluiu ainda que economicamente, todos os sistemas foram eficientes, e que o ganho poderia ser

potencializado para os agricultores se a venda ocorresse entre novembro e dezembro, onde as condições de preço seriam 10% melhores. Observou também que o cultivo para a cultura do milho no assentamento (na época do estudo), refletia uma “Revolução verde” incompleta, com práticas semelhantes a agricultura convencional.

Já Souza (2006), compara 5 modelos de produção existentes no assentamento Ipanema e observou que os agricultores utilizavam sistemas mistos de produção, com o uso de insumos industriais juntamente com algumas técnicas agroecológicas. O autor observou que, embora as diferenças em termos de eficiência não tenha sido expressivamente ampla, o sistema agroecológico destacou-se por apresentar uma melhor “taxa de Renovabilidade (%R)” e uma boa performance na “taxa de Rendimento energético (EYR), sendo que o lote que utilizava cultivo do tipo convencional apresentou a pior performance para EYR e %R. Para o índice EIR, que corresponde a razão entre os fluxos da economia (F) e os fluxos da natureza (I), o sistema de cultivo agroecológico se destacou mais uma vez, apresentando melhores resultados quando comparado com o sistema que utilizava práticas de cultivo convencionais.

A partir dos índices médios de cada tipo de lote, o autor calculou os índices para o assentamento. “O Assentamento Fazenda Ipanema obteve índices emergéticos satisfatórios, principalmente no que se diz respeito a Renovabilidade (%R), aproximadamente 42%. A Renovabilidade é o índice que mais tem referência a sustentabilidade (SOUZA, 2006, p. 80).” Quando comparados os índices do assentamento com um “modelo fertilizante-herbicida-plantio-direto”, o desempenho do assentamento foi melhor. Na ocasião, o autor concluiu que o assentamento tem potencial de melhorar ainda mais o desempenho, reduzindo insumos externos e focando em produção agroecológica.

h) Infraestrutura (social e de produção)

A infraestrutura é apontada como um fator limitante para ampliação da produção familiar nos assentamentos. Porém, apesar das dificuldades, alguns agricultores que adotam práticas agroecológicas em seus lotes demonstram satisfação ao falar dos resultados que têm alcançado.

No trabalho de Almeida (2019), uma das agricultoras fala dos avanços obtidos apesar da precariedade nas condições de infraestrutura e do nível de degradação do solo das terras destinadas aos assentamentos.

A autora Bejarano (2020), comenta que os assentamentos tem infraestrutura pobre, com estradas ruins, falta de água e falta de assistência técnica.

No trabalho de Figueiredo (2020), uma das agricultoras entrevistadas fala da infraestrutura como um fator limitante para ampliar a produção e atender a demanda que surgiu através da comercialização com o Instituto Chão, que comercializa a produção de agricultores familiares da região de Iperó/SP e Cristina (MG).

“A gente não tem condições para produzir tomate (não tem estufa, não tem irrigação), problemas com água suficiente, para inovar no campo de produção, na qualidade que o Instituto quer e deseja, precisa ter essa infraestrutura, que os assentados não têm. O que conseguimos produzir é pouca renda, por causa disso, sem essa infraestrutura” (Agricultora, Iperó, 2019).”

Uma outra agricultora, do município de Cristina (MG), também levanta a questão de infraestrutura.

“Se a gente tivesse uma infraestrutura adequada nós poderíamos ter um volume de produção que satisfizesse o Instituto Chão por conta do que eles teriam de demanda de compra. Por outro lado, devemos valorizar e assegurar, se não tivesse o Instituto Chão, todo esse número de familiares estaria em desalento do ponto de vista agroecológico e, certamente desestimularia a produção orgânica, e voltariam para a produção convencional, para o mercado comum. Essa qualidade de ter o Instituto Chão permeando e construindo com os agricultores é imensa (Agricultor 3, Cristina, 2019).”

Uma das formas que os agricultores encontram para conseguir investir em infraestrutura é através de projetos das cooperativas.

Oliveira (2016), relata uma conquista coletiva obtida através da APROBIO, onde os agricultores adquiriram um caminhão, um trator e alguns microtratores para os cultivos no assentamento. “[...] a gente tinha uma discussão assim, que a gente queria fazer SAF, mas com a humanização do trabalho, e por isso que a gente buscou infraestrutura, já pensando na aquisição das roçadeiras e do motocultivador (Agricultor 01)”.

A falta de infraestrutura é apontada por Steyer (2019) como um dos motivos da evasão dos jovens. Embora admitam que a qualidade de vida na cidade é menor em comparação aos aspectos de saúde e meio ambiente, a justificativa para a evasão é

a dificuldade de acesso a serviços públicos, como frequentar um cursinho, curso técnico ou faculdade.

Com relação a infraestrutura, também há deficiências ou inexistência de serviços relacionados a transporte, saúde, água, etc. A educação formal básica é realizada fora do assentamento, em escolas descontextualizadas da realidade rural.

i) A agroecologia como estratégia de produção

A partir do ano 2000, em um momento de ressignificação da reforma agrária, o MST passa a aderir e estimular uma política de produção agrícola de forma mais sustentável com base na agroecologia, voltada especialmente para assentamentos rurais. A agroecologia pode ser vista atualmente como uma estratégia de produção utilizada pelos agricultores familiares visando uma diferenciação dos modelos convencionais de agricultura.

Dentre os trabalhos analisados nessa pesquisa, a agroecologia é contemplada no trabalho de Oliveira (2016) e Steyer (2019), com enfoque nos Sistemas Agroflorestais (SAF's) implantados em alguns lotes dos assentamentos.

A agroecologia dentro dos assentamentos surge também como uma estratégia de produção e em sua gênese, como uma estratégia de conservação ambiental.

Dado a relação inevitável de proximidade dos assentamentos Ipanema e Horto Bela Vista com a Flona, o estímulo e o suporte necessário para que os agricultores adotem as práticas agroecológicas em seus cultivos também é de extrema importância para o manejo dos recursos naturais da Flona, atualmente administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação.

i) Percepção ambiental

Buquera (2015) e Bejarano (2020), avaliam a percepção dos agricultores sobre serviços ecossistêmicos relacionados as práticas agrícolas e as interações com o meio ambiente. Buquera (2015) observou que os agricultores não citaram a Flona nas entrevistas como geradora de Serviços Ecossistêmicos (SE). Porém, justifica que esse fato pode ter ocorrido em função de, no momento da entrevista, os agricultores direcionarem a sua percepção para os SE existentes no lote, e por utilizarem a Flona e o assentamento, de maneira geral como referência espacial. Porém, observou que

a percepção também foi deficiente em relação aos SE relacionados as práticas de cultivo.

Sobre o aspecto de conservação ambiental, Bejarano (2020) enfatiza a importância da percepção dos agricultores para as medidas de conservação, principalmente em áreas protegidas como é o caso da Flona de Ipanema.

A Flona de Ipanema encontra-se atualmente sobre administração do ICMBIO e possui cerca de 5.069 hectares. Apesar do histórico de perturbação e fragmentação, possui a maior biodiversidade da região e é um dos poucos redutos florestais do interior paulista (OLIVEIRA, 2016).

Quanto aos usos, é classificada como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, cujas atividades permitidas são dispostas no Art. 17 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Art. 17. A Floresta Nacional é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

§ 1º A Floresta Nacional é de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que dispõe a lei.

§ 2º Nas Florestas Nacionais é admitida a permanência de populações tradicionais que a habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo da unidade.

§ 3º A visitação pública é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade pelo órgão responsável por sua administração.

§ 4º A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e àquelas previstas em regulamento.

§ 5º A Floresta Nacional disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes.

§ 6º A unidade desta categoria, quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

No trabalho de Bejarano (2020), a autora também observou uma baixa percepção dos agricultores em relação aos SE gerados pela Flona.

k) Conhecimento técnico e científico

Enquanto ciência, que incorpora saberes tradicionais e conhecimento científico interdisciplinar, é importante ressaltar o papel das instituições na produção de

conhecimento e atuação junto as comunidades rurais para a difusão e prática da agroecologia.

No assentamento Bela Vista em Iperó, o sítio Mãe Terra tem sido um referencial para estudantes de universidades da região, interessados na troca de conhecimentos sobre agroecologia. O envolvimento de acadêmicos das universidades foi imprescindível para formulação e avanço de políticas de agroecologia em nível nacional e também é possível perceber a importância desse vínculo da universidade com a comunidade nas relações da agricultura familiar em Iperó.

Percebe-se a importância da universidade já no início da ocupação do assentamento Ipanema em Iperó, quando professores da ESALQ/USP apresentaram o estudo de viabilidade de ocupação da área.

Atualmente, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) tem uma atuação mais expressiva nesse sentido. As articulações entre agricultores e universidade ocorre através do Núcleo de Agroecologia Apetê- Caapuã (NAAC) e do curso de Geografia, ambos da UFSCar. A UFSCar também ofereceu um curso de agronomia com ênfase em Agroecologia por meio de recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que possibilitou a formação de agricultores e agricultoras dos assentamentos.

IV. 2.1.3 Categoria III: Escoamento da produção

Um aspecto recorrente na fala dos agricultores refere-se a dificuldade de escoamento da produção. No trabalho de Castro (2007) já é levantada essa dificuldade de comercialização da produção e Almeida (2019), Figueiredo (2020), retomam essa questão apresentando as estratégias que vêm sendo tomadas pelos agricultores para escoamento da produção, por vias alternativas ou por programas institucionais.

Em 2007, Castro observou que as dificuldades apontadas pelos agricultores estavam relacionadas aos atravessadores que jogavam um preço muito baixo nos produtos para terem maior lucro na revenda. Também reclamavam a falta de política governamental para comercialização agrícola familiar.

Castro (2007) também cita a questão de alguns agricultores exercerem trabalhos fora do lote e assim não conseguirem comercializar sua produção de forma

a garantir ganhos suficientes somente com o trabalho no lote. Ainda que haja uma proximidade com a cidade (Iperó e Sorocaba), os agricultores ainda citam a questão de localização dentro do assentamento como um fator facilitador ou dificultante para a comercialização. Castro cita que nesse sentido, essa dificuldade apontada pelos agricultores irá depender da forma como os mesmos interpretam o mercado e se organizam para apropriar-se dele.

Outra dificuldade citada na época (2007), era relacionada a questão de certificação. Alguns agricultores que faziam produção sem insumos químicos acabavam vendendo seus produtos como convencionais, pois não tinham certificação. O fato da produção agroecológica desses agricultores se dar em pequena escala, dificultava também o comércio.

Dentro das dificuldades apontadas pelos agricultores, houve uma melhora com os programas de comercialização do governo federal, como resultado de demandas e pressões feitas pelos movimentos sociais. Esses programas significaram um incentivo e uma segurança para esses agricultores, pois dessa forma tinham uma garantia mínima de comercialização e renda.

Os programas citados foram o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF). No caso do PAA, para que o agricultor possa participar, era, e é necessário o Documento de Aptidão do (DAP) do PRONAF.

Na unidade familiar analisada por Ávila (2012), a comercialização direta na cooperativa foi uma forma de gerar renda, demonstrando que a organização coletiva é uma forma de fortalecimento da agricultura familiar. A diversificação da produção, inclusive com espécies perenes aumentou as possibilidades de comercialização e geração de renda familiar.

Branco (2015), ao avaliar o processo de transição ecológica em 15 unidades de produção familiar propriedades/lotes na região de Iperó (Assentamento Ipanema e Bela Vista), Capela do Alto, e Ibiúna (1 propriedade), observou que o processo de comercialização era feito por diferentes meios. Algumas unidades familiares comercializavam 100% da produção com atravessadores, mas nesses casos os agricultores diziam conhecer a cadeia de comercialização. Outras famílias comercializavam 50% da produção com atravessadores e 50% através de comercialização direta; e alguns agricultores informaram que utilizavam apenas a comercialização direta.

Buquera (2015) cita a existência de grupos para a organização da comercialização de orgânicos para o mercado formal. São grupos para certificação de orgânicos no município de Iperó, entre esses a “Organização de Controle Social (OCS Unidos Venceremos, OCS Nova Vida, OCS Terra Nossa)”, e “Sistema Participativo de Garantia (SPG)”. As OCS certificam os agricultores para venda direta, e o SPG certifica tanto para venda direta quanto indireta. A formação dos grupos é composta tanto por assentados como não assentados.

Oliveira (2016), observou que os agricultores que compuseram a amostra da sua pesquisa, tinham como principal fonte de comercialização da produção dos SAF's, os seguintes meios de escoamento: Comercialização Direta (CSA Sorocaba e Feira - Iperó), Programas de políticas públicas como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), Comercialização Direta (Cestas em Sorocaba e Feira Orgânica – Parque Chico Mendes).

Um outro organismo facilitador que tem o papel de auxiliar os agricultores no acesso aos programas de política pública de comercialização é a Associação Regional de Desenvolvimento Agrário (ARDA). A ARDA auxilia os agricultores para obter acesso aos mercados institucionais como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS).

Steyer (2019), comenta que com os cortes no PAA, após o golpe de 2016 com o presidente Michel Temer, houve uma desestruturação da produção no assentamento como um todo, pois o PAA consistia num canal de comercialização garantido.

O corte do PAA afetou diretamente a organização da produção, pois os lotes tinham diversas hortas para atender esse programa, as quais hoje quase não existem mais. As entrelinhas do SAF que estavam intensamente cultivadas logo após a implantação, também tiveram uma queda, pois as famílias possuem poucos canais de comercialização garantido (Steyer, 2019, p. 91).

Os SAF's podem ser utilizados como uma estratégia de produção e comercialização, garantindo uma maior renda aos agricultores. De acordo com Steyer, esse foi o viés adotado em alguns projetos conduzidos nos assentamentos, entre esses os Plantando Águas (PA) e o PDRS, sendo o primeiro mais focado na

conservação de recursos hídricos e o segundo para viabilização de mercado. Esses projetos tiveram o envolvimento de vários órgãos como ONGS, cooperativas locais, associações, SMA e ITESP. O PA contribuiu com a inserção de tecnologias sociais nos assentamentos como (fossas biodigestoras, cisternas e jardins filtrantes), enquanto o PDRS contribuiu na aquisição de equipamentos como tratoritos, roçadeiras costais, caminhão e trator para as cooperativas, etc.

A autora comenta também que a comercialização realizada pelas famílias entrevistadas no seu trabalho é feita através de atravessadores, cooperativas, feiras, cestas de produtos e nas ruas de Sorocaba. Uma estratégia verificada, é uso da tecnologia das redes sociais, no caso de venda das cestas, onde a lista de produtos é enviada para as pessoas, e de acordo com a encomenda, a entrega é feita nas residências.

Figueiredo (2020), aborda um conceito de comercialização no qual está inserido a agricultura familiar em Iperó. A comercialização solidária.

A comercialização nesses moldes baseia-se nos princípios da economia solidária como autogestão, confiança, solidariedade, cooperativismo e transparência.

A análise de Figueiredo é baseada em um estudo de caso, onde os princípios da economia solidária estão presentes. O Instituto chão é uma central de distribuição, que comercializa produtos de agricultores familiares. O instituto adquire os produtos dos agricultores por um determinado valor e os revende pelo mesmo preço. A manutenção do instituto e cobertura dos custos operacionais advém de contribuições voluntárias de 35% sobre o valor de venda dos produtos. Na pesquisa do autor, 60% dos entrevistados afirmou que o valor pago aos agricultores está muito acima, 35 % disseram que está acima e 5% disseram que está igual ao valor pago pelo comércio. De acordo com os agricultores entrevistados, houve melhoria na renda familiar após a comercialização com o instituto.

Houve também uma diversificação da produção dos agricultores, mas mesmo assim, ainda há dificuldades em atender a demanda pois muitos agricultores não tem infraestrutura adequada para investir na produção.

Os meios pelo quais os agricultores comercializam a produção, representam: 46% para cooperativas/ associações, 12% em vendas diretas, 12% em restaurantes, 10% entregas de cestas, 8% supermercados, 7 % lojas e 4% para o PAA e PNAE. Os números evidenciam o baixo percentual de comercialização através dos programas

institucionais, comprovando o impacto dos cortes do governo nas políticas públicas para a agricultura familiar e a importância das estratégias dos agricultores em busca de outros canais de comercialização.

IV. 3 Interpretação e inferências

A partir das impressões colhidas na exploração do material, nesse tópico são apresentadas de forma conjunta as interpretações e inferências a partir da descrição das categorias, de forma que haja uma unidade na análise, já que as categorias se relacionam entre si.

A produção acadêmica, em termos de volume e realização, foi realizada majoritariamente pela Universidade Federal de São Carlos (Núcleo de Araras) e apenas 2 (dois) dos trabalhos que compõem o *corpus* da pesquisa estão relacionados a programas de pós-graduação ligados a um núcleo regional (UFSCar Sorocaba).

Em um primeiro momento, levantou-se a hipótese de que há uma carência de programas de pós-graduação de caráter interdisciplinar que abram possibilidades para realização de trabalhos dentro da temática da agricultura familiar na região.

Porém, uma vez que há integração entre os núcleos das universidades em diferentes localidades, com parceria entre programas e professores, essa hipótese quanto a carência na produção acadêmica (teses e dissertações) por Programas de Pós Graduação pelos núcleos regionais não se justifica. Uma vez desconsiderada a hipótese geográfica, permanece a hipótese temática, de que pode haver um reflexo de um direcionamento de políticas, dentro da sociedade como um todo e dentro do meio acadêmico, de uma visão excessivamente orientada para o mercado, desvinculada da realidade social (local e regional).

Por exemplo, se um determinado município possui um forte apelo industrial para sua economia, isso não exclui outras áreas que mereçam destaque e relevância para o desenvolvimento da região e que devam ser incluídos nas pautas de avaliação e pesquisa.

Ainda que seja indiscutível a importância da agricultura familiar no cenário nacional e para o desenvolvimento das populações locais, essa ainda é vista como categorial marginal e até mesmo com desinteresse e vilipêndio pela sociedade, dentro

de uma cultura orientada primordialmente para o desenvolvimento industrial capitalista.

Sobre a área de concentração dos trabalhos e programas em que estão inseridos, 8 (oito) estão relacionados à Agroecologia e Desenvolvimento Rural, 2 (dois) dentro da geografia, 1 (um) em agronomia, 1 (um) em Engenharia de Alimentos, 1 (um) em Produção Sustentável e 1 (um) em Desenvolvimento Rural Sustentável. Quanto a classificação dos mesmos em relação a área de avaliação, a maioria está classificada dentro do eixo “Interdisciplinar” (8 trabalhos ao todo), seguido por “Geografia” (2 trabalhos), “Ciências Ambientais” (1 trabalho), “Ciências Agrárias” (1 trabalho) e “Ciências de alimentos (1 trabalho)”.

Sobre a formação de origem (graduação) dos autores (as), 3 (três) possuem graduação em Geografia, 2 (dois) em Agronomia, 2 (dois) em Engenharia de Alimentos, 2 (dois/ duas) em Ciências biológicas, 1 (um) em Engenharia Ambiental, 1 (um) em Ecologia, 1 (um) em Ciências Sociais e 1 (uma) em Recursos Renováveis em Meio Ambiente.

A partir dessas informações, observa-se uma tendência de realização dos trabalhos sobre a agricultura familiar por programas de pós graduação interdisciplinares, cuja área de concentração específica é voltada para Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

Com relação a abordagem metodológica utilizada pelos autores (as), a maioria dos autores realizou o levantamento de dados qualitativos e quantitativos, concomitantemente. Para a maioria dos trabalhos que objetivaram a elaboração de índices de monitoramento/ avaliação, os autores (as) também utilizaram práticas participativas de campo, enfatizando observações sobre aspectos sociais nos assentamentos. Essa relação permite concluir que os autores (as), apesar das diferentes formações de origem, mostraram uma tendência, de maneira geral, para um olhar mais humanista ao retratar a realidade local. Esse viés também reflete a orientação da área de concentração dos programas de Agroecologia e Desenvolvimento Rural.

Ainda em relação a área de formação dos autores(as) dos trabalhos, há certa homogeneidade quanto ao número de trabalhos realizados em relação as diferentes áreas de formação, sendo também as áreas de formação de origem diversificadas, o que é um aspecto positivo, visto que o tema tem despertado à atenção de

pesquisadores de diferentes áreas, embora seja predominante a presença de pesquisadores com formação inicial em Geografia (de forma mais representativa).

Para a conclusão das tendências apresentadas, as relações entre palavras-chave, similaridade de assuntos, frequências de palavras, referência dos textos e por fim, a construção das categorias, forneceram uma caracterização dos trabalhos quanto as temáticas abordadas. Essa síntese é melhor representada no quadro 7 a seguir.

Quadro 7 – Tendências observadas nos trabalhos

Tendências observadas nos trabalhos (temáticas)	
Palavras –chave	No grupo 1 foram agrupadas palavras genéricas/ conceituais como desenvolvimento; ruralização; agricultura familiar; no grupo 2 são agrupadas palavras relacionadas a questão da reforma agrária e assentamentos; no grupo 3 as palavras se relacionam a questão de práticas da agroecologia; no grupo 4 as palavras remetem a questão energética na produção; no grupo 5 se relaciona a questão das áreas protegidas e percepção ambiental; no grupo 6 há uma orientação para a questão da comercialização e escoamento da produção.
Leitura flutuante	Processo de territorialização (luta, ocupação, relações); Transição agroecológica; SAF's; Serviços Ecossistêmicos; Análise energética dos agroecossistemas; Processamento e transformação de alimentos; Canais de comercialização
Frequência de palavras	Produção; assentamentos; trabalho, familiar; famílias; lote; sistemas; agricultura; desenvolvimento; terra; recursos; agroecologia; manejo; comercialização; ambiente; assentados; energia; SAF; uso; reforma; agrária; Ipanema; agricultores; rural; solo; agroecossistema; renda; espécies; conservação; etc.
Categorias finais	Reforma agrária e assentamentos; Agroecologia e Conservação Ambiental; Escoamento da produção.

Fonte: Autoria própria (2021)

Para avaliar a contribuição da produção acadêmica (teses e dissertações) até então, bem como potencialidades e fragilidades nos assentamentos, na visão dos autores (as), no quadro 8 a seguir é demonstrada um resumo de cada trabalho.

Quadro 8 – Contribuição dos trabalhos

SOUZA (2006) - ANÁLISE EMERGÉTICA DO ASSENTAMENTO FAZENDA IPANEMA: REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Conclusões/ considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
Uma das conclusões de Souza, em 2006, é de que o assentamento Ipanema teve um bom desempenho "energético-ecológico" quando comparado a outros sistemas biotecnológicos	Potencialidade: potencial de melhorar os índices "energéticos" afim de se obter maiores índices de "Renovabilidade". O autor ainda pontua que o índice de renovabilidade de 43% obtido para o

(produção de soja e fertilizante-herbicida-plantio direto). Um dos lotes do assentamento que utilizava o modelo de produção agricultura e/ou pecuária com manejo com princípios agroecológicos e certificados como biodinâmicos, obteve melhores desempenhos nos índices "Renovabilidade (%R) e um bom EYR (Taxa de rendimento), demonstrando maior sustentabilidade.	assentamento indica que o mesmo não causa sérios danos a FLONA e que outras atividades poderiam ser mais impactantes; recomenda ainda que a implantação de assentamentos pode ser feita no entorno de unidades de conservação e parques estaduais com finalidade de proteção, que poderá ser potencializada com projetos que utilizem agroecologia com acompanhamento de assistência técnica. Fragilidade: dependência de insumos externos de origem fóssil.
Relação com a sustentabilidade: Utilização eficiente de recursos na produção Metodologia: Pesquisa quantitativa por meio da Metodologia Emergética (ME), desenvolvida por Odum (1996). <i>"Energia é toda a energia necessária para um ecossistema produzir um recurso (energia, material, serviço da natureza, serviço humano)".</i>	
ALMEIDA (2007) - AVALIAÇÃO ENERGÉTICA ECONÔMICA DA CULTURA DO MILHO EM ASSENTAMENTO RURAL, IPERÓ-SP	
Conclusões/ considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
Almeida (2007) ao avaliar o uso energético na cultura do milho, concluiu que o cultivo dessa cultura no assentamento traduzia uma "revolução- verde" incompleta, convencional, com dependência de fontes energéticas externas, não-renováveis e, no entanto, com baixa produtividade. Os sistemas que utilizam uso intensivo de recursos não-renováveis quando comparados ao que fazem um uso mais intensivo de mão de obra não refletiram necessariamente em um maior ganho econômico. No entanto, nesse aspecto, o que deve nortear a opção dos assentados em optar por um uso mais intensivo de mão de obra irá depender de quanto essa está disponível, a que preço e qual a capacidade da família em internalizar esse custo e oportunidade de receita.	Fragilidade: dependência de insumos externos (sementes, fertilizantes, combustíveis, etc.). Os assentados realizam a colheita a comercialização (março, abril e maio), quando é 6% inferior ao preço médio da série de preços obtida, ou seja, a venda se dá no momento no qual o preço do milho está no seu patamar mais desfavorável.
Contribuição e relação com a sustentabilidade: Uso eficiente de recursos na produção Metodologia: Pesquisa quantitativa (amostragem dirigida e para cada índice calculado o autor utilizou um método de referência)	

CASTRO (2007) – O SIGNIFICADO DO TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO DA TERRITORIALIDADE DOS ASSENTADOS DA FAZENDA IPANEMA, IPERÓ-SP

Conclusões/ considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
A contribuição de Castro é no sentido de demonstrar as relações existentes nos assentamentos, em termos de espacialização e territorialização. Castro (2007) compreende que os assentados vivenciam uma "condição camponesa" naquele determinado período. Condição essa que se relaciona com suas trajetórias, suas opções e na busca pela permanência na terra. De acordo com o autor, não se trata de um campesinato tradicional, uma vez que os sujeitos e as classe sociais são resultado de um conjunto de situações. Essa construção não se dá sem ambiguidades e contradições nas suas formas de se relacionar com o trabalho e outros espaços, vistos que as diferentes trajetórias desses sujeitos históricos se combinam no tempo presente em vista de um projeto comum.	Potencialidades: relativa proximidade com a cidade para comercialização das mercadorias; inclusão social e promoção da dignidade humana. Fragilidades: Dificuldades de comercialização e geração de renda gerada a partir do trabalho no lote; Acesso a créditos; Assistência Técnica; Proletarização.

Contribuição e relação com a sustentabilidade: Descrição da construção social e apropriação do território nas diferentes fases dos assentamentos, das relações e interações nas diferentes atividades, desde a organização e convívio social até as práticas de produção e comercialização.

Metodologia: Pesquisa qualitativa (análise da Categoria “Trabalho” pelo viés marxista).

ALMEIDA (2019) - AS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA NO LOTE MÃE TERRA DO ASSENTAMENTO HORTO BELA VISTA DE IPERÓ (SP).

Conclusões/considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
O autor trata a questão do território, a partir das estratégias adotadas no cotidiano de uma família do assentamos Horto Bela Vista. O Lote Mãe Terra tem como uma de suas estratégias de resistência a priorização da agricultura agroecológica, biodinâmica e novas formas de comercialização baseadas em princípios da economia solidária. Essa resistência, a partir da ocupação da terra se baseia nas relações de	Potencialidades: Agricultura camponesa agroecológica; Canais de comercialização solidária; Resgate de sementes crioulas; Participação da Universidade, Consumo consciente. Fragilidades: Necessidade de articular políticas que reduzam a dependência de políticas públicas; necessidade de fortalecer as relações entre as famílias assentadas, retomando os

solidariedade e respeito ao meio ambiente. O autor observa o papel do estado em privilegiar o agronegócio em detrimento de políticas para a produção camponesa. Ressalta, porém, a importância de programas como o PAA e o CDAF, mas também da necessidade de medidas articuladas para que os camponeses não dependam da tutela do Estado indefinidamente. "Ou seja, não há uma tomada de decisão política em favor do campesinato e do papel que este poderia ter na construção de uma sociedade mais justa. Os projetos não tem essa finalidade, já que a visão política e ideológica do Estado é a de que o campesinato está fadado ao desaparecimento (ALMEIDA, 2019, p. 127)."	princípios e espírito de coletividade existente no início da ocupação.
--	---

Contribuição e relação com a sustentabilidade: Demonstração da realidade das famílias, de suas estratégias de resistência para se manter no lote a partir do direcionamento da produção de forma sustentável e da atuação por diferentes meios de comercialização.

Metodologia: Pesquisa qualitativa (roteiro, entrevistas, vivências, técnicas de gravação e registro de relatos orais e fotográficos).

NETO (2009) - AGROECOLOGIA E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS EM ASSENTAMENTOS RURAIS

Conclusões/considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
O autor analisa a relação das famílias assentadas com a questão do processamento e transformação dos alimentos a partir dos princípios da agroecologia, visando a emancipação dessas famílias, o desenvolvimento rural e a sustentabilidade. O autor observou uma participação maior das mulheres nessa questão. Verificou uma necessidade de infraestrutura e equipamentos adequados para as atividades de processamento. Na maioria das famílias (70%), a atividade representava uma complementação de renda e apenas uma família tinha nessa atividade sua fonte principal de renda. A maioria	Fragilidades: necessidade de aperfeiçoamento técnico, infraestrutura e equipamentos; ausência de organização e cooperação Potencialidades: geração de renda, maior aproveitamento da produção, diversificação da alimentação da família.

(65%) nem fazia o registro contábil da renda obtida pela atividade de processamento.	
Relação com a sustentabilidade: Soberania alimentar, maximização do uso de recursos da propriedade, gerando renda e evitando desperdícios. Metodologia: Pesquisa qualiquantitativa – Metodologia Participativa (vivências, entrevistas, grupos focais, observação participante, pesquisa documental, Marco Mesmis).	
AVILA (2012) – CAMINHOS PARA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA: ESTUDO COM UMA FAMÍLIA DO ASSENTAMENTO IPANEMA, IPERÓ (SP)	
Conclusões/considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
O autor realizou a análise em uma Unidade de Produção de Vida Familiar (UPVF) com o objetivo de avaliar a biomassa produzida no agroecossistema visando a transição agroecológica. De acordo com o autor, esse é um dos maiores desafios no processo de transição. A UPVF, na ocasião ainda utilizava algumas práticas convencionais, mas adotava práticas de manejo visando a transição agroecológica. Na avaliação do agroecossistema, o autor concluiu que a UPVF não atendeu a demanda nutricional do lote, dentro do setor comercial de produção do lote, propondo assim um redesenho do agroecossistema.	Fragilidade: Dificuldade em atender a demanda nutricional dos agroecossistemas durante o processo de transição agroecológica. Potencialidade: Reduzir a dependência de insumos externos, aumentando a diversidade e produtividade da UPVF, promoção de qualidade de vida e do meio ambiente ao deixar de usar insumos químicos.
Contribuição e relação com a sustentabilidade: Apoio técnico para família ao propor o redesenho do agroecossistema, alteração nas práticas de cultivo visando a produção de biomassa e redução da dependência de insumos externos. Metodologia: Pesquisa qualiquantitativa - Pesquisa Participativa (estudo de caso, entrevistas, caminhadas transversais e DRP, análise de solo e de biomassa)	
BRANCO (2012) – ANÁLISE DA TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA EM PROPRIEDADES RURAIS DO ENTORNO DA FLORESTA NACIONAL DE IPANEMA, IPERÓ, SP	
Conclusões/considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
O trabalho de Branco (2012), propõe uma metodologia para avaliar os estágios sucessionais dos lotes que se encontram no processo de transição agroecológica. De acordo com o autor, o conjunto de indicadores se	Fragilidade: Dificuldade na gestão e classificação dos estágios de transição dos agroecossistemas por parte dos agricultores; Potencialidade: identificar os aspectos que precisam ser melhorados e desenvolver a

mostrou eficiente para gestão e análise dos agroecossistemas.	percepção dos agricultores (as) quanto a condução dos seus agroecossistemas.
Contribuição e relação com a sustentabilidade: Proposição de uma metodologia de monitoramento de forma que os próprios agricultores possam ter a percepção e ferramentas para avaliar e conduzir seus agroecossistemas.	
Metodologia: Pesquisa qualiquantitativa - Pesquisa Participativa (estudo de caso, entrevistas semiestruturadas e DRP, protocolo de campo)	
CAMPOS (2016) – CARACTERIZAÇÃO DA AVIFAUNA EM ÁREAS DE TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA NO ASSENTAMENTO IPANEMA EM IPERÓ-SP	
Conclusões/considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
O trabalho analisou a composição da avifauna em diferentes agroecossistemas em diferentes estágios de transição agroecológica, concluindo que áreas com produção agroecológica apresentam uma diversidade maior avifaunística quando comparada a outros tipos de sistemas de plantio, embora as aves observadas possuam baixa sensibilidade ambiental (generalistas), já que aves especialistas florestais necessitam de habitats específicos para sua reprodução.	Potencialidade: Maior diversidade avifaunística. Fragilidade: Aves com baixa sensibilidade ambiental.
Contribuição e relação com a sustentabilidade: A agroecologia como sistema de produção é a melhor opção para a conservação ambiental da região, ao se observar a diversidade da avifauna, como bioindicador.	
Metodologia: Pesquisa quantitativa (amostragem de campo, análise multivariada)	
OLIVEIRA (2016) – MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE IPERÓ - SP	
Conclusões/considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
Por meio da Metodologia Participativa, foram criados 40 indicadores para avaliar a transição agroecológica em lotes que implantaram Sistemas Agroflorestais (SAFs), visando desenvolver a percepção, autonomia e enriquecimento técnico/ científico dos agricultores(as).	Potencialidades: Como potencialidade/ oportunidades o autor cita a continuidade dos projetos nos assentamentos, continuidade do PRONERA, organização em cooperativas, perspectiva de futuro visando agroecologia. Fragilidades: falta de renda mensal para jovens, falta de mutirões, custo da produção (maquinário e mão de obra), falta de incentivo ao consumo orgânico, falta de cooperação entre estado e município, falta de adesão a produção orgânica e

	pouca transição agroecológica, falta de políticas públicas, falta de água.
Contribuição e relação com a sustentabilidade: Proposta de uma metodologia de monitoramento dos agroecossistemas construída de forma conjunta com os agricultores. Metodologia: Pesquisa qualiquantitativa - Pesquisa Participativa (observação participante, construção participativa de indicadores, Monitoramento Participativo dos SAFs)	
BUQUERA (2015) – A AGROECOLOGIA E OS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS: UM ESTUDO DE CASO NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE IPERÓ/SP	
Conclusões/considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
O autor faz uma análise sobre a percepção dos agricultores sobre os Serviços Ecosistêmicos-SE (bens e serviços) que constituem benefícios, também denominados de "constituintes do bem estar". Os agricultores participantes da pesquisa estavam implantando em seus lotes a transição agroecológica, daí a importância de se avaliar a percepção e o entendimento desses agricultores sobre as relações e interações existentes nos agroecossistemas e que resultam em SE. O autor conclui que dentre os SE percebidos, os serviços de produção (alimentos, matéria-prima, etc.) são os mais citados pelos agricultores.	Fragilidades: Falta de conhecimento, pois muitos agricultores se utilizam de certas práticas agroecológicas, mas não percebem os benefícios e serviços atrelados a elas. A percepção de um "Desserviço Ecosistêmico", no caso o uso de agrotóxico, acaba sendo um motivador para que esses agricultores invistam na produção orgânica. Potencialidade: Dar continuidade aos programas de educação como o PRONERA, já que os agricultores que tiveram acesso a esse programa apresentaram uma melhor percepção sobre os SE.
Contribuição e relação com a sustentabilidade: A percepção e conscientização ambiental dos envolvidos é fundamental para o sucesso nos projetos de produção sustentável. Metodologia: Qualiquantitativa – Pesquisa Participativa (caracterização da área, observação participante, Entrevistas individuais, análise do “grau” de percepção dos participantes).	
BEJARANO (2020) – PERCEPCIÓN DE SERVICIOS ECOSISTÉMICOS POR AGRICULTORES FAMILIARES COMO HERRAMIENTA DE CONSERVACIÓN	
Conclusões/considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
A autora faz também uma análise sobre a percepção dos agricultores sobre os Serviços Ecosistêmicos - SE no assentamento Ipanema como ferramenta para a conservação dos recursos ambientais locais. Utiliza outra abordagem metodológica, mas as conclusões	Fragilidades: falta de infraestrutura social e de produção; baixo nível de percepção dos Serviços Ecosistêmicos; Baixa percepção dos SE relacionados a Flona.

são semelhantes as conclusões obtidas no trabalho de Buquera (2015).	Potencialidade: A percepção e conscientização ambiental é uma das ferramentas necessárias para a conservação ambiental.
Relação com a sustentabilidade: A percepção e conscientização ambiental pode ser uma ferramenta para conservação ambiental de áreas protegidas, como é o caso da Fazenda Ipanema. Metodologia: Pesquisa qualitativa – Abordagem êmica (aplicação do método MESMIS para as entrevistas semiestruturadas e criação de indicadores)	
STEYER (2020) – SISTEMAS AGROFLORESTAIS COMO PROJETOS DE VIDA: UM ESTUDO A PARTIR DE UM ASSENTAMENTO RURAL	
Conclusões/considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
O objetivo do trabalho foi avaliar os SAF's instalados nos assentamentos a partir de dois projetos: "O projeto Plantando Águas (PA), com patrocínio da Petrobrás e executado entre os anos de 2013 e 2015 e o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II – Acesso ao Mercado (PDRS), com financiamento do Banco Mundial, executado entre os anos de 2014 a 2017." A autora concluiu que ambos os projetos trouxeram benefícios para os assentamentos com relação as tecnologias sociais (fossas sépticas, construção cisternas, etc..) e com estratégias produtivas de conservação ambiental. Os SAFs ainda não se constituem uma renda expressiva para as famílias, mas contribuíram para a diversificação de alimentos para autoconsumo.	Potencialidades: Geração de renda; aumento na qualidade de vida; manutenção dos jovens no campo. Fragilidades: Falta de mão de obra e "contratação" de mão de obra e tamanho das famílias, assistência técnica, infraestrutura básica (água, por exemplo) e de produção, acompanhamento e continuidade dos projetos; envelhecimentos dos titulares e evasão dos jovens.
Relação com a sustentabilidade: Estratégias de desenvolvimento e integração da comunidade local nas ações de conservação ambiental. Metodologia: Pesquisa qualitativa (caderno de campo, entrevistas, grupo focal, Análise de Conteúdo e de Discurso)	
FIGUEIREDO (2020) – DESENVOLVIMENTO RURAL POR MEIO DA COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO NO INSTITUTO CHÃO	
Conclusões/considerações do trabalho	Potencialidades/ Fragilidades
Um dos gargalos apontados nos trabalhos, de maneira geral, refere-se a dificuldade que	Potencialidades: Aumento na diversidade de cultivos, aumento da renda familiar,

algumas famílias possuem de escoar a sua produção. Figueiredo (2020) analisa essa questão da comercialização a partir de um estudo de caso, na relação estabelecida entre o Instituto Chão e agricultores dos assentamentos de Iperó (SP) e de Cristina (MG). O Instituto Chão é uma entidade sem fins lucrativos, que atua dentro dos princípios de Economia Solidária, norteada por princípios de autogestão, confiança, solidariedade, cooperativismo e transparência.	investimentos nos lotes, incentivo para produção orgânica. Fragilidades: Falta de infraestrutura para atendimento da demanda, assistência técnica
Relação com a sustentabilidade: Formas de incentivo à produção agroecológica a partir de canais de comercialização alternativos, promovendo o desenvolvimento local/ regional. Metodologia: Qualiquantitativa (estudo de caso, entrevistas semiestruturadas).	

fonte: autoria própria (2021)

A partir da tabela acima, a contribuição dos trabalhos é significativa, tanto para entender as relações sociais e organizacionais nos assentamentos, quanto para a produção de ferramentas metodológicas de avaliação e monitoramento das práticas agroecológicas nos assentamentos.

No entanto, a questão da contribuição pode ter um entendimento diferente, na visão dos diferentes atores envolvidos. Conforme uma observação feita no trabalho de Oliveira realizado em 2016 (anexo III, p.134), dentro de uma categoria identificada como “ameaças” levantadas em sua pesquisa, ele identifica uma questão: “Retorno das pesquisas realizadas”.

Não há uma descrição do que seria exatamente essa referência, mas possivelmente essa questão tenha sido levantada em uma das oficinas realizadas junto aos agricultores e agricultoras. Embora haja uma certa subjetividade na interpretação do que seria “retorno das pesquisas” e de qual tipo de pesquisas a observação se refere, se deduz que seja em relação as pesquisas realizadas por universidades no âmbito dos assentamentos. Nesse sentido, caberia ponderar também qual seria a visão e o papel dos diferentes atores envolvidos (agricultores, universidade) sobre o que se espera como “retorno das pesquisas”. Na visão do agricultor, por exemplo, pode ser algo no sentido mais prático, algo semelhante a assistência técnica, algo que lhe dê como resultado algum retorno monetário a curto

ou a médio prazo. Talvez essa seja uma questão para ser pesquisada, afinal fica mais fácil direcionar as ações quando todos os envolvidos têm entendimento sobre os seus papéis, funções e objetivos.

A partir dos trabalhos, conclui-se então que os assentamentos tem uma grande relevância para a agricultura familiar do município, tanto que todos os trabalhos que compõem a análise dessa pesquisa foram realizados junto a população, e dentro do espaço dos assentamentos. Assim, as impressões que se possa ter sobre a agricultura familiar no município, tem uma peculiaridade, que reflete as características de formação de um território camponês nos assentamentos.

Sobre a questão da reforma agrária e assentamentos, chama a atenção uma observação feita nos trabalhos de Souza (2006) e Oliveira (2016), onde é comentado que após a criação dos assentamentos e divisão dos lotes, há um enfraquecimento nas relações dos grupos e gradativamente um menor envolvimento comunitário.

Essa é uma observação interessante, a partir da qual podem ser suscitadas algumas reflexões. A divisão dos lotes reforça o individualismo e o sentimento de propriedade privada, dentro de uma lógica capitalista? Seria esse um dos entraves para o desenvolvimento territorial que norteia a ideologia socialista do MST nos assentamentos e isso se aplicaria aos assentamentos de Iperó?

Em um estudo feito por Cattelan; Moraes (2018), também é feita essa constatação, de que há um enfraquecimento da noção do coletivo após a divisão dos lotes. Os autores (as) também concluem que a maioria dos assentados não tem conhecimento sobre as teorias do socialismo, simbologias do MST e da questão agrária, mas muitos adotam práticas de produção apreendidas com o MST, como a produção agroecológica, por exemplo. Nesse sentido, poderia ser levantada a hipótese de que a falta de um conhecimento teórico (pelo viés do socialismo) dos assentados contribuiria para o enfraquecimento nas relações e envolvimento comunitário (unificação) nos assentamentos após a divisão dos lotes.

Possíveis conclusões para a questão do enfraquecimento das relações nos assentamentos podem ser atribuídas a:

- A motivação para a adesão ao movimento de luta pela terra parte de objetivos e projetos individuais (ainda que envolvam a família), expressadas em palavras comuns nos discursos dos assentados (sonho, casa, lote, terra, trabalho,

autonomia, segurança, etc.). São projetos que os assentados não veem possibilidade de realizar dentro da cidade.

- A busca pelo sonho, de ter algo “seu” se materializa na consolidação do assentamento e “divisão dos lotes”. Essa motivação, a busca pela propriedade individual dos lotes (privada) reflete uma condição do sistema capitalista, no qual todos estão inseridos e pode constituir uma das dificuldades para promover o desenvolvimento nos assentamentos.
- O lote traz a sensação de segurança, de ter uma casa e uma produção mínima para subsistência, mas em alguns casos não garante a autonomia preconizada nos discursos dos assentados, já que, contraditoriamente, alguns recorrem ao trabalho assalariado na cidade, por não conseguirem se manter com o trabalho no lote. Nesse aspecto se reflete a ausência de políticas públicas e a força das representações do capitalismo sobre o direcionamento nas decisões do estado.
- A heterogeneidade, trajetória e interesses pessoais de cada um contribui para uma organização por afinidades.

Uma alternativa que pode ser considerada, para tentar unificar e retomar o sentimento de coletividade, seria trabalhar essas questões através das abordagens participativas dadas pela agroecologia, uma vez observado a importância da agroecologia para os assentamentos em concomitância com a conservação ambiental da Flona. Nesse sentido, também a Flona deveria contemplar/ ampliar ações junto a população dos assentamentos, considerando que a existência dos assentamentos constitui até mesmo uma condição que limita o estabelecimento de outras atividades no entorno que poderiam ser mais impactantes e nocivas para a UC.

Sobre o deslocamento dos assentados em busca de mão de obra externa ao lote, isso se dá também em função da proximidade dos assentamentos com a cidade. Por outro lado, a proximidade com a área urbana também representa uma vantagem para esses agricultores em termos de facilidade e possibilidades para comercialização, embora isso seja relativo e dependa da percepção e da forma como os agricultores se organizam para escoar a produção.

Porém, conclui-se que a questão da comercialização ainda é uma das principais fragilidades nos assentamentos. Pelos relatos apresentados nos trabalhos, isso está atrelado as diferentes realidades existentes entre os assentados, em termos

de composição familiar, produção, escolaridade e, também em termos de geração de renda, embora sobre esse último aspecto não se tenha dados para confirmação.

Algumas famílias tem conseguido se estruturar dentro de suas limitações no decorrer do tempo, investindo na produção do lote e em diferentes formas de comercialização, implementos, etc. Outros agricultores demonstram certa insatisfação, por não conseguirem estabelecer no lote a sua principal fonte de renda.

Sobre isso, pode-se fazer uma relação que, famílias com uma composição maior de integrantes tem uma maior possibilidade de estruturar e planejar sua produção em termos de volume e mão de obra.

Assim, observando as relações referentes ao escoamento da produção, pode-se inferir que:

- Os mercados institucionais possibilitam aos agricultores ter um planejamento da produção, com garantia de escoamento e renda. Porém, isso gera uma maior dependência de políticas públicas, que por sua vez são incertas com as mudanças de governo.
- Outras alternativas de comercialização adotadas pelos agricultores, geram autonomia, porém, pelo que se observa, é um mercado específico aos que produzem alimentos orgânicos/ agroecológicos, o que ainda não é uma realidade comum no assentamento.
- A venda direta para atravessadores impacta no preço e a venda direta em bairros e em feiras livres, apresentam dificuldades de deslocamento e impactam na renda final, além de gerar custos e demandar tempo extra dos agricultores.

A capacidade de articulação e organização dos agricultores, e o acesso a conhecimentos e técnicas de cultivo é outro fator que impacta na forma como a unidade familiar se organiza para produzir.

Sobre esse aspecto, a assistência técnica é um problema apontado pelos agricultores, principalmente para os agricultores que buscam, ou os que desistiram de adotar a produção agroecológica em seus lotes. Assim, devido a esses dois problemas (mão de obra e assistência técnica), alguns agricultores optam pelo sistema convencional de cultivo, ou sistemas mistos.

Em 2006, Souza afirmou que a adoção de sistemas mistos ocorria devido aos agricultores não serem capitalizados o suficiente para adquirir insumos e (fertilizantes e agrotóxicos) convencionais. Atualmente, 14 anos depois, não é possível considerar essa afirmação como verdadeira e seria necessário levantar essa informação em uma nova pesquisa. Atualmente poderia se considerar a hipótese que muitos optam por sistemas mistos por não conseguirem realizar integralmente a transição de seus lotes para produção agroecológica.

Sobre as formas de organização dos agricultores nos assentamentos, nota-se uma evolução desde os trabalhos de Souza (2006) e Castro (2007), até os trabalhos de Almeida (2020). A criação de grupos de certificação orgânica, cooperativas e associações, parcerias com grupos da sociedade civil para comercialização da produção tem garantido renda para os agricultores, já que programas que garantiam mercados institucionais como o PAA sofreram cortes nos últimos governos. Porém, o grande número de grupos e cooperativas existentes nos assentamentos (isso não fica bem claro nos trabalhos, mas há indicativos que isso ocorra), ao mesmo tempo que representa um aspecto positivo de articulação dos agricultores, evidencia também uma dificuldade de unificação em torno de uma necessidade comum das famílias, corroborando com a observação de enfraquecimento do espírito coletivo.

Em termos de produção, tipos de cultivos adotados pelos agricultores dos assentamentos Ipanema e Horto Bela Vista, há os que praticam a agricultura agroecológica, a agricultura convencional e os que praticam cultivos mistos ou estão em processo de transição.

A partir de impressões colhidas nos trabalhos, pode-se levantar a hipótese que, agricultores que praticam a agricultura agroecológica tem um leque maior de possibilidades de escoamento de sua produção, já que se evidencia uma ênfase para produção agroecológica no assentamento com o surgimento de meios alternativos para comercialização.

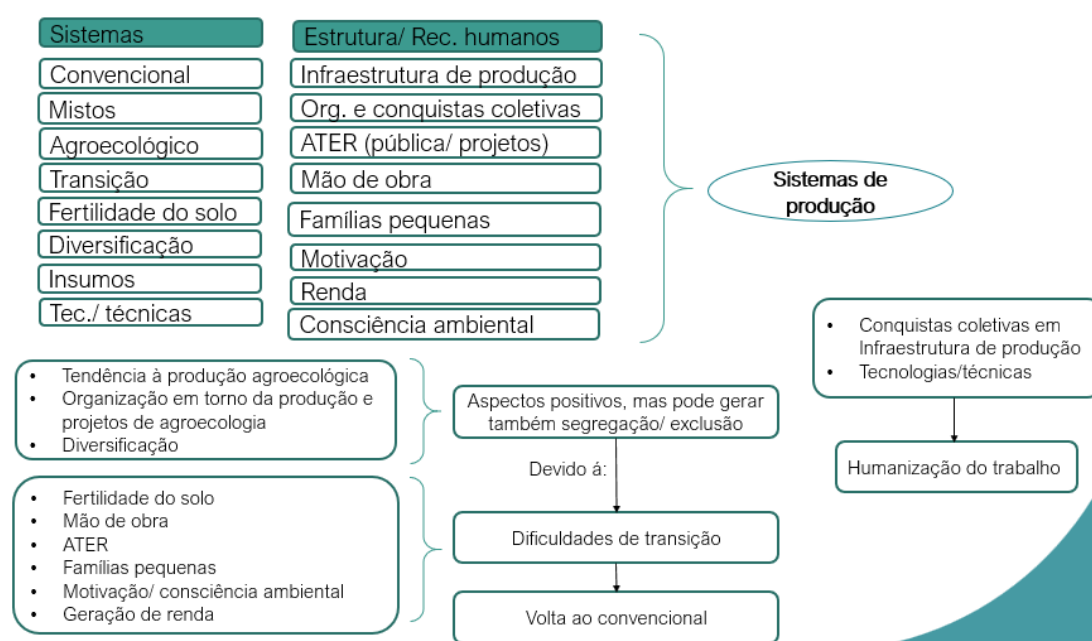
Os meios pelos quais é feito o escoamento de produção desses agricultores incluem canais de comercialização diversos, como a venda direta para grupos como a CSA Sorocaba, associações como o Grupo Terra Viva e o Instituto Chão que comercializam dentro da lógica da economia solidária e oferecem a esses agricultores (conforme preconizado) um preço melhor para seus produtos, uma garantia quanto a

destinação da produção e consequentemente melhoria nas condições de renda e trabalho.

Para os agricultores que comercializam por meio desses canais, ainda há necessidade de infraestrutura adequada para conseguirem atender a demanda, mas muitos já conseguiram diversificar a produção e aumentar a renda familiar, afirmação contida no trabalho de Almeida (2020).

Partindo do conceito de sustentabilidade, relacionando-se as práticas agroecológicas pelos agricultores dos assentamentos a melhores possibilidades de mercado, melhores condições de trabalho e geração de renda, é possível concluir que a agroecologia representa a melhor opção para a conservação ambiental nos assentamentos de Iperó. No entanto, se observa uma fragilidade no processo de transição agroecológica e mesmo uma significativa desistência de algumas famílias em prosseguir por esse viés, o que poderia gerar também um processo de exclusão e segregação dentro do assentamento. Seria necessário rever e refletir sobre a abordagem da “extensão agroecológica” entre as famílias dos assentamentos. A imagem a seguir representa uma síntese dos aspectos envolvidos relacionado a produção nos assentamentos.

Figura 30: Relações e características envolvidas na produção



Fonte: Autoria própria (2021)

No caso dos assentamentos de Iperó, considerando a coexistência com a Flona de Ipanema, essa condição poderá ser considerada cada vez menos conflitante se práticas de cultivo que consideram os processos ecológicos de conservação do solo, da água e outros recursos estiverem inseridas nas práticas dos agricultores.

Essa relação poderá ser melhorada a partir de uma maior percepção dos agricultores sobre os serviços ecossistêmicos vinculados a Flona e de suas próprias práticas de cultivo, de acordo com os trabalhos de Buquera (2015) e de Bejarano (2020). Em contrapartida, cabe também a Flona considerar essa realidade dos assentamentos e promover cada vez mais ações que contemplem os assentados, no sentido da conservação ambiental da unidade e do seu entorno.

Sobre a conservação ambiental associada as práticas de manejo e cultivo agroecológico, um dos aspectos de maior importância e que pode ser considerado uma fragilidade/ dificuldade dos assentados é a recuperação e conservação da fertilidade do solo. Esse é um dos desafios impostos aos agricultores, pois as áreas destinadas para os assentamentos são áreas de solo degradado, empobrecido.

Restaurar a fertilidade desses solos, e garantir a sua fertilidade ao longo do tempo a partir de processos ecológicos naturais demanda tempo e planejamento. Isso inclui conhecimento técnico, pois apesar dos agricultores deterem conhecimentos sobre práticas de cultivo tradicionais, adotar a agroecologia requer conhecimentos interdisciplinares e uma mudança de paradigma no modelo atual de produção.

Sobre esse aspecto, há também uma dificuldade a respeito da continuidade dos projetos que são desenvolvidos nos assentamentos. São apontadas dificuldades nas diferentes fases dos projetos, mas uma delas refere-se ao acompanhamento dos agricultores que recebem recursos para implantarem e manterem as práticas agroecológicas (SAFs) nos agroecossistemas ao longo do tempo. Isso decorre por vários fatores, entre esses a mão de obra e assistência técnica.

Mas percebe-se também que, salvo os casos em que limitações de mão de obra e limitações físicas impostas pelo meio (como disponibilidade de água, queimadas, geadas), os resultados dependem também da disposição (vontade e motivação) do agricultor em dedicar-se aos plantios.

Uma conclusão que pode ser tirada a partir disso é que a “conscientização” dos agricultores nesse sentido também conta muito como fator motivacional.

Aos que dão continuidade aos projetos agroflorestais (SAFs) em seus lotes, esses se mostram motivados e satisfeitos pelo fato de conseguirem produzir alimentos livres de produtos químicos, tanto para autoconsumo como para comercialização, por terem consciência das implicações que isso tem para a saúde da família e para o meio ambiente. No entanto, é preciso considerar e reavaliar a abordagem que está sendo feita para a implantação desses projetos de extensão rural, levando em conta os resultados obtidos (baixo desenvolvimento dos SAFs), as adesões, desistências e as dificuldades relatadas pelas famílias.

A adoção da agroecologia pelos agricultores também deve contemplar o acesso a tecnologias que os auxiliem no processo de produção.

A aquisição de um trator pela cooperativa, conquista coletiva com o qual os agricultores realizam a gradagem do solo, pode contrastar com o que seria considerado como prática adequada, seja dentro da perspectiva de práticas agroecológicas, ou pelo uso de energia, baseada em combustíveis fósseis.

No entanto, para os agricultores isso significou um ganho, como um dos jovens entrevistados no trabalho de Steyer (2020) se refere, em termos de “humanização do trabalho”. É interessante o uso desse termo nesse contexto, de como o uso das máquinas pode significar a humanização de uma determinada atividade humana, o que por convenção pode parecer contraditório.

Como exemplo, uma das jovens entrevistadas por Steyer menciona o relato de vida de sua vó e de como essa se refere ao trabalho no campo, como algo carregado de sofrimento e sacrifício. Essa carga histórica transmitida oralmente para os jovens, provavelmente provoca nesses jovens um sentimento e uma urgência de trilhar uma trajetória diferente, seja no campo ou na cidade. E nesse sentido, as condições no campo são limitantes em diversos aspectos e se tornam menos atrativas para permanência dos jovens.

No trabalho de Castro (2007), a questão do “estudo” é um elemento que aparece no contexto das falas dos agricultores mais idosos, que não tiveram acesso aos estudos e que de certa forma atribuem a isso os percalços em suas trajetórias. Na fala dos mais jovens, o estudo abre possibilidades de construir trajetórias diferentes, não necessariamente como agricultores no campo, e quando há o desejo de permanecer no campo, o estudo abre a possibilidade e a vontade de atuar na

agricultura sobre uma perspectiva mais administrativa, na elaboração de projetos, por exemplo. Essa é uma constatação feita no trabalho de Steyer (2019).

Nesses casos, pode-se deduzir que esse desejo dos jovens tem o papel de suprir uma necessidade dos mais idosos, que não tiveram a oportunidade de estudar. Esses, veem também a possibilidade de que com os estudos, os filhos possam ter outras oportunidades que eles próprios não tiveram. Por outro lado, há também a afirmação por parte de alguns de que os jovens não se interessam mais pelo trabalho no campo. No entanto, há de se considerar as dificuldades do campo, a falta de reconhecimento pelo trabalho no meio rural e mesmo o preconceito da sociedade, captado na percepção desses jovens.

Assim, uma conclusão que se pode extrair a partir da análise dos trabalhos, sintetizando o conjunto de causas que poderiam estar ocasionando o êxodo de jovens do campo, dentro da realidade de Iperó, seria: dificuldade de se manter no campo em função da geração de renda; falta de infraestrutura social; a visão transmitida ou a constatação pelos mesmos que o trabalho no campo é penoso e pouco valorizado pela sociedade; que o estudo abre a possibilidade de atuar em outras áreas, excluindo a limitação e única opção de que sejam somente agricultores; as oportunidades de trabalho em outras áreas dadas em função da proximidade com a cidade. Daí decorre também uma fragilidade observada nos assentamentos de Iperó e que pode também impactar nesse fenômeno de êxodo dos jovens, que é a ausência de uma educação contextualizada ao meio rural, que valorize e reconheça os aspectos socioculturais da realidade dessas famílias.

Sobre a questão de mão de obra, enfatizando também a necessidade de tornar o trabalho no campo menos penoso, é natural que a utilização de determinados implementos ou um equipamento como um trator facilite as atividades dos agricultores. A questão é estabelecer uma consciência de como o uso pode ser feito, de acordo com as práticas agroecológicas e de forma eficiente.

Ainda sobre a questão de mão de obra, chama à atenção um trecho no texto de Steyer (2020), onde os agricultores citam como dificuldade e ao mesmo tempo como resolução para a falta de mão de obra, a “contratação de mão de obra”. Se nota então uma contradição nas relações de trabalho, reproduzindo um senso comum do sistema capitalista. Daí se conclui também que há um enfraquecimento das relações sociais e noção de coletividade nos assentamentos, pois esse problema tem uma

resolução individualista, que poderia por exemplo ser resolvido através de mutirões, se houvesse uma integração e organização nesse sentido.

Sobre a questão de sustentabilidade energética e do uso de combustíveis fósseis por maquinário agrícola, um dos trabalhos que utilizou a aplicação de indicadores para medir a eficiência de diferentes modelos de cultivo, concluiu que um dos sistemas que demonstrou uma maior sustentabilidade ecológica foi justamente o sistema que utilizou menos insumos de origem do petróleo no processo produtivo, e que no caso utilizava mais mão de obra e tração animal para as atividades de cultivo. Nesse caso, considerando como ganho o uso de energia humana e animal (força de trabalho), sem considerar a questão do bem estar humano e animal nas atividades de cultivo, esse poderia ser considerado um modelo bem sucedido? Se assim for, não seria incorrer no mesmo erro dos que avaliam o desenvolvimento apenas por um viés econômico?

Então, considerando que uma menor dependência de insumos externos a propriedade é uma condição almejada para a sustentabilidade e autossuficiência da unidade de produção familiar, como alcançar o equilíbrio entre utilizar práticas de cultivo que garantam os processos ecológicos do agroecossistema, que considere a humanização do trabalho (não somente restrito ao não uso de agrotóxicos/fertilizantes químicos), a não exploração dos animais, tudo isso em consonância com a conservação ambiental? Dentro de um contexto geral, esse é um dos desafios que se colocam dentro do campo científico acadêmico, o de desenvolver tecnologias que facilitem as condições de trabalho dos agricultores, o bem estar animal e que conciliem a conservação dos recursos naturais.

E sobre isso podemos entender que o reconhecimento por parte da sociedade dado a agricultura familiar, não deve ser somente a partir de uma relação de consumo, ao enaltecer aspectos da alimentação saudável e de proteção do meio ambiente, mas deve considerar também as condições de trabalho e de vida no campo. Para que haja uma transformação nesse sentido é necessário que se desenvolva também um senso crítico nos consumidores, que englobe também uma consciência política, além da dimensão social, ambiental e econômica.

Conforme observado por Steyer (2019) e Bejarano (2020), os assentamentos de Iperó ainda carecem de infraestrutura básica com relação a saúde, transporte, água, saneamento, etc. Ao considerar a dimensão do que deve ser contemplado para

uma efetiva reforma agrária, não meramente como política de distribuição de terra, há muito ainda a ser feito para que os assentamentos reflitam essa dimensão.

A organização a partir de grupos, cooperativas, associações e institutos tem sido a estratégia adotada nos assentamentos e por atores da sociedade civil para o fortalecimento da agricultura familiar na região, e é uma alternativa para fugir da lógica convencional de mercado e reduzir a dependência de programas institucionais do governo. Porém, cortes abruptos em programas como o PAA afetaram o planejamento de produção dessas famílias e não consideraram um tempo de transição, nem um planejamento para que esses agricultores pudessem se estruturar por outros meios. É um dever do estado atuar e garantir, por meio de ações governamentais, maiores possibilidades e condições para os agricultores familiares, já que esse respaldo é dado para outros setores, como o agronegócio, por exemplo.

É necessário também uma ressignificação da visão da Flona em relação aos assentamentos, contemplando os aspectos sociais envolvidos na conservação ambiental da UC. As frentes de atuação da universidade têm dado sua contribuição, que pode ser ampliada e aperfeiçoada cada vez mais, por meio dos projetos de extensão participativos, ou por meio de realização de pesquisas de natureza técnica/tecnológica, também fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar.

IV. 4 Considerações finais

Constatou-se que a produção acadêmica foi realizada por 4 universidades públicas (UFSCar, UNICAMP, USP e UNESP), sendo mais expressiva a participação da UFSCar.

As tendências observadas nos trabalhos, levantadas nas etapas de Análise de Conteúdo, são representadas por 3 categorias temáticas principais, que fornecem uma ideia da abordagem dada pelos autores: Reforma agrária e assentamento (narrativas e interpretações sobre a realidade dos assentamentos a partir de fatos históricos, descrições das relações, dificuldades e contradições na construção desse território, com um viés mais sociológico); Agroecologia e conservação ambiental (identificação de aspectos relacionados aos tipos de cultivo e avaliação sobre a conscientização e percepção dos agricultores e suas práticas de produção);

Escoamento da produção (limitações e meios pelos quais é realizada a comercialização da produção nos assentamentos).

Pode-se concluir que a contribuição dos trabalhos é significativa e permitiu identificar as principais características da agricultura familiar no município, porém, dentro de um escopo específico delimitado pelos assentamentos de reforma agrária. A contribuição, observando uma tendência dos trabalhos, é feita majoritariamente pelo viés da agroecologia, através de uma abordagem técnica (elaboração de índices e indicadores, por exemplo), e abordagem social, com destaque para a aplicação de técnicas de pesquisa-ação-participativa, onde há um envolvimento maior dos pesquisadores como sujeitos ativos dentro da realidade dos assentamentos.

Dentre as fragilidades existentes, ressalta-se a dificuldade de transição agroecológica, que apesar de ser uma potencialidade para os assentamentos, deve ser trabalhada considerando as dificuldades e as diferentes realidades apresentadas pelas famílias agricultoras. Assim, de maneira geral, as principais dificuldades dizem respeito a infraestrutura de produção (assistência técnica, recursos, tecnologias, mão de obra, recuperação da fertilidade do solo, descontinuidade dos projetos nos assentamentos, etc.) dificuldades de comercialização (deslocamento, precificação, capacidade de planejamento e articulação da família, corte em políticas públicas) infraestrutura social (transporte público, conservação das vias, educação descontextualizada, saneamento), organização social (enfraquecimento do espírito de coletividade e segregação em grupos).

Sintetizando, dentro das potencialidades, há potencial para aumento da produção agroecológica diversificada, com à adesão de mais agricultores, de forma a reduzir dependências de insumos externos, contribuir para a saúde dos agricultores, para a conservação ambiental dos assentamentos e da Flona. Há também um potencial de ampliação de mercados para a comercialização da produção das famílias, que pode ser facilitada com a proximidade da cidade e com a possibilidades de escoamento da produção por meio de parcerias e canais alternativos de comercialização, além dos mercados institucionais.

Com base nas fragilidades e potencialidades observadas, levantam-se algumas questões (lacunas) que podem ser aprofundadas em pesquisas futuras (teórico e práticas): a) como retomar e fortalecer o espírito de coletividade nos assentamentos com vistas a superação dos problemas comuns na realidade das

famílias; b) como estimular a permanência dos jovens no campo; c) Como apresentar a agroecologia para as famílias e quais as abordagens para a “extensão agroecológica”, necessárias para garantir a transição agroecológica nos assentamentos; d) como aperfeiçoar as técnicas produtivas com menor dependência de recursos não renováveis em consonância com o bem estar humano e animal; e) como garantir renda e meios para os agricultores familiares permanecerem no campo; f) como promover a conscientização e educação ambiental dos indivíduos, a partir da realidade dos assentamentos; g) como abordar a conscientização dos consumidores e sensibilizá-los para as questões envolvidas nas relações de produção e consumo. Ainda como lacuna, e considerando as limitações do presente trabalho, a partir dos trabalhos analisados não foi possível ter uma ideia precisa do número de agricultores que praticam a agroecologia e nem do volume preciso ou aproximado da produção dos assentamentos.

Em relação as contribuições e possíveis formas de atuação dentro dessas lacunas, a abordagem dada pela agroecologia pode contemplar todos esses aspectos. Porém, devem ser revistas as ações e abordagens a serem utilizadas em trabalhos futuros, objetivando superar as dificuldades de transição agroecológica, por meio das atividades de extensão rural e “Metodologias participativas”. Quanto ao desenvolvimento de tecnologias agrícolas, a universidade pode contribuir também com a integração de saberes das diversas áreas acadêmicas para a realização de pesquisas que produzam soluções tecnológicas e sustentáveis (que facilitem o trabalho no campo), acessíveis para as famílias agricultoras.

Parcerias com entidades da sociedade civil (a exemplo do que já vem acontecendo) são um viés possível de ser ampliado, visando melhorar a questão da comercialização e renda das famílias. Porém, também é necessário a presença do poder público, no desenvolvimento de políticas públicas que considerem a realidade dos assentamentos (infraestrutura), integrando a sociedade nesse processo e que promovam ao mesmo tempo a autonomia das famílias. Assim, para atuar dentro das lacunas existentes nos assentamentos de Iperó, as ações e propostas devem ser pensadas a partir dos sujeitos envolvidos no processo: famílias agricultoras, Flona, universidades, grupos da sociedade civil e poder público.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Mariane Rodrigues Volz de; Kocourek, Sheila; Oliveira, Jairo Luz de; Rodrigues, Adriano Correia. Desenvolvimento regional e a contribuição universitária: uma análise das publicações nacionais e internacionais de 2008 a 2016. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 305-316, abr. 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1518-70122020000200305&script=sci_abstract&lng=en. Acesso em: 11 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i1.1952>.
- ALMEIDA, Fernando Freitas de. **As estratégias de resistência camponesa no lote mãe terra do assentamento Horto Bela Vista de Iperó (SP)**. Orientador: Neusa de Fátima Mariano. 2019, 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12213/TEXT0%20FINAL%20corrig.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 ago. 2020.
- ALMEIDA, Luís Carlos Ferreira de. **Avaliação energética econômica da cultura do milho em assentamento rural, Iperó-SP**. Orientador: Osmar de Carvalho Bueno. 2007. 133 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Faculdade de Ciências Agrônomicas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Botucatu, 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101897/almeida_lcf_dr_botfca.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 ago. 2020.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 400 p. 1998.
- ALTIERI, Miguel. Dimensiones éticas de la crítica agroecológica a la biotecnología agrícola. **Acta Bioethica**, [s. l], ano IX. n. 1, p. 47-61, 2003. Disponível em: <https://scielo.conicyt.cl/pdf/abioeth/v9n1/art05.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- ARAÚJO, Thaise de Sousa. Proclamação da República : A instalação do novo regime político no brasil : **Revista Humanares**, v 1. n. 1, p. 41 - 50, 2019. Disponível em: <https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/9/1>. Acesso em: 21 jul. 2020
- AVILA, João Eduardo Tombi de. **Caminhos para transição agroecológica: um estudo com uma família do assentamento Ipanema, Iperó (SP)**. Orientadora: Maria Leonor R. C. Lopes Assad. 2012. 128 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 128f. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/130/4585.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 ago. 2020.
- AYOUB, D. A ausência da guerra, histórias do contestado através da fuga, do território e da religiosidade. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais, UNICAMP**, v.8, n. 1, 149-178, mar. 2014. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1744/1160>. Acesso em 3 set. 2020.

BAHNIUK, Caroline; VENDRAMINI, Célia Regina. Escola e estratégia política na atualidade do MST. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 2, p. 5-27, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/16997/13053>. Acesso em: 18 Jan. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v8i2.16997>

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em: <https://www.ets.ufpb.br/pdf/2013/2%20Metodos%20quantitativ%20e%20qualitativ%20%20IFES/Bauman,%20Bourdieu,%20Elias/Livros%20de%20Metodologia/Bardin%20-%201977%20-%20An%C3%A1lise%20de%20Conte%C3%BAdo.pdf> . Acesso em: 29 ago. 2020.

BARONE, Luís Antonio; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Reforma agrária no Brasil do século XXI: bloqueios e ressignificações. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 24- 41. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

BEJARANO, Nancy Vanessa Arteaga. **Percepción de servicios ecosistémicos por agricultores familiares como herramienta de conservación**. Orientadora: Fátima C.M. Piña-Rodrigues. 2020. 52 f. Dissertação (Mestrado en Planificación y uso de Recursos Renovables) - Centro de Ciências e Tecnologia para a Sustentabilidade, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12310/Dissertacao_NancyV_Arteaga_versaofinal.pdf?sequence=1. Acesso em: 5 ago. 2020.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD). Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/brasilOpen>. Acesso em: 5 ago. 2020.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões do. A construção do discurso agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 645-660, Dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 Jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400002>.

BRANCO, Cícero Santos. **Análise da transição agroecológica em propriedades rurais do entorno da Floresta Nacional de Ipanema, Iperó, SP**. Orientador: Marcelo Nivert Schlindwein. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras/ SP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/157/5436.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 ago. 2020.

BRANDENBURG, Alfio. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 150-167. Disponível em: <https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

BRASIL. Decreto nº. 7.794 de 07 de maio de 2012. Declara a revogação, para fins do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, de decretos normativos. Brasília, DF. Presidência da República, [2012]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n%C2%BA-9.784-de-7-de-maio-de-2019-87309241>. Acesso em 10 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF. Presidência da República, [2012]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2012/decreto-7794-20-agosto-2012-774041-norma-pe.html>. Acesso em 10 out. 2020.

BRASIL. Decreto n. Decreto nº 53.700, de 13 de março de 1964. Declara de interesse social para fins de desapropriação as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos exclusivos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem, atualmente inexploradas ou exploradas contrariamente à função social da propriedade, e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, [1964]. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53700-13-marco-1964-393661-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Decreto nº 530, de 20 de maio de 1992. Cria a Floresta Nacional de Ipanema. Brasília, DF. Presidência da República, [1964]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-530-20-maio-1992-343169-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF. Presidência da República, [2006]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-norma-1-1-pe.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 19 de julho de 2000. Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Lei do SNUC**. Brasília, DF. Presidência da República, [2000]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9985-18-julho-2000-359708-norma-pl.html>. Acesso em: out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Brasília, DF. Presidência da República, [1950]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim601.htm. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.346 de 15 setembro de 2006.** Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, [2006]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 12 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília, DF. Presidência da República, [2010]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12188-11-janeiro-2010-600192-publicacaooriginal-122248-pl.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.048, de 24 de agosto de 2020.** Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo aos agricultores familiares do Brasil para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho). Brasília, DF. Presidência da República, [2020]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2020/lei-14048-24-agosto-2020-790565-publicacaooriginal-161358-pl.html>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BUQUERA, Rodrigo Brezolin. **A agroecologia e os serviços ecossistêmicos: um estudo de caso nos assentamentos do município de Iperó/SP.** Orientador: Fernando Silveira Franco. 2015. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal de São Carlos, Araras/SP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/7051/DissRBB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 ago. 2020.

BURD, Rafael. A consolidação de uma liderança indígena durante a revolta causada pelo Tratado de Madri: o caso de Sepé Tiaraju, entre o confronto e a negociação. **Revista História e Cultura**, v. 3, n. 2, p. 108, 2014. Disponível em: <https://periodicos.franca.unesp.br/index.php/historiaecultura/article/view/980/1200>. Acesso em: 21 jul. 2020.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo : da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179–191, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CAMPOS, Samara Cristina. **Caracterização da avifauna em áreas de transição agroecológica no assentamento Ipanema em Iperó-SP**. Orientador: Fernando Silveira Franco. 2017. 79 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras/ SP, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/9604/CAMPOS_Samara_2017.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 5 ago. 2020.

CANATELLI, Sandro. A história de Iperó. **Prefeitura de Iperó**, Iperó, 2020. Disponível em: <http://www.ipero.sp.gov.br/nossa-historia/>. Acesso em: 10 out. 2020.

CAPORAL, Francisco Roberto; PETERSEN, Paulo. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: O caso do Brasil. **Agroecologia**, vol.6, 63-74, 2012. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160681>. Acesso em 10 jan. 2021.

CARVALHO, Ananda de; DAVID, Cesar de. Políticas públicas para o campo e desenvolvimento rural sustentável. **Geo Uerj**, [s. l], n. 22, v. 1, p. 1-15, 1º sem. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Josiana/Downloads/2071-7720-1-PB.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de ; CUNHA, Sebastião Ferreira da. ; MOLINA, Wagner de Souza Leite. Mercados institucionais e assentamentos rurais: um estudo de caso. *In*: IX Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, 2014. **Anais [...]**, Cidade do México. 2014.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Economia Agrária. Rio de Janeiro: Volume único. **Fundação CECIERJ**, 246 p. 2015.

CARVALHO, Joelson Gonçalves de ; NETO, Luiz Bezerra. Poder extraeconômico da terra e movimentos sociais campestres : a luta pela democratização fundiária no Brasil. **Educação em Perspectiva**, v. 7, n. 2, dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6887>. Acesso em: 25 ago.2020.

CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater. Texto para discussão - **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**, v. 1, p. 48, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8114/1/td_2343.PDF. Acesso em 20 jun. 2020.

CASTRO, Eduardo. Aspectos da Relação Cidade-Campo: O Assentamento Ipanema. *In*: **Anais [...]** São Paulo. USP, 2005. Universidade de São Paulo. p. 3216–3228, 2005. Disponível em: <http://docplayer.com.br/42939104-Aspectos-da-relacao-cidade-campo-o-assentamento-ipanema.html>. Acesso em: 17 set. 2020.

CASTRO, Eduardo. **O significado do Trabalho na constituição da territorialidade dos assentados da Fazenda Ipanema- SP**. Orientador: Martha Inez Medeiros Marques. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, 2007.

Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06052008-114916/publico/DISSERTACAO_EDUARDO_CASTRO.pdf. Acesso em: 5 ago. 2020.

Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, 2020. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de. MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR. **Rev. Nera**, Presidente Prudente, v. 21, n. 41, p. 12-38. Jan. - Abr. 2018. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5004/4190>. Acesso em: 05 jan. 2021

CAVALCANTE, Leandro Vieira. Agronegócio , questão agrária e território no Brasil : notas breves. **Boletim DATALUTA n. 141**. set. 2019. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/9artigodomes_2019.pdf. Acesso em: Jun. 2020.

COSME, Claudemir Martins. A burguesia latifundista não abre mão do monopólio da terra no Brasil: a perpetuação da concentração fundiária revelada pelo censo agropecuário 2017. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 1, p. 84-109, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/7336>. Acesso em: Jun. 2020. <http://dx.doi.org/10.33026/peg.v21i1.7336>

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. *et al.* Agroecologia no Brasil - 1970 a 2015. **Agroecologia** , v.10, n. 2 , p. 63-75. 2015. Disponível em: <https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/300831>. acesso em: 03 de jan. 2021.

COSTA, Carla. Cronologia resumida da Guerra de Canudos. **Museu da República IBRAM / MinC**. 64 p. out.2017. Disponível em: <http://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/CronoCanudos.pdf>. Acesso em 20 jun. 2020.

COUTINHO, Júlia Lara Roque; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Estrutura fundiária e cidadania: a questão da terra no Brasil. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. UFMA. p. 1–12, 2015. Disponível em: <http://imjedu.com.br/documents/estrutura-fundiaria-e-cidadania-a-questao-da-terra-no-brasil.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

CUNHA, S. F da. ; CARVALHO, Joelson Gonçalves de. Das políticas públicas para a agricultura à consolidação do agronegócio: uma análise a partir dos sistemas de crédito e de financiamento brasileiros. In: **Anais do IX Congresso Latinoamericano de Sociología Rural**, 2014.

DALMAGRO, Luciana Dalmagro; VENDRAMINI, Célia Regina. O trabalho no campo e no contexto do MST. **Motrividência**, ano XX, n. 35, p. 130-146, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2010v22n35p130/18088>. Acesso em: 05 Jan. 2021. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2010v22n35p130>

DELGADO, Guilherme Costa. Questão agrária hoje. *In*: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 12 - 23. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/agricultura/agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-do-futuro/1-agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-do-futuro.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

Di MEGLIO, M. Fernanda.; HARISPE, Andres. Estrategias institucionales de "vinculacion universitária" orientadas al desarrollo local. Relexiones a partir de um estudio de caso. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande , v. 16, n. 1, p. 203-217, Jun.2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122015000100018. Acesso em: ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015117>.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), Sorocaba** , v. 20, n. 3, p. 581-60, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772015000300581&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: ago. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772015000300002>. Acesso 02 set. 2020.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 643-662, nov. 2014. Disponível em: Avaliação (Campinas), Sorocaba, v. 19, n. 3, p. 643-662, nov. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-40772014000300007>.

DORNELES, Amaro. Guerra Guaranítica, esquecido episódio do século 18. **Revista Adusp**. 43–50,2018. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/revistas/62/04.pdf>. Acesso em: nov. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, , Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. Políticas fundiárias no Brasil. Framing the Debate Series, no. 2. **ILC, Roma**, 2012. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/politicas_fundiarias_brasil-bmf_caw_ecg.pdf. Acesso em 17 jul. 2020.

FIGUEIREDO, Eduardo. **Desenvolvimento rural por meio da comercialização da agricultura familiar: um estudo de caso no Instituto Chão**. Orientador: Adriana Estela Sanjuan Montebello.2020. 132 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/12875/FIGUEIREDO_Eduardo_2020.pdf?sequence=8&isAllowed=y. Acesso em: 5 ago. 2020.

FITZ, Dylan. Evaluating the impact of market-assisted land reform in Brazil. **World Development**, v. 103, p. 255–267, march. 2018. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X17303212>. Acesso em: 18 jun. 2020.

FONTOURA, Yuna; NAVES, Flávia. Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana. **Organização & Sociedade**. Salvador, v. 23, n. 77, p. 329-347, jun. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302016000200329&lng=en&nrm=iso. Acesso em 04 jan. 2021. <https://doi.org/10.1590/1984-9230778>.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Questão agrária, conflitos e violências no campo brasileiro. **Revista Nera**, v. 22, n. 50, p. 116–134, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6611/5065>. Acesso em: 20 jul. 2020.

GONÇALVES, José Cláudio; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: a difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto-SP. **Revista Retratos de Assentamentos**, n. 13, p. 239 – 262, 2010. Disponível em: < <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/72>. Acesso em 10 ago. 2020.

GRISA, Catia. A agricultura familiar nas políticas para a agricultura familiar. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 292-313, 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/agricultura/agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-do-futuro/1-agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-do-futuro.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, n. 1, p. 125-146, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a07v52s1.pdf>. Acesso em out. 2020.

GROSSI, M. Questão ambiental, reforma agrária e agroecologia: desafios políticos ao MST. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 17, . 2, p. 17-28, jul. – dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18525>. Acesso em: 12 nov. 2020.

GUEDES, Sebastião Neto Ribeiro; FLEURY, Renato Ribeiro. Reforma agrária e concentração fundiária: uma análise de 25 anos de reforma agrária no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 7, n. 3, p. 31-44, 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2009. 777 p. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 10 out. 2019

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2019. 105 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 05 out. 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Retrato da realidade do Brasil Agrário. 2017. Disponível em: [https://contrafbrasil.org.br/system/uploads/ck/files/Apresentao-Censo-Agropecurio-2017-IBGE\(2\).pdf](https://contrafbrasil.org.br/system/uploads/ck/files/Apresentao-Censo-Agropecurio-2017-IBGE(2).pdf). Acesso em: 09 jan. 2021.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente. **Revisão do Plano de Manejo da Flona de Ipanema / 2017**. Iperó, SP: ICMBio, 2017. 306 p. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/pm_flona_de_ipanema_vol_I_diagnostico.pdf. Acesso em: 07 set. 2020.

JACOB, Luciana Buainain; ALMEIDA JUNIOR, Antônio Ribeiro de.; AZEVEDO, Maria Antônia Ramos; SPAROVEK. Gerd. A Agroecologia nos cursos de Engenharia Agrônoma: para além de desafios e dilemas curriculares. **Revista da Avaliação da Educação Superior**. Campinas. v. 21, n. 1, p. 173-198, mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v21n1/1414-4077-aval-21-01-00173.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

KÖCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis, RJ: **Editora Vozes**, 2011. Edição digital. ISBN 85.326.xxxx-x. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Atas – Investigação Qualitativa na Educação**, v. 2, p. 243–247, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>. Acesso em: 07 ago. 2020.

LARA JÚNIOR, Nadir. Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 20, n. 15, p. 156-174, jun. 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1854/1754>. Acesso em: 04 jan. 2021.

LERRER, Debora Franco. Recalque da questão agrária brasileira. 2020. **Outras Palavras**: Jornalismo de profundidade e pós-capitalismo. Disponível em: <https://outraspalavras.net/descolonizacoes/recalque-da-questao-agraria-brasileira/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

LÖWY, Michael. A mística da revolução. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p4581>. Acesso em 05 jan. 2021. <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p4581>

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 79-86, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v26n67/a06v26n67.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MARQUES MORUZZI, Paulo Eduardo; LE MOAL, Marcos Freitas; ANDRADE, Ana Gianfrancesco Freire de. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo - Agricultura de proximidade em questão. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais** - UNICAMP, v. 8, n. 1, mar. 2014. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1741>. Acesso em 11 jan. 2021.

MAZETTO, Francisco de Assis Penteado; MAIA, Haline Aparecida de Oliveira; SIMONCINI, João Batista Villas Boas. Fome oculta. **Revista Geográfica de América Central**. Costa Rica, v. 2, p. 1-17, II sem. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2434/2330>. Acesso em: 30 fev. 2021.

McGEOCH, Graham Gerald. Marxismo, mística e o MST: qual é o segredo do MST na luta pela reforma agrária no Brasil? **Revista Debates do NER**, Porto Alegre, v. 33, n. 19, p. 174-196, jan. - jul. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debatesdoner/article/view/88044>. Acesso em: 04 jan. 2021. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.88044>

PINTO, Samuel de Mello; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Redução do apoio público aos assentamentos: análise de uma resposta fundada em consumo solidário no assentamento Milton Santos. **Retratos de Assentamentos**, [s. l.], v. 22, n. 2, p. 131-146, 2019. <https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/373>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Hérick. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**, [s. l.], v. 18, n. 3, p. 7-77, set. - dez. 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5540/4172>. Acesso em: 11 dez. 2020. <https://doi.org/10.33026/peg.v18i3.5540>

NASCIMENTO, Daniel Teotonio.; JOHANN, Jerry Adriani; BASSO, Dirceu. O grau de satisfação dos agricultores familiares em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**: RPCA, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 82-107, abr. – jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11303>. Acesso em: 10 nov. 2020. <https://doi.org/10.12712/rpca.v11i2.894>.

NETO, Wilon Mazalla. **Agroecologia e processamento de alimentos em assentamentos rurais**. Orientadora: Julieta Teresa Aier de Oliveira, 2009. 108 f.

Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo/ SP, 2009. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/256947/1/MazallaNeto_Wilon_M.pdf. Acesso em: 5 ago. 2020.

NIEDERLE, Paulo André *et. al.* A trajetória brasileira de construção de políticas públicas para a agroecologia. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 270-291, jan. – abr. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13035/pdf>. Acesso em: 05 jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.17058/redes.v24i1.13035>

OLIVEIRA, Celso Lucas Fernandes. A construção histórica do agronegócio e a questão agrária. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**. Minas Gerais. v. 1, n. 1, p. 20-35, jul. – dez. 2015. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/rdaa/article/view/315/pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020.

OLIVEIRA, Franciely da Luz; CARVALHO, Aline Vieira de. A fábrica de ferro são João do Ipanema: disputas patrimoniais e constituição das políticas ambientais no Brasil. *in*: XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília, DF. p. 1–17, 2017. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548953103_3c9b0b453354166b69f4f832beefc98e.pdf. Acesso em: 05 ago. 2020.

OLIVEIRA, Franciely da Luz. **Forjando “máquina grande” nos sertões do atlântico: dimensões centro-africanas na história da exploração das minas de Ipanema e na instalação de uma real fábrica de ferro no Morro do Araçoiaba (1597-1810)**. Orientadora: Aldair Carlos Rodrigues. 2020. 274 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2020. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/346053/1/Oliveira_FrancielyDaLuz_M.pdf. Acesso em: 03 out. 2020.

OLIVEIRA, José Eduardo de. **Monitoramento participativo de sistemas agroflorestais nos assentamentos do município de Iperó - SP**. Orientador: Fernando Silveira Franco. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras/ SP, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8733/DissJEO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 5 ago. 2020.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de. Produção do conhecimento na universidade pública no Brasil: tensões, tendências e desafios. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v. 32, n. 4, p. 73-95, out.- dez. 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000400073&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 01 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698161626>.

PATTI, Carlo. O Programa Nuclear Brasileiro: Uma história oral. Editora Fundação Getúlio Vargas. 1ª Edição Digital. 270 p. 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/13733>. Acesso em: 11 set. 2020.

PETERSEN, Paulo; MONTEIRO, Denis. Agroecologia ou Colapso. 2020. **Outras Palavras**: Jornalismo de profundidade e pós-capitalismo. Disponível em: <https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/agroecologia-ou-colapso-3/>. Acesso em: 05 jan. 2021.

PINASSI, Maria Orlanda. Balanço dos 30 anos do MST. **Correio da Cidadania**. 2014. Disponível em: <https://www.correiocidadania.com.br/politica/9378-25-02-2014-balanco-dos-30-anos-do-mst>. Acesso em: 15 jan. 2021.

PRODANOV Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico. Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. edição. Nova Hamburgo. Feevale. Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 10. out.2020

PAULA, Adriano Makux de; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro; TRACZ, Caroline Aparecida Marchioro. Novo ciclo neoliberal no Brasil: Desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, v. 18, n. 1, p. 57– 88, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/4697/3716>. Acesso em: 20 jun. 2020. <https://doi.org/10.33026/peg.v18i1.4697>

Podcast: Por uma questão de classe: Lógica produtivista da ditadura miliar. [Locução de]: Joelson Gonçalves de Carvalho; Jadir Corrêa. [S.I.]: mai. 2020. *Podcast*. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/0HCN9D3mRJlZ5bzc0feve?si=XmnqScOVTiCLsrsTYbD6AQ&utm_source=whatsapp. Acesso em 01 ago. 2020.

Podcast: Por uma questão de classe: 1500-1930, um passeio pela questão econômica no Brasil: [Locução de]: Joelson Gonçalves de Carvalho; Jadir Corrêa. [S.I.]: 31 jul. 2020. *Podcast*. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/7h8OtPtW1XkaV0HnurT0DI?si=wnKctKUFQt2yL_Jm6Gz_2Q&utm_source=whatsapp. Acesso em: 01 ago. 2020.

QUEIRÓS, Margarida. Questões para uma Agenda Contemporânea do Desenvolvimento Sustentável. **Revista da Faculdade de Letras da UP- Geografia**. Série 1, v. XIX, p. 331–343, 2003. Disponível em: < <http://ojs.letras.up.pt/index.php/geografia/article/view/7704/7070>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

ROCHA JUNIOR, Adauto Brasilino; CASSUCE, Francisco Carlos da Cunha; CIRINO, Jader Fernandes. Determinantes do uso do crédito rural do Pronaf em 2014. **Revista de Política Agrícola**, [s. l], n. 2, p. 100-114, 2017. Disponível em:

<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1275/1058>. Acesso em: 11 nov. 2020.

SALES, Cyntia Mirella Cangussu Fernandes; RODRIGUES, Roberto Nascimento. Espaço rural brasileiro : diversificação e peculiaridades. **UFVJM**, [s.l.], p. 54-65, jul. 2019. ISSN 2317-0611. Disponível em: <http://www.revistaespinhaco.com/index.php/journal/article/view/247>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. Projeto LUPA, 2016/2017: **Censo Agropecuário do Estado de São Paulo**. São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2017. Disponível em: <https://www.cdrs.sp.gov.br/projetolupa/dadosestado1617.php>. Acesso em 20 dez. 2020.

SCHMITZ, Arno Paulo; BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo. O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico: Roberto Campos versus Celso Furtado. **Rev. Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 23, n. 3, p. 577-609, dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-06182014000300002>. Acesso em: Out. 2020.

SILVA, Andressa Hennig ; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 1-14, 2015. Disponível em: <http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/view/2113/1403>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas no Brasil e a questão da terra. **Serv. Soc. Soc.** n.133, p. 480 –500, set. – dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n133/0101-6628-ssoc-133-0480.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

SOUZA, Alexandre Monteiro. **Análise emergética do assentamento fazenda ipanema: reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. Orientador: Henrique Ortega Souza. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Alimentos) - Faculdade de Engenharia de Alimentos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2006. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/256271/1/Souza_AlexandreMonteiro_M.pdf. Acesso em: 5 ago. 2020.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, Coedição Fundação Perseu Abramo, 2012. 176 p.

STEYER, Fabia Schneider. **Sistemas agroflorestais como projetos de vida: um estudo a partir de um assentamento rural**. Orientadora: Sonia M. P. P. Bergamasco. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, Araras/SP, 2019. Disponível em:

https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11733/STEYER_Fabia_2019.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 5 ago. 2020.

TRONCO, Isadora de Andrade *et al.* Caracterização dos estabelecimentos de agricultura familiar: uma análise das atividades agrícolas e não agrícolas por meio do Censo Agropecuário. **Brazilian Journal Of Development**, Curitiba, v. 6, n. 8, p. 60316-60337, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/15313/12622>. Acesso em: 12 dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n8-447>

TELES, Lelê. O QUILOMBO Campo Grande existe e resiste; conheça o contexto, o trabalho e a história. **Revista Fórum Online**. Porto Alegre. Publisher Brasil Editora Ltda, 2020. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/blogs/falaqueeudiscuto/o-quilombo-campo-grande-existe-e-resiste-conheca-o-contexto-o-trabalho-e-a-historia/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. *et al.* Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. **Revista de Nutrição**. v. 32, p. 1-13. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rn/v32/1415-5273-rn-32-e180161.pdf>. Acesso em 10 jan. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-9865201932e180161>.

VITAL, Danilo. Após 62 anos de tramitação, STF nega posse da União por terras devolutas. **Revista Consultor Jurídico**, mar. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mar-12/62-anos-stf-nega-posse-uniao-terras-devolutas>. Acesso em: 12 nov. 2020.

WALTER, Silvana Anita; BACH, Tatiana Marceda. Adeus papel, marca-textos, tesoura e cola: Inovando o processo de análise de conteúdo por meio do atlas.ti. **Administração: Ensino e Pesquisa**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 275-308, 30 jun. 2015. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/236>. Acesso em: 10 out. 2020. <http://dx.doi.org/10.13058/raep.2015.v16n2.236>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 1, p. 25-44, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>. Acesso em: set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20032014000600002>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (org.). **Agricultura Familiar Brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 66-83. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/agricultura/agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-do-futuro/1-agricultura-familiar-brasileira-desafios-e-perspectivas-do-futuro.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX Encontro Anual da Anpocs. Gt 17. Caxambu, MG, p. 1-18, out.1996.

Disponível em: < <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-5.pdf>. Acesso em: jan. 2021.

ZARREF, Luiz. Agroecologia e o MST. **MST**, 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/10/24/agroecologia-e-o-mst/>. Acesso em: 11 jan. 2021.